

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ABRE A LEGISLAÇÃO SOBRE DISTRIBUIÇÃO G	LEI N. 5.768, DE	ABRE A LEGISLAÇÃO SOBRE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE PRÊMIOS, MEDIANTE	RINDE DO
	ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR SENADOR AR	DECRETO N. 1.459, DE	APROVA O REGULAMENTO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR SENADOR ARN	SAM.
	ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N	ADLNº 4.827/2017	ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 4.827 ALAGOAS - LEI Nº 7.372/2017	ALAGOAS,
	ACRESCENTA § 3º AO ART. 42 DA CONSTITUIÇÃO	EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 12.063, DE	ACRESCENTA § 3º AO ART. 42 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA ESTENDER	ESTADO DE
	ACRESCENTA À LEI Nº 9.868, DE 10.11.199, O C	EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 12.063, DE	ACRESCENTA À LEI Nº 9.868, DE 10.11.199, O CAPÍTULO II-A, QUE ESTABELECE	DE SUAS
	ACRESCENTA AO ART. 176 DA CONSTITUIÇÃO	EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 12.063, DE	ACRESCENTA AO ART. 176 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS O § 1º	ESTABELECE
	ACRESCENTA O § 4º AO ART. 66 DA LEI ESTAD	LEI N. 8.146, DE 19.8.2019	ACRESCENTA O § 4º AO ART. 66 DA LEI ESTADUAL Nº 6.161, DE 26 DE JUNHO	ACÇÃO DO
	ACRESCENTA O ART. 177-A À CONSTITUIÇÃO	EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 10.026, DE	ACRESCENTA O ART. 177-A À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL PARA AUTORIZAR A	SEU PRO
	ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 2º	DECRETO N. 1.787, DE	ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 2º DA LEI Nº 9.682, DE 14.10.2025,	RIAÇÃO DO
	ACUMULAÇÃO (CARGOS, FUNÇÕES E EMPRE	LEI N. 8.376, DE	ALTERA OS ARTIGOS 6º E 7º DO DECRETO Nº 38.382, DE 11 DE MAIO DE 2000,	E A ACUMU
	ADEQUAÇÃO DE PROVAS AOS PORTADORES	DECRETO N. 40.183, DE	DISPÕE SOBRE A ADEQUAÇÃO DE PROVAS AOS PORTADORES DE DEFICIÊN	ÇÕES QU
	ADMINISTRAÇÃO DO CANAL ADUTOR DO CAN	DECRETO N. 37.609, DE	DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO CANAL ADUTOR DO CANAL DO SERTÃO	UI O COM
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (PODER EXECUTIV	DECRETO N. 37.978, DE	DISPÕE SOBRE ORGANIZAÇÃO, ATRIBUIÇÕES E FUNCIONAMENTO DA ADMINI	DO PODER
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (PODER EXECUTIV	LEI N. 6.159, DE 15.6.2000	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 37.609, DE 1º DE JANEIRO DE 2015, QUE DI	NIZAÇÃO,
	ALIENACÃO DE RECURSOS	LEI N. 8.580, DE 19.1.2022	AUTORIZA A ALIENACÃO DAS AÇÕES DE QUE TRATA, PERTENCENTES AO ES	E DÁ OUT
	ALTERA A COMPETÊNCIA MATERIAL E A DENO	LEI N. 15.175, DE 23.7.2025	ALTERA A COMPETÊNCIA MATERIAL E A DENOMINAÇÃO DOS JUÍZADOS ESPE	OS JUIZOS
	ALTERA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRAB	LEI N. 7.855, DE	ALTERA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, APROVADA PELO DECRE	IA DE EN
	ALTERA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRAB	LEI N. 7.930, DE 4.10.2017	ALTERA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, ATUALIZA OS VALORES I	E IDESEN
	ALTERA, ACRESCENTA E REVOGA DISPOSITIV	DECRETO N. 4.221, DE	ALTERA, ACRESCENTA E REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI ESTADUAL Nº 5.346,	DE, QUE E
	ALTERA A DENOMINAÇÃO DA 3ª COMPANHIA	LEI N. 8.641, DE 28.3.2022	ALTERA A DENOMINAÇÃO DA 3ª COMPANHIA DO 8º BATALHÃO DE POLÍCIA MI	ANHIA DE
	ALTERA A ESTRUTURA DA CARREIRA DE DE	LEI N. 8.528, DE	ALTERA A ESTRUTURA DA CARREIRA DE DELEGADOS DE POLÍCIA CIVIL DO E	- PC/AL, E
	ALTERA A LEI 6.035, DE 02 DE JULHO DE 1998	LEI N. 8.605, DE 22.2.2022	ALTERA A LEI 6.035, DE 02 DE JULHO DE 1998, QUE ASSEGURA O PAGAMENTO	RESUNIA
	ALTERA A LEI 8.233, DE 10 DE JANEIRO DE 202	LEI	ALTERA A LEI 8.233, DE 10 DE JANEIRO DE 2020, PARA CRIAR A OBRIGACÃO D	NA DESER
	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 160, DE 07	LEI COMPLEMEN	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 160, DE 07.08.2017, PARA PERMITIR A PE	ADÓSCON
	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 15, DE 22 D	LEI COMPLEMEN	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 15, DE 22 DE NOVENBRO DE 1996, A LEI C	DE 26 DE
	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 15, DE 22 D	LEI COMPLEMEN	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 15, DE 22 DE NOVENBRO DE 1996 E A LEI C	4, DE 26 D

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 50, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI COMPLEMENTAR Nº 50, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 50, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	A GESTÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ
	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 43, DE 28 DE JUNHO DE 2007, QUE DEFI N E AS ÁREAS DE ATUAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 6.952, DE 28 DE JUNHO DE 2007	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 43, DE 28 DE JUNHO DE 2007, QUE DEFI N E AS ÁREAS DE ATUAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ
	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 47, DE 10 DE AGOSTO DE 2015, NO TOCANTE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 8.651, DE 10 DE AGOSTO DE 2015	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 47, DE 10 DE AGOSTO DE 2015, NO TOCANTE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	ERÍCIA DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ
	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 48, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 9.155, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 48, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	CODIFICAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ
	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 48, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 9.155, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 48, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	CODIFICAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 9.690, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	OS E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.907, DE 3 DE JANEIRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 7.469, DE 3 DE JANEIRO DE 2008	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.907, DE 3 DE JANEIRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 3.185, DE 1º DE DEZEMBRO DE 1971, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 8.481, DE 1º DE DEZEMBRO DE 1971	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 3.185, DE 1º DE DEZEMBRO DE 1971, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	EQUIPES DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 4.597, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1984, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 8.991, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1984	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 4.597, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1984, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	EQUIPES DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.346, DE 26 DE MAIO DE 1992, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 8.409, DE 26 DE MAIO DE 1992	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.346, DE 26 DE MAIO DE 1992, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	ICIAIS MILITARES DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.346, DE 26 DE MAIO DE 1992, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 9.381, DE 26 DE MAIO DE 1992	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.346, DE 26 DE MAIO DE 1992, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	SPADOCIAIS MILITARES DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.355, DE 23 DE JUNHO DE 1992, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 8.677, DE 23 DE JUNHO DE 1992	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.355, DE 23 DE JUNHO DE 1992, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	DEFICINDO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.456, DE 20 DE JANEIRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 9.475, DE 20 DE JANEIRO DE 2004	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.456, DE 20 DE JANEIRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	NTE REDAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 8.884, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	OS E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 9.392, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	OS E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 8.209, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	OS E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.540, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 7.599, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.540, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	AGIÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.555, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 8.785, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.555, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	ADDEREÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.564, DE 5 DE JANEIRO DE 2005, QUE INSTITUI O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 9.173, DE 5 DE JANEIRO DE 2005	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.564, DE 5 DE JANEIRO DE 2005, QUE INSTITUI O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	DEGRADAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.907, DE 3 DE JANEIRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 8.645, DE 3 DE JANEIRO DE 2008	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.907, DE 3 DE JANEIRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.991, DE 24 DE OUTUBRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 8.741, DE 24 DE OUTUBRO DE 2008	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.991, DE 24 DE OUTUBRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	OPERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.397, DE 3 DE AGOSTO DE 2012, QUE DISCIPLINA O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 8.506, DE 3 DE AGOSTO DE 2012	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.397, DE 3 DE AGOSTO DE 2012, QUE DISCIPLINA O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	O ESTADO DO PARANÁ
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.581, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 7.884, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.581, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	DESERVIÇO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.581, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 7.952, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.581, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	DESERVIÇO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.729, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015, QUE INSTITUI O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 8.385, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.729, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015, QUE INSTITUI O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	DECAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.965, DE 9 DE JANEIRO DE 2018, QUE INSTITUI O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 8.784, DE 9 DE JANEIRO DE 2018	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.965, DE 9 DE JANEIRO DE 2018, QUE INSTITUI O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	CA ALAGO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.113 DE 29.05.20	LEI N. 8.321, DE	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.113 DE 29 DE MAIO DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE	SP/CONDA
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.135 DE 7 DE AG	LEI N. 8.560, DE	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.135 DE 7 DE AGOSTO DE 2019, QUE VEDA A NO	AR/COBES
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.669 DE 19 DE M	LEI N. 9.979, DE 2.07.2026	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.669 DE 19 DE MAIO DE 2022, QUE DISPÕE SOBRE	ET/PA/DAI
	ALTERA A LEI N. 10.406 DE 10.01.2002 (CÓDIG	LEI N. 14.405, DE 11.7.2022	ALTERA A LEI N. 10.406 DE 10.01.2002 (CÓDIGO CIVIL), PARA TORNAR EXIGÍVE	OS/DOSIO
	ALTERA A LEI N. 12.232 DE 29.04.2010 PARA D	LEI N. 14.356, DE 31.5.2022	ALTERA A LEI N. 12.232 DE 29.04.2010 PARA DISPOR SOBRE AS CONTRATAÇÕ	EG/ON/MAR
	ALTERA A LEI N. 13.475 DE 28.08.2017, QUE DI	LEI N. 14.163, DE 9.6.2021	ALTERA A LEI N. 13.475 DE 28.08.2017, QUE DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA	ULANTE D
	ALTERA A LEI N. 13.876 DE 20.09.2019 E A LEI	LEI N. 14.331, DE 4.5.2022	ALTERA A LEI N. 13.876 DE 20.09.2019 E A LEI Nº 8.213 DE 24.07.1991, PARA D	ME/NO/DE
	ALTERA A LEI N. 14.124 DE 10.03.2021, QUE DI	LEI N. 14.259, DE 7.12.2021	ALTERA A LEI N. 14.124 DE 10.03.2021, QUE DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS EXC	ÇA/DO/UB
	ALTERA A LEI N. 7.210 DE 11.07.1984 (LEI DE E	LEI N. 14.326, DE 12.4.2022	ALTERA A LEI N. 7.210 DE 11.07.1984 (LEI DE EXECUÇÃO PENAL), PARA ASSE	ES/IN/TESS
	ALTERA A LEI N. 8.069 DE 13.07.1990 (ESTATU	LEI N. 14.548, DE 13.4.2023	ALTERA A LEI N. 8.069 DE 13.07.1990 (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESC	OB/BAZ/AS
	ALTERA A LEI N. 8.069 DE 13.07.1990 (ESTATU	LEI N. 13.010, DE 26.6.2014	ALTERA A LEI N. 8.069 DE 13.07.1990 (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESC	RE/NC/IO
	ALTERA A LEI N. 8.429 DE 02.06.1992, QUE DIS	LEI N. 14.230, DE	ALTERA A LEI N. 8.429 DE 02.06.1992, QUE DISPÕE SOBRE A IMPROBIDADE AT	
	ALTERA A LEI N. 9.096 DE 19.09.1995 (LEI DOS	LEI N. 13.831, DE 17.5.2019	ALTERA A LEI N. 9.096 DE 19.09.1995 (LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS), A FIM D	DE/CON/RAQ
	ALTERA A LEI N. 9.096 DE 19.09.1995 (LEI DOS	LEI N. 14.291, DE 3.1.2022	ALTERA A LEI N. 9.096 DE 19.09.1995 (LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS), PARA D	AP/AGANDA
	ALTERA A LEI N. 9.394 DE 20.12.1996 (LEI DE D	LEI N. 14.333, DE 4.5.2022	ALTERA A LEI N. 9.394 DE 20.12.1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCA	PO/SS/POA
	ALTERA A LEI Nº 10.048 DE 08.11.2000, PARA	LEI N. 14.364, DE 1.6.2022	ALTERA A LEI Nº 10.048 DE 08.11.2000, PARA GARANTIR DIREITOS AOS ACOM	ES/QUE/EC
	ALTERA A LEI Nº 10.257 DE 10 DE JULHO DE 2	LEI N. 14.849, DE 2.5.2024	ALTERA A LEI Nº 10.257 DE 10 DE JULHO DE 2001 (ESTATUTO DA CIDADE), PA	DE/NO/BLZ
	ALTERA A LEI Nº 10.826 DE 22 DE DEZEMBRO	LEI N. 15.306, DE	ALTERA A LEI Nº 10.826 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003 (ESTATUTO DO DESAR	NO/DE/ER
	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 07.08.2006 (LEI MA	LEI N. 13.827, DE 13.5.2019	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 07.08.2006 (LEI MARIA DA PENHA), PARA AUTORIZ	QUE ESPE
	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 07.08.2006 (LEI MA	LEI N. 13.772, DE	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 07.08.2006 (LEI MARIA DA PENHA) E O DECRETO-J	940 (CÓDI
	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 07.08.2006 (LEI MA	LEI N. 14.310, DE 8.3.2022	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 07.08.2006 (LEI MARIA DA PENHA), PARA DETERMI	ED/IAS/DE
	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE	LEI N. 15.384, DE 9.04.2026	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), O D	ODE, DEB
	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE	LEI N. 14.857, DE 21.5.2024	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), PA	GA/PO/AM
	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE	LEI N. 15.380, DE	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), PA	ED/OM/EST
	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE	LEI N. 15.125, DE 24.4.2025	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), PA	SS/CO/ADM
	ALTERA A LEI Nº 11.343, DE 23.08.2006 (LEI AN	LEI N. 14.322, DE 16.4.2022	ALTERA A LEI Nº 11.343, DE 23.08.2006 (LEI ANTIDROGAS), PARA EXCLUIR A PO	ENTE/DE/CA

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA A LEI Nº 11.350, DE 05.10.2006, A FIM DE	LEI N. 14.536, DE 20.1.2023	ALTERA A LEI Nº 11.350, DE 05.10.2006, A FIM DE CONSIDERAR OS AGENTES C	OFICIAIS
	ALTERA A LEI Nº 11.350, DE 5 DE OUTUBRO DE 2006, PARA DENOMINÁ-LA LEI	LEI N. 14.799, DE 5.1.2024	ALTERA A LEI Nº 11.350, DE 5 DE OUTUBRO DE 2006, PARA DENOMINÁ-LA LEI	DE
	ALTERA A LEI Nº 11.445, DE 05.01.2007 (LEI DE	LEI N. 14.546, DE 4.4.2023	ALTERA A LEI Nº 11.445, DE 05.01.2007 (LEI DE SANEAMENTO BÁSICO), PARA F	DA DE AB
	ALTERA A LEI Nº 11.664, DE 29.04.2008, PARA	LEI N. 11.707, DE 10.5.2022	ALTERA A LEI Nº 11.664, DE 29.04.2008, PARA DISPOR SOBRE A ATENÇÃO INT	EGURANÇ
	ALTERA A LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE O	LEI N. 14.913, DE 3.7.2024	ALTERA A LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE O	PREVENI
	ALTERA A LEI Nº 11.903, DE 14.01.2009, PARA	LEI N. 14.338, DE 11.5.2022	ALTERA A LEI Nº 11.903, DE 14.01.2009, PARA DISPOR SOBRE A BULA DIGITAL	ANTES, PA
	ALTERA A LEI Nº 12.318, DE 26.08.2010, PARA	LEI N. 14.340, DE 18.5.2022	ALTERA A LEI Nº 12.318, DE 26.08.2010, PARA MODIFICAR PROCEDIMENTOS R	ÃO CRIAR
	ALTERA A LEI Nº 12.587, DE 3 DE JANEIRO DE 2012, A FIM DE DISPOR SOBRE O	LEI N. 14.748, DE 5.12.2023	ALTERA A LEI Nº 12.587, DE 3 DE JANEIRO DE 2012, A FIM DE DISPOR SOBRE O	BÓRASÇ
	ALTERA A LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012, PARA DISPOR SOBRE O F	LEI N. 14.723, DE 17.7.2023	ALTERA A LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012, PARA DISPOR SOBRE O F	ÃO SUPR
	ALTERA A LEI Nº 13.146, DE 06.07.2015, ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	LEI N. 14.624, DE 17.7.2023	ALTERA A LEI Nº 13.146, DE 06.07.2015, ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	PARA BO
	ALTERA A LEI Nº 13.667, DE 17.05.2018, PARA	LEI N. 14.542, DE 3.4.2023	ALTERA A LEI Nº 13.667, DE 17.05.2018, PARA DISPOR SOBRE A PRIORIDADE N	MUNICIP
	ALTERA A LEI Nº 13.675, DE 11.06.2018, PARA	LEI N. 14.330, DE 4.5.2022	ALTERA A LEI Nº 13.675, DE 11.06.2018, PARA INCLUIR O PLANO NACIONAL DE	REMENTE
	ALTERA A LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018, PARA DISPOR SOBRE A E	LEI N. 13.853, DE 8.7.2019	ALTERA A LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018, PARA DISPOR SOBRE A E	SOBRE SÇ
	ALTERA A LEI Nº 13.869, DE 05.09.2019, PARA	LEI N. 14.321, DE 31.3.2022	ALTERA A LEI Nº 13.869, DE 05.09.2019, PARA TIPIFICAR O CRIME DE VIOLÊNCIA	TO DOR
	ALTERA A LEI Nº 13.960, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019, PARA POSTERGAR A I	LEI N. 14.680, DE 18.9.2023	ALTERA A LEI Nº 13.960, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019, PARA POSTERGAR A I	COORDEN
	ALTERA A LEI Nº 14.113, DE 25.12.2020, PARA	LEI N. 14.325, DE 12.4.2022	ALTERA A LEI Nº 14.113, DE 25.12.2020, PARA DISPOR SOBRE A UTILIZAÇÃO D	COORDEN
	ALTERA A LEI Nº 14.151, DE 12.05.2021, PARA	LEI N. 14.311, DE 9.3.2022	ALTERA A LEI Nº 14.151, DE 12.05.2021, PARA DISCIPLINAR O AFASTAMENTO D	COORDEN
	ALTERA A LEI Nº 14.232, DE 28 DE OUTUBRO DE 2021, PARA DETERMINAR A P	LEI N. 15.336, DE 8.01.2026	ALTERA A LEI Nº 14.232, DE 28 DE OUTUBRO DE 2021, PARA DETERMINAR A P	COORDEN
	ALTERA A LEI Nº 14.597, DE 14 DE JUNHO DE 2023 (LEI GERAL DO ESPORTE), E	LEI N. 14.911, DE 3.7.2024	ALTERA A LEI Nº 14.597, DE 14 DE JUNHO DE 2023 (LEI GERAL DO ESPORTE), E	COORDEN
	ALTERA A LEI Nº 5.247, DE 26 DE JULHO DE 1991, PARA ASSEGUIRAR À SERVIT	LEI Nº 9.962, DE 10.4.2025	ALTERA A LEI Nº 5.247, DE 26 DE JULHO DE 1991, PARA ASSEGUIRAR À SERVIT	COORDEN
	ALTERA A LEI Nº 5.900, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996, APLICAR-SE A ALÍQUOTA	LEI N. 9.519, DE 20.9.2023	ALTERA A LEI Nº 5.900, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996, APLICAR-SE A ALÍQUOTA	COORDEN
	ALTERA A LEI Nº 5.900, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996, PARA REDUZIR A ALÍQUOTA	LEI N. 8.967, DE 12.12.2020	ALTERA A LEI Nº 5.900, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996, PARA REDUZIR A ALÍQUOTA	COORDEN
	ALTERA A LEI Nº 6.161, DE 26 DE JUNHO DE 2000, PARA DAR PODERES AO AD	LEI N. 8.355, DE 3.12.2019	ALTERA A LEI Nº 6.161, DE 26 DE JUNHO DE 2000, PARA DAR PODERES AO AD	COORDEN
	ALTERA A LEI Nº 6.514, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, DISPÕE SOBRE OS CR	LEI N. 10.023, DE 3.12.2019	ALTERA A LEI Nº 6.514, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, DISPÕE SOBRE OS CR	COORDEN

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA A LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984 (LEI DE EXECUÇÃO PENAL), PARA DISPOR SOBRE AS CONDIÇÕES DE	LEI N. 15.295, DE 20.6.2023	ALTERA A LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984 (LEI DE EXECUÇÃO PENAL), PARA DISPOR SOBRE AS CONDIÇÕES DE	
	ALTERA A LEI Nº 7.498, DE 25.06.1986, PARA DISPOR SOBRE AS CONDIÇÕES DE	LEI N. 14.602, DE 20.6.2023	ALTERA A LEI Nº 7.498, DE 25.06.1986, PARA DISPOR SOBRE AS CONDIÇÕES DE	
	ALTERA A LEI Nº 8.080, DE 19.11.1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE), PARA AMPLIAR O ATO DE	LEI N. 14.737, DE 20.6.2023	ALTERA A LEI Nº 8.080, DE 19.11.1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE), PARA AMPLIAR O ATO DE	
	ALTERA A LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE), PARA AMPLIAR O ATO DE	LEI N. 14.912, DE 3.7.2024	ALTERA A LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE), PARA AMPLIAR O ATO DE	
	ALTERA A LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE), PARA AMPLIAR O ATO DE	LEI N. 14.847, DE 25.4.2024	ALTERA A LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE), PARA AMPLIAR O ATO DE	
	ALTERA A LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE), PARA AMPLIAR O ATO DE	LEI N. 15.126, DE 28.4.2025	ALTERA A LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE), PARA AMPLIAR O ATO DE	
	ALTERA A LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE), PARA AMPLIAR O ATO DE	LEI N. 14.820, DE 16.1.2024	ALTERA A LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE), PARA AMPLIAR O ATO DE	
	ALTERA A LEI Nº 9.394, DE 20.12.1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO BÁSICA), PARA	LEI N. 14.644, DE 2.8.2023	ALTERA A LEI Nº 9.394, DE 20.12.1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO BÁSICA), PARA	
	ALTERA A LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO BÁSICA), PARA	LEI N. 14.952, DE 6.8.2024	ALTERA A LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO BÁSICA), PARA	
	ALTERA A LEI Nº 9.434, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997, QUE DISPÕE SOBRE A REGULAÇÃO DO	LEI N. 14.858, DE 21.5.2024	ALTERA A LEI Nº 9.434, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997, QUE DISPÕE SOBRE A REGULAÇÃO DO	
	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO), PARA DISPOR SOBRE	LEI N. 14.071, DE 2.8.2023	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO), PARA DISPOR SOBRE	
	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, QUE INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, PARA	LEI N. 12.760, DE 27.5.2024	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, QUE INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, PARA	
	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO), PARA	LEI N. 14.861, DE 27.5.2024	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO), PARA	
	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO), PARA	LEI N. 14.921, DE 10.7.2024	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO), PARA	
	ALTERA A LEI Nº 9.696, DE 01.09.1998, QUE DISPÕE SOBRE A REGULAÇÃO DO	LEI N. 14.386, DE 27.6.2022	ALTERA A LEI Nº 9.696, DE 01.09.1998, QUE DISPÕE SOBRE A REGULAÇÃO DO	
	ALTERA A LEI ORDINÁRIA Nº 7.858, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016, QUE ESTABELECE	LEI N. 8.589, DE 20.1.2022	ALTERA A LEI ORDINÁRIA Nº 7.858, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016, QUE ESTABELECE	
	ALTERA A LEI ORDINÁRIA Nº 8.062, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018, DETERMINA	LEI N. 8.350, DE 20.1.2022	ALTERA A LEI ORDINÁRIA Nº 8.062, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018, DETERMINA	
	ALTERA A PORTARIA Nº 343/2020 - MEC - DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DA	PORTARIA Nº 343/2020	ALTERA A PORTARIA Nº 343/2020 - MEC - DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DA	
	ALTERA A PORTARIA NORMATIVA Nº 660, DE 10.05.2009, QUE APROVA O REGULAMENTO	PORTARIA Nº 660, DE 10.05.2009	ALTERA A PORTARIA NORMATIVA Nº 660, DE 10.05.2009, QUE APROVA O REGULAMENTO	
	ALTERA A REDAÇÃO DA ALÍNEA "A" DO ARTIGO 39 E DOS ARTIGOS 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, DE 13.09.2015, QUE	LEI N. 4.422, DE 20.6.2023	ALTERA A REDAÇÃO DA ALÍNEA "A" DO ARTIGO 39 E DOS ARTIGOS 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, DE 13.09.2015, QUE	
	ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTS. 2º E 65 DA LEI Nº 6.399, DE 15 DE AGOSTO DE 1973, QUE	LEI N. 6.543, DE 20.6.2023	ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTS. 2º E 65 DA LEI Nº 6.399, DE 15 DE AGOSTO DE 1973, QUE	
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.385, DE 16.08.2012, PARA DISCIPLINAR A DEFINIÇÃO DE	RESOLUÇÃO Nº 23.385, DE 16.08.2012	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.385, DE 16.08.2012, PARA DISCIPLINAR A DEFINIÇÃO DE	
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.605/TSE, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE ESTABELECE	RESOLUÇÃO Nº 23.605/TSE, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.605/TSE, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE ESTABELECE	
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.607, DE 17.12.2019, QUE DISPÕE SOBRE A ABREVIATURA	RESOLUÇÃO Nº 23.607, DE 17.12.2019	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.607, DE 17.12.2019, QUE DISPÕE SOBRE A ABREVIATURA	
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.607, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE DISPÕE	RESOLUÇÃO Nº 23.607, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.607, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE DISPÕE	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.608/TSE DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.608/TSE DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	SPONSOR
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.609 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.609 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	ELIÇÕES
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.610/TSE DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.610/TSE DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	GANDA EL
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.669/2021 - TSE QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.669/2021 - TSE DE 14.12.2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	DO PROC
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.673 DE 14.12.2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.673 DE 14.12.2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	CAÇAÇA
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.673/TSE DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.673/TSE DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	EMAS ELE
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.673/TSE DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.673/TSE DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	S ELEITOR
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.751 DE 26.02.2026 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.751 DE 26.02.2026 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	ESSO ELEI
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.760 02.03.2026 QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.760 02.03.2026 QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	AS ELEIÇ
	ALTERA A RESOLUÇÃO - TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO - TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	COEDIR
	ALTERA A RESOLUÇÃO TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	EDIR
	ALTERA A RESOLUÇÃO TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	EDIR
	ALTERA AS LEIS COMPLEMENTARES ESTADUAIS Nº 44 DE 13 DE JUNHO DE 2000 QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	LEI COMPLEMEN	ALTERA AS LEIS COMPLEMENTARES ESTADUAIS Nº 44 DE 13 DE JUNHO DE 2000 QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	DEZEMB
	ALTERA AS LEIS ESTADUAIS Nº 6.197 DE 26 DE SETEMBRO DE 2000 QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	LEI N. 8.533, DE	ALTERA AS LEIS ESTADUAIS Nº 6.197 DE 26 DE SETEMBRO DE 2000 QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	DE CARC
	ALTERA AS LEIS ESTADUAIS Nº 6.540 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004 E 7.820 DE 20 DE SETEMBRO DE 2008 QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	LEI N. 8.647, 31.3.2022	ALTERA AS LEIS ESTADUAIS Nº 6.540 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004 E 7.820 DE 20 DE SETEMBRO DE 2008 QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	DEZEMB
	ALTERA AS LEIS Nº 13.675 DE 11.06.2018 QUE CRIA A POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR	LEI N. 14.531, 10.1.2023	ALTERA AS LEIS Nº 13.675 DE 11.06.2018 QUE CRIA A POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR	DA QUER
	ALTERA AS LEIS Nº 7.116 DE 29.08.1983 E 9.454 DE 07.04.1997 E 13.444 DE 11.05.2007 QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	LEI N. 14.534, 11.1.2023	ALTERA AS LEIS Nº 7.116 DE 29.08.1983 E 9.454 DE 07.04.1997 E 13.444 DE 11.05.2007 QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	INVESTIQU
	ALTERA AS LEIS Nº 9.096 DE 19.09.1995 E LEI Nº 9.504 DE 30.09.1997 E LEI Nº 4.736 DE 15.07.2008 QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	LEI N. 13.877, 27.9.2019	ALTERA AS LEIS Nº 9.096 DE 19.09.1995 E LEI Nº 9.504 DE 30.09.1997 E LEI Nº 4.736 DE 15.07.2008 QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	DISCÃO E
	ALTERA AS LEIS Nº 9.504 DE 30.09.1997 E LEI Nº 9.096 DE 19.09.1995 E LEI Nº 4.736 DE 15.07.2008 QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	LEI N. 13.165, 29.9.2015	ALTERA AS LEIS Nº 9.504 DE 30.09.1997 E LEI Nº 9.096 DE 19.09.1995 E LEI Nº 4.736 DE 15.07.2008 QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	30 DE
	ALTERA AS LEIS Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA) QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	LEI N. 15.383, 9.04.2026	ALTERA AS LEIS Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA) QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	ZENABO E
	ALTERA AS LEIS Nº 11.794 DE 8 DE OUTUBRO DE 2008 E 6.360 DE 23 DE SETEMBRO DE 2008 QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	LEI N. 15.183, 30.7.2025	ALTERA AS LEIS Nº 11.794 DE 8 DE OUTUBRO DE 2008 E 6.360 DE 23 DE SETEMBRO DE 2008 QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	ROSHDA
	ALTERA AS LEIS Nº 5.785 DE 23.06.1972 E LEI Nº 9.612 DE 19.02.1998 E LEI Nº 4.736 DE 15.07.2008 QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	LEI N. 13.424, 28.3.2017	ALTERA AS LEIS Nº 5.785 DE 23.06.1972 E LEI Nº 9.612 DE 19.02.1998 E LEI Nº 4.736 DE 15.07.2008 QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	SONDE RES
	ALTERA AS LEIS Nº 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983 E 9.454 DE 7 DE ABRIL DE 1997 QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	LEI N. 14.534, 11.1.2023	ALTERA AS LEIS Nº 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983 E 9.454 DE 7 DE ABRIL DE 1997 QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	A DEOMAR
	ALTERA A TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE QUE TRATA O ANEXO II A LEI Nº 3.514 DE 5.12.1980	LEI N. 4.212, 5.12.1980	ALTERA A TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE QUE TRATA O ANEXO II A LEI Nº 3.514 DE 5.12.1980	ABEAXO E
	ALTERA A TABELA DE SALÁRIOS DO PESSOAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRUTURA DO DEPARTAMENTO DE ESTRUTURA	DECRETO N. 4.514 DE	ALTERA A TABELA DE SALÁRIOS DO PESSOAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRUTURA DO DEPARTAMENTO DE ESTRUTURA	ESTALAGÁ
	ALTERA DA LEI ESTADUAL Nº 6.251, DE 20 DE JULHO DE 2001, QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	LEI N. 8.636, 28.3.2022	ALTERA DA LEI ESTADUAL Nº 6.251, DE 20 DE JULHO DE 2001, QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	ESTABEIR

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA DISPOSIÇÕES DAS LEIS QUE MENCIONA	LEI N. 4.330, 30.3.1982	ALTERA DISPOSIÇÕES DAS LEIS QUE MENCIONA E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS	CLASSES D
	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI ESTADUAL Nº 536	LEI N. 9.090, DE	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI ESTADUAL Nº 536 DE 8 DE MAIO DE 1992 PARA	BATORIANO
	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI ESTADUAL Nº 7159	LEI N. 8.670, 31.5.2022	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI ESTADUAL Nº 7159 DE 17 DE JUNHO DE 2010 E	ENDRESC
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 7	LEI	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 7 DE 18 DE JULHO	SOUZA
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48	LEI	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	QUADRO
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48	LEI	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	DE POE
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48	LEI	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	DE POE
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48	LEI	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	DE POE
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48	LEI	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	DE POE
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48	LEI	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	DE POE
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3.421 DE 2012	LEI N. 4.200, DE	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3.421 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1974 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	SABRIN
	ALTERA DISPOSITIVOS QUE MENCIONA DO DE	DECRETO N. 4.292 DE	ALTERA DISPOSITIVOS QUE MENCIONA DO DECRETO Nº 2.468 DE 02 DE DEZEMBRO DE 1974	SABRIN
	ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI	LEI N. 8.391, 10.3.2021	ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI Nº 5.247 DE 26 DE JULHO DE 1966	REINOR
	ALTERA O § 3º DO ART. 98 DA LEI Nº 8.112 DE	LEI N. 13.370,	ALTERA O § 3º DO ART. 98 DA LEI Nº 8.112 DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990 PARA ESTENDER O	INSPECIA
	ALTERA O ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 6.442 DE	LEI N. 6.502, 14.7.2004	ALTERA O ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 6.442 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2003 QUE	APAS SER
	ALTERA O ANEXO ÚNICO DO DECRETO ESTADUAL	DECRETO N. 29.258 DE	ALTERA O ANEXO ÚNICO DO DECRETO ESTADUAL Nº 25.212 DE 6 DE MARÇO DE 2004	RAMONIA
	ALTERA O ART. 10 DA LEI ESTADUAL Nº 6.456	LEI N. 8.177, DE	ALTERA O ART. 10 DA LEI ESTADUAL Nº 6.456 DE 20 DE JANEIRO DE 2004 QUE	OSOMEI
	ALTERA O ART. 147-B DO DECRETO LEI Nº 2.848	LEI N. 15.123, 24.4.2025	ALTERA O ART. 147-B DO DECRETO LEI Nº 2.848 DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940	FRANCO
	ALTERA O ART. 261 DA LEI ESTADUAL Nº 6.564	LEI N. 8.867, 12.6.2023	ALTERA O ART. 261 DA LEI ESTADUAL Nº 6.564 DE 5 DE JANEIRO DE 2005 QUE	OUVIDORI
	ALTERA O ART. 5º DA LEI DELEGADA Nº 21 DE	LEI N. 8.552, DE	ALTERA O ART. 5º DA LEI DELEGADA Nº 21 DE 04 DE ABRIL DE 2002 QUE DIS	ELHO EST
	ALTERA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL PARA	LEI N. 15.272, DE	ALTERA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL PARA AGRAVAR A	REINOR
	ALTERA O CÓDIGO PENAL PARA AGRAVAR A	LEI N. 15.280, 5.12.2025	ALTERA O CÓDIGO PENAL PARA AGRAVAR A	REINOR
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.018	DECRETO N. 83.071 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.018 DE 17 DE JANEIRO DE 2014 QUE	ONCEISA
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.019	DECRETO N. 83.070 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.019 DE 17 DE JANEIRO DE 2014 QUE	SONCEISA
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.019	DECRETO N. 69.581 DE	ALTERA OS §§ 1º, 2º, 3º E CAPUT DO ART. 1º DO DECRETO ESTADUAL DE Nº 30	IRO DE 20

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 17.760, DE 16 DE JANEIRO DE 2012, QUE R	DECRETO N. 23.086, DE 16 DE JANEIRO DE 2012, QUE R	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 17.760, DE 16 DE JANEIRO DE 2012, QUE R	SEASOBR
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 35.142, DE 15 DE AGOSTO DE 2014, QUE R	DECRETO N. 83.069, DE 15 DE AGOSTO DE 2014, QUE R	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 35.142, DE 15 DE AGOSTO DE 2014, QUE R	SETSADIAE
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 35.142, DE 15 DE AGOSTO DE 2014, QUE R	DECRETO N. 95.540, DE 15 DE AGOSTO DE 2014, QUE R	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 35.142, DE 15 DE AGOSTO DE 2014, QUE R	SETSADIAE
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 36.615, DE 21 DE JUNHO DE 1995, QUE RE	DECRETO N. 71.978, DE 21 DE JUNHO DE 1995, QUE RE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 36.615, DE 21 DE JUNHO DE 1995, QUE RE	TADUAL M
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 2.081, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008, QUE ESTABELE	DECRETO Nº 2.081, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008, QUE ESTABELE	ALTERA O DECRETO Nº 2.081, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008, QUE ESTABELE	RIZES PAR
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 4.804, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2010, A FIM	DECRETO Nº 4.804, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2010, A FIM	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 4.804, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2010, A FIM	ADEQUAÇ
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 57.008, DE 2 DE JANEIRO DE 2018, QUE INS	DECRETO N. 74.007, DE 2 DE JANEIRO DE 2018, QUE INS	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 57.008, DE 2 DE JANEIRO DE 2018, QUE INS	ALACSHOR
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.145, DE 22 DE JUNHO DE 2020, QUE INS	DECRETO Nº 70.145, DE 22 DE JUNHO DE 2020, QUE INS	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.145, DE 22 DE JUNHO DE 2020, QUE INS	STANCIAM
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.145, DE 22 DE JUNHO DE 2020	DECRETO N. 74.341, DE 22 DE JUNHO DE 2020	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.145, DE 22 DE JUNHO DE 2020	
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.912, QUE DISPÕE SOBRE A AVERBACÃO	DECRETO N. 94.872, DE 15 DE ABRIL DE 2020, QUE DISPÕE SOBRE A AVERBACÃO	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.912, QUE DISPÕE SOBRE A AVERBACÃO	SIENEFOLF
	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	LEI N. 15.245, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	QDE1240
	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	LEI N. 15.397, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	ROASSPIEN
	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	LEI N. 15.353, DE 03.03.2026	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	PRESUMEQ
	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 03.10.1941 (CÓDIGO DE PROCESSO PEN	LEI N. 14.752, DE 03.10.1941 (CÓDIGO DE PROCESSO PEN	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 03.10.1941 (CÓDIGO DE PROCESSO PEN	EITAPR)0B2
	ALTERA O DECRETO Nº 10.177, DE 16.12.2019, QUE DISPÕE SOBRE O CONSEL	DECRETO N. 10.841, DE 16.12.2019, QUE DISPÕE SOBRE O CONSEL	ALTERA O DECRETO Nº 10.177, DE 16.12.2019, QUE DISPÕE SOBRE O CONSEL	DIREITOS D
	ALTERA O DECRETO Nº 11.514, DE 1º DE MAIO DE 2023, QUE INSTITUI GRUPO	DECRETO N. 11.881, DE 1º DE MAIO DE 2023, QUE INSTITUI GRUPO	ALTERA O DECRETO Nº 11.514, DE 1º DE MAIO DE 2023, QUE INSTITUI GRUPO	MINISTER
	ALTERA O DECRETO Nº 11.722, DE 28 DE SETEMBRO DE 2023, QUE DISPÕE S	DECRETO N. 11.880, DE 28 DE SETEMBRO DE 2023, QUE DISPÕE S	ALTERA O DECRETO Nº 11.722, DE 28 DE SETEMBRO DE 2023, QUE DISPÕE S	PUBOVORI
	ALTERA O DECRETO Nº 2.181, DE 20.03.1997, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZ	DECRETO Nº 2.181, DE 20.03.1997, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZ	ALTERA O DECRETO Nº 2.181, DE 20.03.1997, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZ	NACIONAL
	ALTERA O DECRETO Nº 4.074, DE 04.01.2002, PARA DISPOR SOBRE O ENVASE	DECRETO N. 11.040, DE 04.01.2002, PARA DISPOR SOBRE O ENVASE	ALTERA O DECRETO Nº 4.074, DE 04.01.2002, PARA DISPOR SOBRE O ENVASE	E AFINS.
	ALTERA O DECRETO Nº 6.268, DE 22.11.2007, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 9.9	DECRETO N. 11.130, DE 22.11.2007, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 9.9	ALTERA O DECRETO Nº 6.268, DE 22.11.2007, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 9.9	UESSEBPE
	ALTERA O DECRETO Nº 6.514, DE 22.07.2008, PARA DISPOR SOBRE AS INERAC	DECRETO N. 11.080, DE 22.07.2008, PARA DISPOR SOBRE AS INERAC	ALTERA O DECRETO Nº 6.514, DE 22.07.2008, PARA DISPOR SOBRE AS INERAC	MINISTRA
	ALTERA O DECRETO Nº 8.750, DE 09.05.2016, QUE INSTITUI O CONSELHO NAC	DECRETO N. 11.481, DE 09.05.2016, QUE INSTITUI O CONSELHO NAC	ALTERA O DECRETO Nº 8.750, DE 09.05.2016, QUE INSTITUI O CONSELHO NAC	COMUNID
	ALTERA O DECRETO Nº 9.489, DE 30.08.2018, PARA DISPOR SOBRE O PROGRA	DECRETO N. 11.107, DE 30.08.2018, PARA DISPOR SOBRE O PROGRA	ALTERA O DECRETO Nº 9.489, DE 30.08.2018, PARA DISPOR SOBRE O PROGRA	UNICAIDE
	ALTERA O DECRETO Nº 9.492, DE 05.12.2018, E O DECRETO Nº 10.153, DE 03	DECRETO Nº 9.492, DE 05.12.2018, E O DECRETO Nº 10.153, DE 03	ALTERA O DECRETO Nº 9.492, DE 05.12.2018, E O DECRETO Nº 10.153, DE 03	RSOBR
	ALTERA O DECRETO Nº 9.579, DE 22.11.2018, PARA DISPOR SOBRE O DIREITO	DECRETO N. 11.479, DE 22.11.2018, PARA DISPOR SOBRE O DIREITO	ALTERA O DECRETO Nº 9.579, DE 22.11.2018, PARA DISPOR SOBRE O DIREITO	QASODEA
	ALTERA O DECRETO Nº 9.847, DE 25 DE JUNHO DE 2019, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 10	DECRETO N. 9.981, DE 25 DE JUNHO DE 2019, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 10	ALTERA O DECRETO Nº 9.847, DE 25 DE JUNHO DE 2019, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 10	ARA DISPO

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA O DECRETO N.º 8.033 DE 27.06.2013	DECRETO Nº	ALTERA O DECRETO N.º 8.033 DE 27.06.2013 QUE REGULAMENTA O DISPO	DE 05.06.2013
	ALTERA O INCISO I DO CAPUT DO ART. 51 DA	LEI N. 8.126, 11.7.2019	ALTERA O INCISO I DO CAPUT DO ART. 51 DA LEI ESTADUAL Nº 5.346 DE 26.D	DISPÕE
	ALTERA O INCISO V DO ART. 15 DA LEI ESTAD	LEI N. 8.178, DE	ALTERA O INCISO V DO ART. 15 DA LEI ESTADUAL Nº 6.456 DE 20 DE JANEIR	POSSIBILIZA
	ALTERA O INCISO XVI DO ART. 40 DA CONSTIT	EMENDA CONSTITUCI	ALTERA O INCISO XVI DO ART. 40 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL ACRESCENT	DAS DISPO
	ALTERA OS ARTS. 8º E 10 DA LEI Nº 8.069 DE	LEI N. 14.721, 8.11.2023	ALTERA OS ARTS. 8º E 10 DA LEI Nº 8.069 DE 13.07.1990 (ESTATUTO DA CRIAN	NÍFICAÇÃO
	ALTERA OS DECRETOS-LEIS NºS 2.848 DE 07	LEI N. 14.245, DE	ALTERA OS DECRETOS-LEIS NºS 2.848 DE 07.12.1940 (CÓDIGO PENAL) E 3.68	QUE DISP
	ALTERA OS PARÁGRAFOS 2º E 3º DO ART. 63	EMENDA CON	ALTERA OS PARÁGRAFOS 2º e 3º DO ART. 63 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO	ESTABELEC
	ALTERA O VALOR E OS BENEFICIÁRIOS DA VE	DECRETO Nº	ALTERA OS §§ 1º, 2º, 3º E CAPUT DO ART. 1º DO DECRETO ESTADUAL DE Nº 30	PROVIDÊNC
	ALTERA A CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE E VED	LEI N. 15.160, 3.7.2025	MODIFICA OS ARTS. 65 E 115 DO DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 7 DE DEZEMBRO	MULHERES
	ALTERA RESOLUÇÃO Nº 606 DE 03 DE SETEMB	RESOLUÇÃO	ALTERA RESOLUÇÃO Nº 606 DE 03 DE SETEMBRO DE 2019 - INSTITUÍDA A "COM	DEPARTAM
	AMPLIA O DIREITO DAS MULHERES À CIBURG	LEI N. 15.171, 17.7.2025	ALTERA A LEI Nº 9.797 DE 6 DE MAIO DE 1999 E A LEI Nº 9.656 DE 3 DE JUNHO	PLIAR O DI
	ANEXO 1 LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE DOCU	FORMULÁRIO	ANEXO 1 LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS - ANEXO 2 EDITAL DE	DEPARTAM
	ANULOU A EXIGÊNCIA DE MULTA ANTES DE R	LEI N. 12.249, 11.6.2010	ANULOU A EXIGÊNCIA DE MULTA ANTES DE RECORRER EM SEGUNDA INSTÂ	DEPARTAM
	APERFEIÇO A LEGISLAÇÃO PENAL E PROCE	LEI N. 13.964, DE	APERFEIÇO A LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL	DEPARTAM
	APRESENTAÇÃO E USO DE DOCUMENTOS DE	LEI N. 5.553, 6.12.1968	DISPÕE SOBRE A APRESENTAÇÃO E USO DE DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇ	DEPARTAM
	APROVA A ESTRUTURA REGIMENTAL E O QU	DECRETO N. 12.540 DE	APROVA A ESTRUTURA REGIMENTAL E O QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CA	DEPARTAM
	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GR	PORTARIA M	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS POLICIAIS DE EMPREG	DEPARTAM
	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GR	PORTARIA M	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS POLICIAIS DE EMPREG	DEPARTAM
	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GR	PORTARIA M	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS POLICIAIS DE EMPREG	DEPARTAM
	APROVA A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA	LEI N. 6.230, 19.4.2001	APROVA A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGO	DEPARTAM
	APROVA A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA	LEI N. 6.399, 15.8.2003	APROVA A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGO	DEPARTAM
	APROVA AS INSTRUÇÕES GERAIS PARA APLIC	PORTARIA N	APROVA AS INSTRUÇÕES GERAIS PARA APLICAÇÃO DO REGULAMENTO DE C	DEPARTAM
	APROVA AS NORMAS DO CERIMONIAL PÚBLIC	DECRETO N. 70.274 DE	APROVA AS NORMAS DO CERIMONIAL PÚBLICO E A ORDEM GERAL DE PRECE	DEPARTAM
	APROVA AS NORMAS PARA AQUISIÇÃO REGI	PORTARIA N	PORTARIA Nº 167/2024 - COLOG/CEX DE 22 DE JANEIRO DE 2024 - APROVA A	DEPARTAM
	APROVA O ESTATUTO DO SERVIÇO SOCIAL A	DECRETO N. 4.265 DE	APROVA O ESTATUTO DO SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO DO AL-PREVIDÊNCIA	DEPARTAM
	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSEL	DECRETO N. 3.700 DE	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA	DEPARTAM

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	APROVA O REGULAMENTO DE CONTINÊNCIAS	PORTARIA Nº 10.030 DE 10.03.2024	APROVA O REGULAMENTO DE CONTINÊNCIAS, HONRAS, SINAIS DE RESPEITO E	TAR DAS P
	APROVA O REGULAMENTO DE PRODUTOS	DECRETO Nº 10.030 DE 10.03.2024	APROVA O REGULAMENTO DE PRODUTOS CONTROLADOS	
	APROVA O REGULAMENTO PARA AS POLÍCIAS MILITARES E CORPOS DE BOMBEIROS	DECRETO Nº 10.030 DE 10.03.2024	APROVA O REGULAMENTO PARA AS POLÍCIAS MILITARES E CORPOS DE MILITARES (R-200).	
	ASSEGURA AOS PAIS E RESPONSÁVEIS O DIREITO DE VEDAR A PARTICIPAÇÃO	LEI Nº 10.022, DE 12.3.2024	ASSEGURA AOS PAIS E RESPONSÁVEIS O DIREITO DE VEDAR A PARTICIPAÇÃO	EM ATIVID
	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES MEL	LEI Nº 15.181, DE 28.7.2025	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES MEL	S PÚBLICO
	ALIMENTAR AS PENAS APLICADAS AO FURTO	LEI Nº 14.064, DE 29.9.2020	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PENAL)	SSÃO PEN
	ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME	LEI Nº 13.800, DE 4.1.2019	ALTERA A LEI Nº 9.605, DE 12.02.1998, PARA ALIMENTAR AS PENAS COMINADA	S-TRATOS
	AUTORIZA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA A FIRMAR INSTRUMENTOS DE PARCE	LEI Nº 8.838, DE 4.4.2023	AUTORIZA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA A FIRMAR INSTRUMENTOS DE PARCE	ES DE ENT
	AUTORIZA A CRIAÇÃO DE UMA CENTRAL DE EMPREGOS PARA PESSOAS PO	LEI Nº 15.069, DE 12.4.2022	AUTORIZA A CRIAÇÃO DE UMA CENTRAL DE EMPREGOS PARA PESSOAS PO	ÊNCIA – C
	AUTORIZA A CRIAÇÃO DO CADASTRO NACIONAL DE ANIMAIS DOMÉSTICOS	LEI Nº 10.027, DE 12.4.2022	AUTORIZA A CRIAÇÃO DO CADASTRO NACIONAL DE ANIMAIS DOMÉSTICOS	
	AUTORIZA A CRIAÇÃO DO PROGRAMA CUIDANDO DE QUEM CUIDA DA MENTE	LEI Nº 14.648, DE 4.8.2023	AUTORIZA A CRIAÇÃO DO PROGRAMA CUIDANDO DE QUEM CUIDA DA MENTE	ADO DE A
	AUTORIZA A OZONIOTERAPIA NO TERRITÓRIO NACIONAL	LEI Nº 14.323, DE 12.4.2022	AUTORIZA A OZONIOTERAPIA NO TERRITÓRIO NACIONAL	
	AUTORIZA A PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS POR TEMPO DETERMINADO NO	LEI Nº 8.810, DE 20.1.2023	AUTORIZA A PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS POR TEMPO DETERMINADO NO	ÉRENCIA
	AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS TESTE TÉCNICO-CIENTÍFICOS ESPOR	LEI Nº 5.809, DE 27.2.1996	AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS TESTE TÉCNICO-CIENTÍFICOS ESPOR	OS DO UST
	AUTORIZA A TRANSFERÊNCIA DE CADETES O	LEI Nº 8.652, DE 13.4.2022	AUTORIZA A TRANSFERÊNCIA DE CADETES O	STRABOV
	AUTORIZA E REGULAMENTA AS ASSEMBLEIAS CONDOMINIAIS NO FORMATO	LEI Nº 8.398, DE 25.3.2021	AUTORIZA E REGULAMENTA AS ASSEMBLEIAS CONDOMINIAIS NO FORMATO	ECIDOPAN
	AUTORIZA O ESTADO DE ALAGOAS A CELEBRAR OPERAÇÃO CONTRATUAL P	LEI Nº 9.513, DE 1.4.2025	AUTORIZA O ESTADO DE ALAGOAS A CELEBRAR OPERAÇÃO CONTRATUAL P	O DE VACIN
	AUTORIZA O GOVERNO DO ESTADO A CRIAR COTA PARA MULHERES EM SIT	LEI Nº 9.455, DE 21.6.2022	AUTORIZA O GOVERNO DO ESTADO A CRIAR COTA PARA MULHERES EM SIT	TIÇÃO DE A
	AUTORIZA O GOVERNO DO ESTADO A CRIAR O PROGRAMA "JOÃO E MARIA O	LEI Nº 8.691, DE 21.6.2022	AUTORIZA O GOVERNO DO ESTADO A CRIAR O PROGRAMA "JOÃO E MARIA O	ER DIRETR
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXT	LEI Nº 8.680, DE 9.6.2022	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXT	GANTEIA
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO JUN	LEI Nº 8.601, DE 22.2.2022	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO JUN	ICA FEDE
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR O PROGRAMA "HORTA ESCOLAR" C	LEI Nº 9.450, DE 22.2.2022	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR O PROGRAMA "HORTA ESCOLAR" C	DE SEI MO
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO E	LEI Nº 14.643, DE 2.8.2023	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO E	DE SEI MO
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DAR TRATAMENTO IGUALITÁRIO AOS SER	LEI Nº 6.120, DE 22.9.1999	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DAR TRATAMENTO IGUALITÁRIO AOS SER	CONSEMP
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A IMPLANTAR SERVIÇO DE MONITORAMENT		AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A IMPLANTAR SERVIÇO DE MONITORAMENT	DE VIOLÊ
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR O QUADRO ESPECIAL PECULIA		AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR O QUADRO ESPECIAL PECULIA	R PROCOB

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROMOVER	LEI N. 8.133, 7.8.2019	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROMOVER A ALIENAÇÃO DE BENS PÚBLICOS	RESOLUÇÃO
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REALIZAR	LEI N. 8.418, 19.5.2021	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REALIZAR EXAME DE VISTA NA CRIANÇA	SISTEMA D
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A TRANSFERIR	LEI N. 9.279, 20.6.2024	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A TRANSFERIR RECURSOS PROVENIENTES	ESPECIEBA
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DO ESTADO	LEI N. 8.970, 20.9.2023	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DO ESTADO DE ALAGOAS A CRIAR CURSO E	ÂMBITO P
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO FEDERAL A	LEI N. 14.343, 19.5.2022	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO FEDERAL A DOAR IMUNIZANTES CONTRA CO	NACIONAL
	BAIXA AS ESPECIFICAÇÕES DOS CARGOS RE	DECRETO N. 4.462, DE	BAIXA AS ESPECIFICAÇÕES DOS CARGOS REESTRUTURADOS NOS TERMOS	2.12.1977.
	BEBIDA ALCOÓLICA (PROIBIÇÃO PARA MENOR	DECRETO N. 27.039, DE	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.329, DE 5 DE JANEIRO DE 2012, QUE PR	ALAGOAS
	BEBIDA ALCOÓLICA (PROIBIÇÃO PARA MENOR	LEI N. 7.329, 5.1.2012	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA VENDA, OFERTA, FORNECIMENTO, ENTREG	CONSUMO
	CADASTRO ELEITORAL PARA ELEIÇÕES 2020	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL E	2020 E DÁ C
	CALENDÁRIO ELEITORAL 2020	RESOLUÇÃO	CALENDÁRIO ELEITORAL 2020 - ELEIÇÕES 2020	
	CALENDÁRIO ELEITORAL - ELEIÇÕES 2024	RESOLUÇÃO	CALENDÁRIO ELEITORAL - ELEIÇÕES 2024	
	CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO	DECRETO N. 17.439, DE	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.294, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011	
	CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO	LEI N. 7.294, DE	CRIA CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, NO ÂMBITO DO PODER EXEC	ÇÃO EXCI
	CARTILHA AGU - ELEIÇÕES 2026	MANUAL DA	CARTILHA AGU - ELEIÇÕES 2026 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO - CONDUTAS	NTES PÚBLI
	CARTILHA MPM - ELEIÇÕES 2024 - O MINISTÉRI	CARTILHA M	CARTILHA MPM - ELEIÇÕES 2024 - O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR E AS ELEI	
	CARTILHA PGE - CARTILHA DA CÂMARA DE PR	CARTILHA PGE - CPRAC	CARTILHA PGE - CARTILHA DA CÂMARA DE PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO ADMI	FLITOS DO
	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AG	CARTILHA PGE	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM PERÍODO	O 2018
	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AG	CARTILHA PGE	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM PERÍODO	O 2022
	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AG	CARTILHA PGE	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM PERÍODO	CA 2020
	CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOVERNO (ES	LEI N. 6.210, DE	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA DA CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOVERNO	GOAS.
	CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOVERNO (ES	LEI N. 6.179, 8.8.2000	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA DA CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOVERNO	GOAS.
	CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENT	DECRETO N. 1.818, DE	APROVA O REGULAMENTO DO CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENT	
	CLASSIFICA A VISÃO MONOCULAR COMO DEF	LEI Nº 14.126	CLASSIFICA A VISÃO MONOCULAR COMO DEFICIÊNCIA SENSORIAL DO TIPO	
	CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CO	DECRETO Nº	DETERMINA A CLASSIFICAÇÃO NO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLAN	ITO SOCIAL
	CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CO	DECRETO Nº	DETERMINA A CLASSIFICAÇÃO NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS CONE	STANCIAM
	CLASSIFICA OS CARGOS DO SERVIÇO CIVIL D	LEI N. 2.249, 15.6.1960	CLASSIFICA OS CARGOS DO SERVIÇO CIVIL DO PODER EXECUTIVO E DÁ OUT	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	CÓDIGO BRASILEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES	LEI N. 4.117, 27.8.1962	INSTITUI O CÓDIGO BRASILEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES	
	CÓDIGO CIVIL	LEI N. 10.406, 10.1.2002	INSTITUI O CÓDIGO CIVIL	
	CÓDIGO DE ÁGUAS	DECRETO N. 24.643 DE	INSTITUI O CÓDIGO DE ÁGUAS	
	CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	LEI N. 8.078, 11.9.1990	DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	LEI N. 13.105, 16.3.2015	INSTITUI O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	
	CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	DECRETO N. 1.368 DE 19.1.2001	INSTITUI O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	
	CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR	DECRETO N. 1.002 DE 19.1.2001	INSTITUI O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR	
	CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	LEI N. 9.503, 23.9.1997	INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	
	CÓDIGO ELEITORAL	LEI N. 4.737, 15.7.1965	INSTITUI O CÓDIGO ELEITORAL	
	CÓDIGO FLORESTAL	LEI N. 12.651, 25.5.2012	INSTITUI O CÓDIGO FLORESTAL - DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DA VEGETAÇÃO	
	CÓDIGO PENAL	DECRETO N. 2.848 DE 19.1.2001	INSTITUI O CÓDIGO PENAL	
	CÓDIGO PENAL MILITAR	DECRETO N. 1.001 DE 19.1.2001	INSTITUI O CÓDIGO PENAL MILITAR	
	COMISSÃO MISTA ESPECIAL (DIAGNÓSTICO DE	DECRETO N. 35.707 DE	CONSTITUI COMISSÃO MISTA ESPECIAL PARA O FIM QUE MENCIONA	
	COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES	DECRETO N. 40.054 DE	CONSTITUI COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO E	
	COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES	DECRETO N. 40.941 DE	DESIGNA OS MEMBROS DO COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO E	
	COMITÊ DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AGRÁRIOS	DECRETO N. 11.054 DE	INSTITUI COMITÊ DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AGRÁRIOS	
	COMITÊ DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AGRÁRIOS	DECRETO N. 39.672 DE	DESIGNA OS NOVOS MEMBROS DO COMITÊ DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AGRÁRIOS	
	COMITÊ INTEGRADO DE SEGURANÇA NO TRÂNSITO	DECRETO N. 17.450 DE	DESIGNA OS MEMBROS DO COMITÊ INTEGRADO DE SEGURANÇA NO TRÂNSITO	
	COMITÊ INTEGRADO PARA A REDUÇÃO DA MORTE	DECRETO N. 29.273 DE	DESIGNA OS MEMBROS DO COMITÊ QUE MENCIONA	
	COMPENSAÇÃO FINANCEIRA	LEI N. 6.035, 2.7.1998	ASSEGURA, NA FORMA QUE ESTIPULA, A PAGA DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA	
	COMPETÊNCIA AO MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA	DECRETO Nº 1.368 DE 19.1.2001	DELEGA A COMPETÊNCIA AO MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA PARA APROV	
	COMUNICAÇÃO SOBRE INDISPONIBILIDADE DE	NP Nº 313901	TRANSCRIÇÃO DE OFÍCIO CIRCULAR Nº E-41/2025/SEPLAG - COMUNICAÇÃO S	
	CONCEDE INDULTO NATALINO E COMUTACÃO	DECRETO N. 12.338 DE	CONCEDE INDULTO NATALINO E COMUTACÃO DE PENA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO	LEI N. 8.618, 22.2.2022	CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS AO	
	CONCEDER ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA	PORTARIA Nº 1.368 DE 19.1.2001	CONCEDER ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA	
	CONCURSO PÚBLICO 2012 (COMISSÃO MISTA	DECRETO N. 23.198 DE	DESIGNA MEMBROS DA COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURSO P	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	CONCURSO PÚBLICO 2012 (COMISSÃO MISTA	DECRETO N. 17.528, DE	CONSTITUI COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO NO Â	
	CONCURSO PÚBLICO 2012 (COMISSÃO MISTA	DECRETO N. 24.505, DE	ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURS	
	CONFERE A PROFISSIONAIS DO SEXO FEMININ	LEI N. 9.722, DE	CONFERE A PROFISSIONAIS DO SEXO FEMININO A EXCLUSIVIDADE NOS CUIR	
	CONSELHO DE DISCIPLINA DA PMAL	LEI N. 4.000, DE	DISPÕE SOBRE O CONSELHO DE DISCIPLINA DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS	
	CONSELHO DE JUSTIFICACÃO NA PMAL	LEI N. 4.218, 5.12.1980	DISPÕE SOBRE O CONSELHO DE JUSTIFICACÃO NA POLÍCIA MILITAR DO EST	
	CONSELHO DELIBERATIVO DO AL-PREVIDÊNCIA	DECRETO N. 6.369, DE	DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO DELIBERATIVO DO AL-PREVIDÊNCIA	
	CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DA CRIANÇA	LEI N. 5.812, 27.2.1996	DÁ NOVA REDACÇÃO A LEI ESTADUAL Nº 5.336, DE 08 DE MAIO DE 1992, E ADO	
	CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DA CRIANÇA	LEI N. 5.336, 8.5.1992	NORMATIZA O CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLES	
	CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS HUMANOS	LEI N. 5.974, 9.12.1997	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREI	
	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	LEI DELEGADA	ALTERA A DENOMINAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE JUSTIÇA E SEGURAN	
	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	DECRETO N. 11.226, DE	DÁ NOVA REDACÇÃO AOS ARTS. 2º E 5º DA LEI DELEGADA Nº 42, DE 14 DE MAIO	
	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	DECRETO N. 33.328, DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 3.700, DE 31 DE AGOSTO DE 2007, QUE AP	
	CONSELHO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE ALAGOAS	DECRETO N. 1.756, DE	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE	
	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA	DECRETO N. 18.512, DE	DESIGNA OS NOVOS MEMBROS DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA	
	CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE DEFESA SOCIAL	DECRETO N. 21.454, DE	AUTORIZA A SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL, EM PARCERIA CO	
	CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE DEFESA SOCIAL	DECRETO N. 10.812, DE	ESTIMULA A CRIAÇÃO DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE DEFESA SOCIAL	
	CONSIDERA A LIGA DE QUADRILHAS JIUNINAS	LEI N. 8.583, 19.1.2022	CONSIDERA A LIGA DE QUADRILHAS JIUNINAS DE ALAGOAS – LIGAL COMO PA	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOC	LEI N. 8.686, 21.6.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO ALAGOANA DE SURDEAA	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOC	LEI N. 8.690, 21.6.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CON	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOC	LEI N. 8.656, 13.4.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL E RECRE	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOC	LEI N. 8.660, 25.4.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO EM BUSCA DE SOBRISOS	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL	LEI N. 8.571, 4.1.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIAÇÃO DE HEMOÉUL	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL	LEI N. 8.705, 6.7.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIAÇÃO VIDA E CIDAD	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL	LEI N. 8.572, 4.1.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A LIGA DE QUADRILHA JIUNIN	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL	LEI N. 8.689, 21.6.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL O INSTITUTO ABRACE	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O CLUBE	LEI N. 8.693, 21.6.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O CLUBE DE REGATAS BRASIL – CRB	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO ANIMAL ESPERANÇA	LEI N. 8.703, DE 6.7.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO ANIMAL ESPERANÇA	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	LEI N. 8.556, DE 19.5.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	DESC.
	CONSOLIDA ATOS NORMATIVOS EDITADOS PELO PODER EXECUTIVO FEDERAL	DECRETO N. 9.579, DE 1.10.2022	CONSOLIDA ATOS NORMATIVOS EDITADOS PELO PODER EXECUTIVO FEDERAL	BRASIL
	CONSTITUIÇÃO ESTADUAL	CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS DE 1989 - EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 1	CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS DE 1989 - EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 1	
	CONSTITUIÇÃO ESTADUAL	CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS DE 1989 - EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 1	CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS DE 1989 - EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 1	
	CONSTITUIÇÃO FEDERAL	CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 - EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 1	CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 - EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 1	7, DE 2022
	CONSTITUI COMISSÃO ESTADUAL NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO	PORTARIA Nº 105.357, DE 1.10.2022	CONSTITUI COMISSÃO ESTADUAL NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
	CONSTITUI COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO NO ÂMBITO DA ALCA	DECRETO N. 83.887, DE 1.10.2022	CONSTITUI COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO NO ÂMBITO DA ALCA	MILITAR DE
	CONSTITUI COMISSÃO ORGANIZADORA COM A FINALIDADE DE REALIZAR A T	DECRETO N. 7.845, DE 18.7.2025	CONSTITUI COMISSÃO ORGANIZADORA COM A FINALIDADE DE REALIZAR A T	VAL DA ALA
	CREDENCIAMENTO DE SEGURANÇA E TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES	LEI N. 9.612, DE 18.7.2025	CREDENCIAMENTO DE SEGURANÇA E TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES	INFORMAÇÕES
	CRIA A CAMPANHA PERMANENTE DE COMBATE À MISOGINIA NO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 10.693, DE 25.6.2003	CRIA A CAMPANHA PERMANENTE DE COMBATE À MISOGINIA NO ESTADO DE ALAGOAS	RAS PROV
	CRIA A CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁRIO FEDERAL NO QUADRO DE PESSOAL DA JUSTIÇA	DECRETO N. 10.981, DE 11.08.2025	CRIA A CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁRIO FEDERAL NO QUADRO DE PESSOAL DA JUSTIÇA	O DA JUSTI
	CRIA A MEDALHA DO SERVIÇO MILITAR E ALTERA O DECRETO Nº 40.556, DE 1.10.2022	DECRETO N. 11.089, DE 1.10.2022	CRIA A MEDALHA DO SERVIÇO MILITAR E ALTERA O DECRETO Nº 40.556, DE 1.10.2022	RECURSO USU
	CRIA A ORDEM DO MÉRITO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	LEI N. 9.499, DE 1.4.2025	CRIA A ORDEM DO MÉRITO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	
	CRIA A POLÍTICA ESTADUAL DE VALORIZAÇÃO DA ESCRITÓRIA E DO ESCRITÓRIO	DECRETO N. 70.396, DE 1.10.2022	CRIA A POLÍTICA ESTADUAL DE VALORIZAÇÃO DA ESCRITÓRIA E DO ESCRITÓRIO	E INCENTIV
	CRIA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM IMÓVEL DO REGIMENTO DE CONTADO D	LEI N. 6.895, DE 1.10.2022	CRIA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM IMÓVEL DO REGIMENTO DE CONTADO D	CONTADO D
	CRIAÇÃO DA 29ª VARA CÍVEL DA CAPITAL - CO	LEI N. 8.364, DE 1.10.2022	CRIAÇÃO DA 29ª VARA CÍVEL DA CAPITAL - CO	AGRÁRIOS
	CRIAÇÃO DA DELEGACIA ESPECIAL DOS CRIMES CONTRA V	DECRETO N. 407, DE 1.10.2022	CRIAÇÃO DA DELEGACIA ESPECIAL DOS CRIMES CONTRA V	OUTRAS P
	CRIAÇÃO DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA (B.O.) DA POLÍCIA M	DECRETO N. 407, DE 1.10.2022	CRIAÇÃO DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA (B.O.) DA POLÍCIA M	S E ADOTA
	CRIAÇÃO DO COMITÊ DE GERENCIAMENTO DE IMPACTOS E	DECRETO N. 407, DE 1.10.2022	CRIAÇÃO DO COMITÊ DE GERENCIAMENTO DE IMPACTOS E	SE DO CO
	CRIAÇÃO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE AVIAÇÃO - DE	LEI Nº 9.390, DE 1.10.2022	CRIAÇÃO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE AVIAÇÃO - DE	CIAS, RES
	CRIAÇÃO DO SERVIÇO VOLUNTÁRIO REMUNE	DECRETO N. 35.142, DE 1.10.2022	CRIAÇÃO DO SERVIÇO VOLUNTÁRIO REMUNE	MAÇÃO DE
	CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO GABINETE DE CRISE DA S	DECRETO N. 69.463, DE 1.10.2022	CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO GABINETE DE CRISE DA S	ÊNCIA - G
	CRIA CARGO ISOLADO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	LEI N. 4.350, DE 17.5.1982	CRIA CARGO ISOLADO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	GISLATIVO
	CRIA CARGOS DE PROCURADOR DE JUSTIÇA E ADOTA PROVIDÊNCIAS CORR	LEI N. 4.333, DE 13.4.1982	CRIA CARGOS DE PROCURADOR DE JUSTIÇA E ADOTA PROVIDÊNCIAS CORR	
	CRIA CAUSA DE AUMENTO DE PENA PARA O CRIME DE VENDER, FORNECER,	LEI N. 15.234, DE 17.10.2025	CRIA CAUSA DE AUMENTO DE PENA PARA O CRIME DE VENDER, FORNECER,	REFORMA

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	cria multa administrativa no âmbito do	LEI N. 9.500, 14.2025	cria multa administrativa no âmbito do estado de alagoas para pe	
	cria no âmbito do estado de alagoas a	lei	cria no âmbito do estado de alagoas a câmara de prevenção e re	
	cria o cadastro de condenados por es	LEI N. 9.599, 18.7.2025	cria o cadastro de condenados por estupro e o cadastro de con	
	cria o cadastro nacional de craincas e	LEI N. 12.127, DE	cria o cadastro nacional de craincas e adolescentes desapareci	
	cria o cadastro nacional de pessoas	LEI N. 14.069, 11.10.2020	cria o cadastro nacional de pessoas condenadas por crime de	
	cria o fundo estadual de combate ao c	LEI N. 8.396, 19.3.2021	cria o fundo estadual de combate ao câncer	
	cria o índice de avaliação da qualidade	LEI N. 10.015, DE	cria o índice de avaliação da qualidade do atendimento nas deleg	
	cria o instituto de previdência e assist	LEI N. 2.509, 4.12.1962	cria o instituto de previdência e assistência dos servidores do es	
	cria o mistério do trabalho e previdên	LEI N. 14.261, DE	cria o mistério do trabalho e previdência	
	cria o programa de incentivo ao melho	LEI N. 8.582, 19.1.2022	cria o programa de incentivo ao melhoramento genético do reba	
	cria o programa pró-leitos	LEI Nº 14.147	cria o programa pró-leitos com aplicação enolianto perdulibar a	
	cria o protocolo "NÃO É NÃO" PARA PRE	LEI N. 14.786, DE	cria o protocolo "NÃO É NÃO" PARA PREVENÇÃO AO CONSTRANGIMENT	
	cria o selo tolerância zero com asséd	LEI Nº 9.603	cria o selo tolerância zero com assédio a ser concedido a estab	
	crime de denúncia caluniosa	LEI N. 14.110, DE	ALTERA O ART. 339 DO DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 07.12.1940 (CÓDIGO PENAL)	
	crime de perseguição	LEI N. 14.132, 31.3.2021	ACRESCENTA O ART. 147-A AO DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 07.12.1940 (CÓDIGO	
	crimes ambientais	LEI N. 9.605, 12.2.1998	DISPÕE SOBRE AS SANÇÕES PENAIS E ADMINISTRATIVAS DERIVADAS DE CO	
	crimes de violação de dispositivo inef	LEI N. 14.155, 27.5.2021	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 07.12.1940 (CÓDIGO PENAL) PARA TORNAR	
	cultura (dia do músico alagoano)	LEI N. 7.783, 22.1.2016	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO DIA DO MÚSICO ALAGOANO E DÁ OUTRAS PR	
	dá nova redação ao § 1º e cria os § 7º	EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 10	DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 1º E CRIA OS § 7º, 8º E 9º DO ARTIGO 244 E CRIA O	
	dá nova redação ao art. 13 da lei nº 3	LEI N. 5.883, DE	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 13 DA LEI Nº 3.541 DE 29 DE DEZEMBRO DE 1975	
	dá nova redação ao art. 5º e parágrafo	LEI N. 9.743, DE	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 5º e PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 6º DA LEI ESTA	
	dá nova redação ao artigo 2º da lei de	DECRETO N. 4.140 DE	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 2º DA LEI DELEGADA Nº 42 DE 14 DE MAIO DE	
	dá nova redação aos artigos 79, 81 e a	LEI N. 3.846, DE	DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTIGOS 79, 81 E AO INCISO VII DO ARTIGO 93 DA L	
	dá nova redação aos arts. 1º e 2º da l	LEI N. 4.170, 3.10.1980	DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTS. 1º E 2º DA LEI Nº 4.125 DE 26.03.1980 E REVOC	
	dá nova redação aos arts. 1º e 2º da l	LEI N. 4.171, 3.10.1980	DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTS. 1º E 2º DA LEI Nº 4.126 DE 26.03.1980 E REVOC	
	dá nova redação aos arts. 2º e 3º da l	LEI N. 8.527, DE	DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTS. 2º E 3º DA LEI Nº 6.943 DE 12 DE JUNHO DE 20	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DÁ NOVA REDACÇÃO AOS ARTS. 2º E 5º DA LEI Nº 11.226, DE 11.07.2018	DECRETO N.º 11.226, DE 11.07.2018	DÁ NOVA REDACÇÃO AOS ARTS. 2º E 5º DA LEI DELEGADA Nº 42, DE 14 DE MAIO DE 1964	FASE DE
	DÁ NOVA REDACÇÃO AO SEU ART. 78 E AO SEU INCISO XII DA ALÍNEA “C” DO ART. 79	LEI N. 4.922, DE 17.1.1987	DÁ NOVA REDACÇÃO AO SEU ART. 78 E AO SEU INCISO XII DA ALÍNEA “C” DO ART. 79	CS3698
	DAR PODERES AO CONTADOR CONSTITUÍDO	LEI N. 8.356, DE 2.12.2020	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO NA LEI Nº 6.161 DE 26 JUNHO DE 2000 PARA DAR PODERES AO CONTADOR CONSTITUÍDO	NTADOR C
	DECLARA FERIADO NACIONAL O DIA NACIONAL DE ZUMBIE DA CONSCIÊNCIA	LEI N. 14.759, DE 18.8.2023	DECLARA FERIADO NACIONAL O DIA NACIONAL DE ZUMBIE DA CONSCIÊNCIA	
	DECLARA MANIFESTAÇÃO DA CULTURA NACIONAL A TRADIÇÃO DO USO EM	LEI N. 14.641, DE 18.8.2023	DECLARA MANIFESTAÇÃO DA CULTURA NACIONAL A TRADIÇÃO DO USO EM	AS, DO TR
	DECLARA SITUAÇÃO ANORMAL CARACTERIZADA COMO ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA	DECRETO Nº 11.123, DE 11.12.2018	DECLARA SITUAÇÃO ANORMAL CARACTERIZADA COMO ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA	ODO O TE
	DEEINE A METODOLOGIA DE CONSOLIDAÇÃO DAS MORTES VIOLENTAS INTERIORES	PORTARIA Nº 14.768, DE 11.12.2018	DEEINE A METODOLOGIA DE CONSOLIDAÇÃO DAS MORTES VIOLENTAS INTERIORES	ADACIOS
	DEEINE DEFICIÊNCIA AUDITIVA E ESTABELECE VALOR REFERENCIAL DA LIMITAÇÃO	LEI N. 14.768, DE 11.12.2018	DEEINE DEFICIÊNCIA AUDITIVA E ESTABELECE VALOR REFERENCIAL DA LIMITAÇÃO	
	DEEINE MECANISMOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO ESTATUTO DOS REFUGIADOS	LEI N. 9.474, DE 22.7.1997	DEEINE MECANISMOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO ESTATUTO DOS REFUGIADOS	ERMINA O
	DEEINE O ANO CIVIL	LEI N. 810, DE 6.9.1949	DEEINE O ANO CIVIL	
	DELEGA COMPETÊNCIA PARA A PRÁTICA DE ATOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES	DECRETO N.º 11.123, DE 11.12.2018	DELEGA COMPETÊNCIA PARA A PRÁTICA DE ATOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES	
	DENOMINA “BATALHÃO ASPIRANTE FRANCISCO FERREIRA DE MELO” O 9º BATALHÃO	LEI N. 8.463, DE 30.6.2021	DENOMINA “BATALHÃO ASPIRANTE FRANCISCO FERREIRA DE MELO” O 9º BATALHÃO	MILITAR D
	DENOMINAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS A SERVIDORES PÚBLICOS	LEI N. 7.134, DE 9.12.2009	DENOMINAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS A SERVIDORES PÚBLICOS	
	DENOMINA O CANIL DO BATALHÃO DE OPERAÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS - ROPE DE ALAGOAS	LEI N. 6.623, DE 22.7.2025	CANIL DO BATALHÃO DE OPERAÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS - ROPE DE ALAGOAS	ITE ABRAÇ
	DENOMINA O CANIL DO BATALHÃO DE OPERAÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS - R	LEI N. 9.623, DE 22.7.2025	DENOMINA O CANIL DO BATALHÃO DE OPERAÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS - R	E CANIL TE
	DENOMINA RODOVIA DEPUTADO ARNALDO PINTO GUEDES DE PAIVA A AL-40	LEI N. 8.788, DE 11.12.2018	DENOMINA RODOVIA DEPUTADO ARNALDO PINTO GUEDES DE PAIVA A AL-40	ENTRE
	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE ALAGOAS (REGIMENTO)	DECRETO N.º 19.033, DE 19.03.2022	DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE ALAGOAS	AGOAS.
	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE VEÍCULOS	DECRETO N.º 5.879, DE 10.6.22	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE VEÍCULOS	DETRAN/AL
	DESIGNA A AUTORIDADE CENTRAL FEDERAL DE QUE TRATA A LEI Nº 13.812	DECRETO N.º 10.622, DE 10.6.22	DESIGNA A AUTORIDADE CENTRAL FEDERAL DE QUE TRATA A LEI Nº 13.812	EUPESSOM
	DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS	DECRETO N.º 98.836, DE 10.6.22	DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS	
	DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA	DECRETO N.º 107.466, DE 10.6.22	DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA	TE - CEDO
	DETERMINA A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO SOCIAL	DECRETO Nº 11.123, DE 11.12.2018	DETERMINA A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO SOCIAL	NTO SOCI
	DETERMINA A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO SOCIAL	DECRETO Nº 11.123, DE 11.12.2018	DETERMINA A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO SOCIAL	ITO SOCI
	DETERMINA O RETORNO DOS SERVIDORES MILITARES À CORPORAÇÃO DA F	DECRETO N.º 3.545, DE 18.3.2022	DETERMINA O RETORNO DOS SERVIDORES MILITARES À CORPORAÇÃO DA F	OTA PROV
	DETERMINA QUE AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS DE ENSINO NO ÂMBITO	LEI N. 8.622, DE 18.3.2022	DETERMINA QUE AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS DE ENSINO NO ÂMBITO	NO AGOM
	DETERMINA QUE AS MATERNIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS NO ESTADO DE	LEI N. 8.062, DE 18.3.2022	DETERMINA QUE AS MATERNIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS NO ESTADO DE	MENTREIN

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DETERMINA QUE OS AGRESSORES QUE COMETEREM CRIME DE MALUS-TRATAMENTO CONTRA O SERVIDOR PÚBLICO	LEI N. 8.597, DE 22.2.2022	DETERMINA QUE OS AGRESSORES QUE COMETEREM CRIME DE MALUS-TRATAMENTO CONTRA O SERVIDOR PÚBLICO	INFORMAÇÕES
	DIA DA POLICIAL MILITAR FEMININA	LEI N. 8.118, DE 21.6.2019	INSTITUI O DIA DA POLICIAL MILITAR FEMININA DO ESTADO DE ALAGOAS	
	DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL - I DB	LEI N. 9.394, DE 20.12.1996	ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL - I DB	
	DISCIPLINA A APLICAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	LEI N. 9.494, DE 10.9.1997	DISCIPLINA A APLICAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	7.347, DE 19.12.2017
	DISCIPLINA A CONVERSÃO DAS FÉRIAS EM ABONO DE CUMPRIMENTO DE DEVERES	LEI N. 8.367, DE 20.12.1996	DISCIPLINA A CONVERSÃO DAS FÉRIAS EM ABONO DE CUMPRIMENTO DE DEVERES	COMETIDA
	DISCIPLINA A DISPOSIÇÃO DE POLICIAIS CIVIS E MILITARES NA SEGURANÇA PÚBLICA	DECRETO N. 3.987 DE 11.6.2018	DISCIPLINA A DISPOSIÇÃO DE POLICIAIS CIVIS E MILITARES NA SEGURANÇA PÚBLICA	ADAS E D
	DISCIPLINA A JORNADA DE TRABALHO E O FULCRO DE ATIVIDADES DO TRABALHO	LEI N. 13.103, DE 2.3.2015	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE MOTORISTA - ALTERA A CONDIÇÃO DE	S DO TRAB
	DISCIPLINA A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	LEI N. 13.675, DE 11.6.2018	DISCIPLINA A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	NÇA PÚBL
	DISCIPLINA A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	LEI N. 13.675, DE 11.6.2018	DISCIPLINA A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	NTAÇÃO P
	DISCIPLINA O FLUXO DE PROCEDIMENTOS PARA A EXECUÇÃO DE RECURSOS	PORTARIA N. 1.201 DE 11.6.2018	DISCIPLINA O FLUXO DE PROCEDIMENTOS PARA A EXECUÇÃO DE RECURSOS	A MODALID
	DISCIPLINA O MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	LEI N. 12.016, DE 7.8.2009	DISCIPLINA O MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	DISCIPLINA O USO DAS DENOMINAÇÕES "CARTÓRIO"	LEI N. 9.059, DE 20.12.1996	DISCIPLINA O USO DAS DENOMINAÇÕES "CARTÓRIO" E "CARTÓRIO EXTRAJURISDICCIONAL"	O ESTADO
	DISCIPLINA O USO DOS INSTRUMENTOS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO PARA A SEGURANÇA PÚBLICA	LEI N. 13.060, DE 11.6.2018	DISCIPLINA O USO DOS INSTRUMENTOS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO PARA A SEGURANÇA PÚBLICA	EGURANÇ
	DISPENSA O PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULO	LEI N. 8.469, DE 15.7.2021	DISPENSA O PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULO	PVA COR
	DISPÕE ACERCA DE REGRAS ATINENTES AOS ATIRADORES DESPORTIVOS NA PRÁTICA DE ALTA PERFORMANCE	LEI N. 8.655, DE 13.4.2022	DISPÕE ACERCA DE REGRAS ATINENTES AOS ATIRADORES DESPORTIVOS NA PRÁTICA DE ALTA PERFORMANCE	O DE ALA
	DISPÕE A RESPEITO DAS DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL, HOSPITAIS E INSTITUIÇÕES DE SAÚDE	LEI N. 7.195, DE 28.7.2010	DISPÕE A RESPEITO DAS DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL, HOSPITAIS E INSTITUIÇÕES DE SAÚDE	SUAES CA
	DISPÕE DIRETRIZES PARA CRIAÇÃO DE UM TREINAMENTO SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	LEI N. 9.594, DE 15.7.2025	DISPÕE DIRETRIZES PARA CRIAÇÃO DE UM TREINAMENTO SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	ÇÃO PRO
	DISPÕE NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES	LEI Nº 8.407, DE 11.6.2018	DISPÕE NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES	AS NOS ES
	DISPÕE SOBRE A ACESSIBILIDADE NAS PRAIAS LOCALIZADAS NO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 8.781, DE 11.6.2018	DISPÕE SOBRE A ACESSIBILIDADE NAS PRAIAS LOCALIZADAS NO ESTADO DE ALAGOAS	
	DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS DE SEGURANÇA PELAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA	LEI N. 9.858, DE 20.12.1996	DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS DE SEGURANÇA PELAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA	COLPES
	DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE PRÁTICAS MÉTODOS SUSTENTÁVEIS NA CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	LEI N. 8.521, DE 7.10.2021	DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE PRÁTICAS MÉTODOS SUSTENTÁVEIS NA CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	RAS EXEC
	DISPÕE SOBRE A ALIENACÃO, A CESSÃO, A TRANSFERÊNCIA, A DESTINAÇÃO E A REVENDELAÇÃO DE BENS PÚBLICOS	LEI N. 9.373, DE 11.5.2018	DISPÕE SOBRE A ALIENACÃO, A CESSÃO, A TRANSFERÊNCIA, A DESTINAÇÃO E A REVENDELAÇÃO DE BENS PÚBLICOS	IAL AMBIE
	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI ESTADUAL Nº 6.285, DE 23 DE JANEIRO DE 2010	LEI N. 8.640, DE 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI ESTADUAL Nº 6.285, DE 23 DE JANEIRO DE 2010	ÇÃO E IN
	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO ART. 12º DA LEI Nº 6.568, DE 06 DE JANEIRO DE 2010	LEI N. 8.388, DE 10.3.2021	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO ART. 12º DA LEI Nº 6.568, DE 06 DE JANEIRO DE 2010	JOIESTRO
	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO DECRETO Nº 37.143, DE 18.3.1997	DECRETO N. 37.143, DE 18.3.1997	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO DECRETO Nº 37.143, DE 18.3.1997	SESVI DO
	DISPÕE SOBRE A ANTECIPAÇÃO DO ABONO ANUAL DEVIDO AOS SEGURADOS	DECRETO N. 11.947, DE 11.6.2018	DISPÕE SOBRE A ANTECIPAÇÃO DO ABONO ANUAL DEVIDO AOS SEGURADOS	A PREVID

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A ANTECIPACÃO DO PAGAMENTO DA GRATIFICAÇÃO NATALINA DO SERVIDOR PÚBLICO E PESSOAL CIVIL	DECRETO N.º 95.095, DE 14.03.2022	DISPÕE SOBRE A ANTECIPACÃO DO PAGAMENTO DA GRATIFICAÇÃO NATALINA DO SERVIDOR PÚBLICO E PESSOAL CIVIL	
	DISPÕE SOBRE A ANTECIPACÃO DO PAGAMENTO DA GRATIFICAÇÃO NATALINA DO SERVIDOR PÚBLICO E PESSOAL CIVIL	DECRETO N.º 100.550, DE 14.03.2022	DISPÕE SOBRE A ANTECIPACÃO DO PAGAMENTO DA GRATIFICAÇÃO NATALINA DO SERVIDOR PÚBLICO E PESSOAL CIVIL	
	DISPÕE SOBRE A ARRECADACÃO DE RECURSOS POR ENTIDADES BENEFICENTIAIS DE INTERESSE SOCIAL	LEI N.º 14.332, DE 14.03.2022	DISPÕE SOBRE A ARRECADACÃO DE RECURSOS POR ENTIDADES BENEFICENTIAIS DE INTERESSE SOCIAL	
	DISPÕE SOBRE A ASSOCIAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE MUNICÍPIOS E ALTÉRRELOS	LEI N.º 14.341, DE 14.03.2022	DISPÕE SOBRE A ASSOCIAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE MUNICÍPIOS E ALTÉRRELOS	
	DISPÕE SOBRE A ATENÇÃO À SAÚDE OCUPACIONAL DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE	LEI N.º 9.510, DE 14.03.2022	DISPÕE SOBRE A ATENÇÃO À SAÚDE OCUPACIONAL DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE	
	DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DOS VALORES ESTABELECIDOS NA LEI Nº 14.341, DE 14.03.2022	DECRETO N.º 10.922, DE 14.03.2022	DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DOS VALORES ESTABELECIDOS NA LEI Nº 14.341, DE 14.03.2022	
	DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO VOLUNTÁRIA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	LEI N.º 10.035, DE 14.03.2022	DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO VOLUNTÁRIA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	
	DISPÕE SOBRE A CAPACITAÇÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	LEI N.º 10.009, DE 14.03.2022	DISPÕE SOBRE A CAPACITAÇÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
	DISPÕE SOBRE A CASSACÃO DE ALVARÁ DE LICENÇA E FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS	LEI N.º 9.479, DE 14.03.2022	DISPÕE SOBRE A CASSACÃO DE ALVARÁ DE LICENÇA E FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS	
	DISPÕE SOBRE A CESSÃO DE SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E DE EMPRESAS PÚBLICAS	DECRETO N.º 34.899, DE 14.03.2022	DISPÕE SOBRE A CESSÃO DE SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E DE EMPRESAS PÚBLICAS	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DESENVOLVIMENTO	DECRETO Nº 76.263, DE 14.03.2022	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DESENVOLVIMENTO	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DESENVOLVIMENTO	DECRETO N.º 75.665, DE 14.03.2022	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DESENVOLVIMENTO	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DESENVOLVIMENTO	DECRETO N.º 76.147, DE 14.03.2022	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DESENVOLVIMENTO	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DESENVOLVIMENTO	DECRETO N.º 75.953, DE 14.03.2022	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DESENVOLVIMENTO	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DESENVOLVIMENTO	DECRETO N.º 75.760, DE 14.03.2022	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DESENVOLVIMENTO	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DESENVOLVIMENTO	DECRETO N.º 75.824, DE 14.03.2022	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DESENVOLVIMENTO	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DESENVOLVIMENTO	DECRETO N.º 75.861, DE 14.03.2022	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DESENVOLVIMENTO	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DESENVOLVIMENTO	DECRETO Nº 75.743, DE 14.03.2022	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DESENVOLVIMENTO	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DESENVOLVIMENTO	DECRETO N.º 75.696, DE 14.03.2022	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DESENVOLVIMENTO	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DESENVOLVIMENTO	DECRETO Nº 77.621, DE 14.03.2022	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DESENVOLVIMENTO	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O	AMENTO S
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O E	AMENTO SO
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O E	AMENTO SO
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O E	AMENTO SO
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O E	AMENTO S
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O P	AMENTO SO
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O E	AMENTO SO
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO PLANO	DECRETO N. 73.790 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME PLA	INTO SOC
	DISPÕE SOBRE A COMISSÃO DE GESTÃO DE	DECRETO N. 10.148 DE	INSTITUI A COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE DOCI	S DA ADM
	DISPÕE SOBRE A COMUNICAÇÃO AOS PAIS O	LEI N. 8.519, 7.10.2021	DISPÕE SOBRE A COMUNICAÇÃO AOS PAIS OU RESPONSÁVEIS ACERCA DAS	UNIONICA
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ANTECIPAC	DECRETO N. 106.823 DE	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ANTECIPACÃO DE REMUNERACÃO MENSA	AMENTA
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BOLSA OUI	LEI N. 9.723, DE	ALTERA O CAPUT DO ART. 2º E ACRESCENTA O § 4º AO REFERIDO ARTIGO DA	639, DE 28
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BOLSA OUI	LEI N. 8.639, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BOLSA OUI ATRIBUIÇÃO PARA OS SERVIDOR	ERÍCIA OFI
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BONIFICAC	LEI N. 9.171, 26.2.2024	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BONIFICACÃO EXTRAORDINÁRIA AOS PRO	RETARIA D
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE MEDIDAS C	LEI N. 8.437, 30.6.1992	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE MEDIDAS CAUTELARES CONTRA A TOS DO	DÁ OUTRA
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VERBA DE	LEI N. 7.313, DE	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO AOS	LEGADOS
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO TÍTULO DE	LEI N. 8.692, 21.6.2022	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA DO CENTR	ANO – CSA
	DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE COMISS	DECRETO N. 101.094 DE	DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DOCUMEN	OSITICA
	DISPÕE SOBRE A CONTA DO TIPO POLIPANCA	LEI N. 14.075, DE	DISPÕE SOBRE A CONTA DO TIPO POLIPANCA SOCIAL DIGITAL - E ALTERA AS	2.04.2020,
	DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO	LEI N. 7.966, 9.1.2018	DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDEI	EMPORAR
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA CARREIRA DE	LEI N. 6.682 10.1.2006	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁRIO DO SE	ER EXECU
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMENDA IRM	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMENDA IRMÃ DULCE PARA PESSOAS E ENT	STAQUEM
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA ESCOLA DE TE	LEI N. 10.030, DE	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA ESCOLA DE TECNOLOGIA E INTELIGÊNCIA ART	S NO EST
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA PATRIULHA PE	LEI N. 8.773, DE	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA PATRIULHA PET NO ÂMBITO DO ESTADO DE AL	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CARGOS DE D	LEI N. 8.699, 30.6.2022	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CARGOS DE DEFENSOR PÚBLICO ESTADUAL	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE ESCOLA ESTAD	LEI N. 8.787, DE	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PARA ACO	DANTES D

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CADASTRO ESTADUAL DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	LEI N. 9.715, 7.11.2025	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CADASTRO ESTADUAL DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	CAEPED
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CARTÃO DIGITAL DE VACINAÇÃO DO ESTADO	LEI N. 8.694, 27.6.2022	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CARTÃO DIGITAL DE VACINAÇÃO DO ESTADO	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE PENITENCIÁRIO NO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 9.682, 14.2.2025	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE PENITENCIÁRIO NO ESTADO DE ALAGOAS	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA "CASTRA ALAGOAS" QUE ESTABELECE O REGIME DE SERVIÇO DE PROTEÇÃO CIVIL	LEI N. 9.512, 14.2.2025	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA "CASTRA ALAGOAS" QUE ESTABELECE O REGIME DE SERVIÇO DE PROTEÇÃO CIVIL	STOWAST
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DA POLÍCIA MILITAR DA "PATRULHA DA LEI"	LEI Nº 9.817, 14.2.2025	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DA POLÍCIA MILITAR DA "PATRULHA DA LEI"	SEPLAN
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA "DAQUI PRA O MUNDO" QUE VISA A INCLUSÃO DE JOVENS COM DEFICIÊNCIA	LEI N. 8.783, 14.2.2025	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA "DAQUI PRA O MUNDO" QUE VISA A INCLUSÃO DE JOVENS COM DEFICIÊNCIA	SEPLAN
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE INCENTIVO À TÉCNICA DE DEFICIÊNCIA	LEI N. 9.498, 14.2.2025	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE INCENTIVO À TÉCNICA DE DEFICIÊNCIA	SEPLAN
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA DO TURISMO QUE VISA A INCLUSÃO DE JOVENS COM DEFICIÊNCIA	LEI N. 8.789, 14.2.2025	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA DO TURISMO QUE VISA A INCLUSÃO DE JOVENS COM DEFICIÊNCIA	SEPLAN
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA JOVEM CIDADÃO DO MUNDO QUE VISA A INCLUSÃO DE JOVENS COM DEFICIÊNCIA	LEI N. 8.683, 14.6.2022	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA JOVEM CIDADÃO DO MUNDO QUE VISA A INCLUSÃO DE JOVENS COM DEFICIÊNCIA	SEPLAN
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SELO "AMIGO DOS ENTREGADORES" PARA OS ENTREGADORES DE CARGA	LEI N. 9.508, 14.2.2025	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SELO "AMIGO DOS ENTREGADORES" PARA OS ENTREGADORES DE CARGA	SEPLAN
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO ININTERROMPIDO DE DELEGACIA DE ATENDIMENTO	LEI N. 14.541, 3.4.2023	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO ININTERROMPIDO DE DELEGACIA DE ATENDIMENTO	SEPLAN
	DISPÕE SOBRE A CUSTÓDIA COMPARTILHADA DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO NÃO DOMÉSTICA	LEI N. 15.392, 14.2.2025	DISPÕE SOBRE A CUSTÓDIA COMPARTILHADA DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO NÃO DOMÉSTICA	SEPLAN
	DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E DE UTILIDADE PÚBLICA	LEI N. 8.688, 21.6.2022	DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E DE UTILIDADE PÚBLICA	SEPLAN
	DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA RODOVIA QUE LIGA O POVOADO PALMA RICA	LEI N. 8.553, 14.2.2025	DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA RODOVIA QUE LIGA O POVOADO PALMA RICA	SEPLAN
	DISPÕE SOBRE A DIFUSÃO POR ÓRGÃOS PÚBLICOS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	LEI N. 14.583, 16.5.2023	DISPÕE SOBRE A DIFUSÃO POR ÓRGÃOS PÚBLICOS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	SEPLAN
	DISPÕE SOBRE A DISPENSA DO PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE	INSTRUÇÃO Nº 11, 11.11.2020	DISPÕE SOBRE A DISPENSA DO PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE	SEPLAN
	DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DO DISQUE DENÚNCIA NOS MEIOS QUE ESPECIFICAR	LEI Nº 8.337, 5.11.2020	DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DO DISQUE DENÚNCIA NOS MEIOS QUE ESPECIFICAR	SEPLAN
	DISPÕE SOBRE A ELABORAÇÃO, A REDACÇÃO, A ALTERAÇÃO E A CONSOLIDAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO	LEI Nº 8.576, 19.1.2022	DISPÕE SOBRE A ELABORAÇÃO, A REDACÇÃO, A ALTERAÇÃO E A CONSOLIDAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO	SEPLAN
	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE	LEI N. 8.638, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE	SEPLAN
	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO GOVERNO DIGITAL NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	LEI N. 9.272, 11.6.2024	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO GOVERNO DIGITAL NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	SEPLAN
	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS	LEI N. 8.623, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS	SEPLAN
	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO E O SISTEMA DE REMUNERAÇÃO DAS CARREIRAS	LEI N. 6.540, 7.12.2004	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO E O SISTEMA DE REMUNERAÇÃO DAS CARREIRAS	SEPLAN
	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA - SEPLAN	LEI Nº 6.268, 14.2.2025	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA - SEPLAN	SEPLAN
	DISPÕE SOBRE A EXIGÊNCIA DE CICLOVIA EM TODAS AS NOVAS RODOVIAS	LEI N. 8.529, 14.2.2025	DISPÕE SOBRE A EXIGÊNCIA DE CICLOVIA EM TODAS AS NOVAS RODOVIAS	SEPLAN
	DISPÕE SOBRE A EXPLORAÇÃO DIRETA E INDIRETA PELA UNIÃO DE PORTOS	LEI N. 12.815, 5.6.2013	DISPÕE SOBRE A EXPLORAÇÃO DIRETA E INDIRETA PELA UNIÃO DE PORTOS	SEPLAN

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A EXTENSÃO DO PRAZO DE VALIDADE DE PRESCRIÇÕES MÉDICAS	LEI Nº 14.152, DE 19.5.2022	DISPÕE SOBRE A EXTENSÃO DO PRAZO DE VALIDADE DE PRESCRIÇÕES MÉDICAS	SP/EXAM
	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO	LEI N. 6.400, DE 19.5.2022	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO	AS PROV
	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO	LEI N. 8.669, DE 19.5.2022	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO	DÁ OUTRA
	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO OBRIGATÓRIA DE CARTAZES EM DEPENDÊNCIAS	LEI N. 8.588, DE 20.1.2022	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO OBRIGATÓRIA DE CARTAZES EM DEPENDÊNCIAS	DOUSSA
	DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE ACESSO À INTERNET COM FINS EDUCACIONAIS	LEI Nº 14.172, DE 10.5.2022	DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE ACESSO À INTERNET COM FINS EDUCACIONAIS	ROFESSOR
	DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE AMBOS OS PAIS	LEI N. 9.470, DE 10.5.2022	DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE AMBOS OS PAIS	DOGRAN
	DISPÕE SOBRE A IMPENHORABILIDADE DE BENS DE HOSPITAIS EIL ANTRÓPICOS	LEI N. 14.334, DE 10.5.2022	DISPÕE SOBRE A IMPENHORABILIDADE DE BENS DE HOSPITAIS EIL ANTRÓPICOS	S DE MISE
	DISPÕE SOBRE A IMPLANTACÃO DE ASSISTÊNCIA PSICOPEDAGÓGICA EM TO	LEI N. 8.297, DE 20.8.2020	DISPÕE SOBRE A IMPLANTACÃO DE ASSISTÊNCIA PSICOPEDAGÓGICA EM TO	AL DE ENS
	DISPÕE SOBRE A IMPLANTACÃO DE ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA OS COSTU	LEI N. 8.672, DE 7.6.2022	DISPÕE SOBRE A IMPLANTACÃO DE ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA OS COSTU	DE CADA M
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉ	DECRETO N. 10.674 DE 10.5.2022	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉ	AMA NACIO
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA EXPO RACIA I EITEIRA DA CIDADE DE BATALH	LEI N. 8.561, DE 18.8.2020	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA EXPO RACIA I EITEIRA DA CIDADE DE BATALH	BOASRÍST
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM FIBROMIALGIA NAS EILAS PE	LEI N. 8.293, DE 18.8.2020	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM FIBROMIALGIA NAS EILAS PE	STABACIO
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO ENSINO DE NOÇÕES BÁSICAS SOBRE A LEL	LEI N. 8.675, DE 7.6.2022	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO ENSINO DE NOÇÕES BÁSICAS SOBRE A LEL	EEUDEAG
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO TEMA "EDUCAÇÃO FINANCEIRA" NAS PROPO	LEI N. 8.992, DE 2.10.2023	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO TEMA "EDUCAÇÃO FINANCEIRA" NAS PROPO	ÉDIOSRIB
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO NO CALENDÁRIO ESCOLAR DA REALIZAÇÃO ANI	LEI N. 8.530, DE 20.8.2020	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO NO CALENDÁRIO ESCOLAR DA REALIZAÇÃO ANI	DADECA
	DISPÕE SOBRE A INEFICÁCIA DE CLÁUSULA PENAL DE FIDELIDADE EM CONT	LEI N. 8.292, DE 20.8.2020	DISPÕE SOBRE A INEFICÁCIA DE CLÁUSULA PENAL DE FIDELIDADE EM CONT	VAPOZAS
	DISPÕE SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA CORAÇÕES D	LEI Nº 9.619, DE 27.6.2022	DISPÕE SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA CORAÇÕES D	O ESTADO
	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA SEMANA ESTADUAL DE CONSCIENTIZAÇÃ	LEI N. 8.695, DE 27.6.2022	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA SEMANA ESTADUAL DE CONSCIENTIZAÇÃ	IMENTAR
	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - E	LEI Nº 9.438, DE 27.6.2022	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - E	DAÇÃOID
	DISPÕE SOBRE A ISENCÃO DE PAGAMENTO DE TAXA DE INSCRIÇÃO EM CON	LEI N. 6.873, DE 20.8.2020	DISPÕE SOBRE A ISENCÃO DE PAGAMENTO DE TAXA DE INSCRIÇÃO EM CON	PROMOVIR
	DISPÕE SOBRE A ISENCÃO DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO CAUSA MOR	LEI N. 8.300, DE 20.8.2020	DISPÕE SOBRE A ISENCÃO DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO CAUSA MOR	JAISQUER
	DISPÕE SOBRE A ISENCÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DE INSCRIÇÃO EM CO	LEI N. 8.542, DE 20.8.2020	DISPÕE SOBRE A ISENCÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DE INSCRIÇÃO EM CO	DOAMBE
	DISPÕE SOBRE A LICENÇA-PATERNIDADE- INSTITUI O SALÁRIO-PATERNIDADE	LEI N. 15.371, DE 2.9.2020	DISPÕE SOBRE A LICENÇA-PATERNIDADE- INSTITUI O SALÁRIO-PATERNIDADE	VIDEACIA
	DISPÕE SOBRE A MANUTENÇÃO DAS OPERAÇÕES DO SERVIÇO DE TRANSP	LEI N. 8.306, DE 2.9.2020	DISPÕE SOBRE A MANUTENÇÃO DAS OPERAÇÕES DO SERVIÇO DE TRANSP	ETERMUN
	DISPÕE SOBRE A NECESSIDADE DOS POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES OL	RESOLUÇÃO N. 19.1.2024	DISPÕE SOBRE A NECESSIDADE DOS POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES OL	AVIANDOSI
	DISPÕE SOBRE A OBRIGAÇÃO DAS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE ENERGI		DISPÕE SOBRE A OBRIGAÇÃO DAS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE ENERGI	TPAZIDE

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A OBRIGAÇÃO DOS PAIS DE A	LEI N. 8.335, 4.11.2020	DISPÕE SOBRE A OBRIGAÇÃO DOS PAIS DE ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA EXE	LEI N. 8.374, 12.1.2021	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA EXECUÇÃO DO HINO DO ESTADO DE ALAGOAS	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA PUB	LEI N. 9.525, 16.4.2025	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA PUBLICAÇÃO DOS CÁLCULOS DE RECURSOS	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DAS CO	LEI N. 10.028, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE AEIX	LEI N. 8.353, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE AFIXAÇÃO DE CARTAZ EM ESTABELECIMENTOS	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE APR	LEI N. 9.764, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE APRESENTAÇÃO DA CERTIDÃO DE ANÁLISE	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE DIS	LEI N. 10.025, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE DISPONIBILIZAÇÃO DE ACESSO GRATUITO	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE EXIB	LEI N. 9.159, 20.2.2024	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE EXIBIÇÃO DE PROPAGANDAS EDUCACIONAIS	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE EOB	LEI N. 9.522, 10.4.2025	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE FORMAÇÃO EM PRIMEIROS SOCORROS	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE INST	LEI N. 8.340, 5.11.2020	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE DISPENSADORES DE MEDICAMENTOS	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE MAN	LEI N. 8.323, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE MANTER NAS DEPENDÊNCIAS DE ESCOLAS	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE OS	LEI N. 8.324, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE OS HOSPITAIS PÚBLICOS E PRIVADOS	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE REA	LEI N. 8.402, 13.4.2021	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE REALIZAÇÃO DA LOGÍSTICA RESERVA	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS CA	LEI N. 8.985, 26.9.2023	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS CARTÓRIOS COM SEDE NO ÂMBITO	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE NO ÂM	LEI N. 8.574, 10.1.2022	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	
	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA	LEI N. 3.541, DE	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	
	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA	DECRETO N. 93.446 DE	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	
	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES	LEI N. 6.259, DE	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
	DISPÕE SOBRE A PADRONIZAÇÃO DO DOCUM	PORTARIA M	DISPÕE SOBRE A PADRONIZAÇÃO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO FUNCIONÁRIA	
	DISPÕE SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS ELEITO	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS ELEITORAIS E DOS ELEITORES NO PROCESSO	
	DISPÕE SOBRE A PERMANÊNCIA E OBRIGATO	LEI N. 10.036, DE	DISPÕE SOBRE A PERMANÊNCIA E OBRIGATORIEDADE DO PROFISSIONAL EM ATIVIDADES	
	DISPÕE SOBRE A PESQUISA COM SERES HUM	LEI N. 14.874, 28.5.2024	DISPÕE SOBRE A PESQUISA COM SERES HUMANOS E INSTITUTO SISTEMA NACIONAL	
	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO DOCL	LEI N. 9.278, DE	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO DOCUMENTAL DO ESTADO DE ALAGOAS	
	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE SEGURANÇA D	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (PSI) NO ÂMBITO	
	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE AR	DECRETO N. 4.073 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 8.159 DE 8 DE JANEIRO DE 1991 QUE DISPÕE SOBRE	
	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE TR	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE TRÂNSITO, SEUS FINS E APLICAÇÃO	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	LEI N. 6.938, 31.8.1981	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. SEUS FINS E MEIOS	LAÇÃO E
	DISPÕE SOBRE A POSSIBILIDADE DE OS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	LEI Nº 8.413, 1.4.2025	DISPÕE SOBRE A POSSIBILIDADE DE OS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	DA IMPEN
	DISPÕE SOBRE A PREFERÊNCIA NA ALOCAÇÃO DE ASSENTOS PARA MULHERES	LEI N. 9.509, 1.4.2025	DISPÕE SOBRE A PREFERÊNCIA NA ALOCAÇÃO DE ASSENTOS PARA MULHERES	SACOMPAN
	DISPÕE SOBRE A PRESTACÃO DE SERVIÇOS POSTAIS E DE COMUNICAÇÃO	LEI N. 14.744, DE 12.6.2024	DISPÕE SOBRE A PRESTACÃO DE SERVIÇOS POSTAIS E DE COMUNICAÇÃO	ISTRACÃO
	DISPÕE SOBRE A PRESTACÃO DE SERVIÇOS POSTAIS E DE TELEGRAMA	DECRETO N. 12.624, DE 5.8.2020	DISPÕE SOBRE A PRESTACÃO DE SERVIÇOS POSTAIS E DE TELEGRAMA	AL E PARA
	DISPÕE SOBRE A PRIORIDADE PARA ATENDIMENTO E EMISSÃO DE LAUDOS	LEI N. 8.285, 5.8.2020	DISPÕE SOBRE A PRIORIDADE PARA ATENDIMENTO E EMISSÃO DE LAUDOS	DICO LEGA
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA ELIMINAÇÃO DE CÃES E GATOS PELOS ÓRGÃOS	LEI N. 14.228, DE 10.6.2022	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA ELIMINAÇÃO DE CÃES E GATOS PELOS ÓRGÃOS	DE AISO
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DO CARTÃO	LEI N. 8.681, 10.6.2022	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DO CARTÃO	INTRAISO
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DAS OPERADORAS DE PLANOS DE SAÚDE LIMIT	LEI N. 9.476, DE 10.6.2022	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DAS OPERADORAS DE PLANOS DE SAÚDE LIMIT	DESSO
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA SUSPENSÃO DE SERVIÇOS BÁSICOS E ESSE	LEI N. 8.559, DE 23.4.2020	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA SUSPENSÃO DE SERVIÇOS BÁSICOS E ESSE	MENTE
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS MÉDICOS	LEI N. 13.993, 23.4.2020	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS MÉDICOS	VIENES
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCEN	LEI N. 9.806, DE 10.6.2022	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCEN	ORGULHO
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE BLOQUEADORES HORMONA	LEI N. 9.486, DE 10.6.2022	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE BLOQUEADORES HORMONA	DIENES
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO NO ESTADO DE ALAGOAS DE COMÉRCIO, TRA	LEI N. 9.146, 10.1.2024	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO NO ESTADO DE ALAGOAS DE COMÉRCIO, TRA	DE AQUI
	DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTE EM AMBIENTES	LEI N. 15.211, DE 14.6.2023	DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTE EM AMBIENTES	D DIGITAL
	DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE EXAMES EM GESTANTES	LEI N. 14.598, 14.6.2023	DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE EXAMES EM GESTANTES	
	DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE TESTES VOCACIONAIS PARA ESTUDANTES	LEI N. 8.676, 7.6.2022	DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE TESTES VOCACIONAIS PARA ESTUDANTES	ICAS EST
	DISPÕE SOBRE A REDE NACIONAL DE CIDADES ACOELHEDORAS	PORTARIA M 31.3.2022	DISPÕE SOBRE A REDE NACIONAL DE CIDADES ACOELHEDORAS	
	DISPÕE SOBRE A REDENOMINAÇÃO DA CARREIRA DE AGENTES PENITENCIÁ	LEI N. 8.650, 31.3.2022	DISPÕE SOBRE A REDENOMINAÇÃO DA CARREIRA DE AGENTES PENITENCIÁ	A DE POLI
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁ	LEI N. 7.993, 15.2.2018	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁ	IL DO POD
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	LEI N. 8.629, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	ASSISTEN
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE MÉDICOS NO ÂMBITO	LEI N. 8.634, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE MÉDICOS NO ÂMBITO	ACONS
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA	LEI N. 8.648, 31.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA	DA DE SE
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA	LEI N. 8.626, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA	ARO À PES
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE	LEI N. 8.624, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE	ÇÃO CIVIL
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE	LEI N. 8.632, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE	DAIO DE

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.635, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.637, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.631, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.625, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.628, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAS	LEI N. 5.882, DE	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOV	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DAS CA	LEI N. 8.633, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DE TÉCNICO SUPERIO	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DAS CA	LEI N. 7.889, 16.6.2017	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DOS SERVIDORES DO	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO PLA	LEI N. 11.784, 22.9.2008	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO PLANO GERAL DE CARGOS DO POD	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO REG	LEI N. 7.114, 5.11.2009	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DOS TR	LEI N. 102331 DE	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DOS TRANSPORTES AQUAVIÁRIO E TER	
	DISPÕE SOBRE A REMISSÃO DE DÉBITO DE IM	LEI Nº 8.427	DISPÕE SOBRE A REMISSÃO DE DÉBITO DE IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDAD	
	DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO E DEPÓSITO DE	LEI N. 7.197, 28.7.2010	DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO E DEPÓSITO DE VEÍCULOS ENVOLVIDOS EM ACI	
	DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIZAÇÃO ADM	LEI N. 12.846, 18.8.2013	DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E CIVIL DE PESSOA	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO PLANO PLURI	LEI N. 8.369, 12.1.2021	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2020-2023 INSTITUÍDO PE	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E	LEI N. 9.852, DE	LEI Nº 9.852 DE 31.03.2026 - DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VE	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E	LEI N. 8.947, 24.8.2023	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDOR	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E	LEI N. 8.649, 31.3.2022	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDOR	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E	LEI N. 9.551, 28.5.2025	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDOR	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DA	LEI N. 8.700, 30.6.2022	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES DOS CARGO	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DA	LEI N. 8.585, 19.1.2022	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES DOS CARGO	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DO	LEI N. 8.674, 7.6.2022	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E REMUNERAÇÃO	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DO	LEI N. 8.678, 9.6.2022	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DO	LEI Nº 8.419	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS	
	DISPÕE SOBRE AS ATRIBUIÇÕES ORGÂNICAS	LEI N. 9.007, DE	DISPÕE SOBRE AS ATRIBUIÇÕES ORGÂNICAS, COMPETÊNCIAS FUNCIONAIS	
	DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES E O PROCED	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES E O PROCEDIMENTO APLICÁVEIS À CONCESS	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES PARA A PROM	LEI N. 8.080, 19.9.1990	DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES PARA A PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPER	RESPONDA
	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABO	LEI N. 8.296, DE	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DA LEI	2021, NOS
	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABO	LEI N. 14.791, DE	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DA LEI	2024 E DÁ
	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A EVOLU	DECRETO N. 11.484, DE	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A EVOLUÇÃO DO SISTEMA BRASILEIRO	ESPECIFIC
	DISPÕE SOBRE AS FINALIDADES E AS DIRETR	LEI N. 8.868, 12.6.2023	DISPÕE SOBRE AS FINALIDADES E AS DIRETRIZES DA POLÍTICA ESTADUAL D	A FORMA Q
	DISPÕE SOBRE AS INERACÕES E SANCÕES A	DECRETO N. 6.514, DE	DISPÕE SOBRE AS INERACÕES E SANCÕES ADMINISTRATIVAS AO MEIO AMBI	DESTATES
	DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS TEMPORÁRIAS D	DECRETO N. 69.530, DE	DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SA	PORTÂNC
	DISPÕE SOBRE AS MISSÕES NO EXTERIOR D	LEI N. 6.605, 30.6.2005	DISPÕE SOBRE AS MISSÕES NO EXTERIOR DOS MILITARES DO ESTADO DE A	AS PROVID
	DISPÕE SOBRE AS NORMAS PROCEDIMENTAI	DECRETO N. 33.870, DE	DISPÕE SOBRE AS NORMAS PROCEDIMENTAIS A SEREM ADOTADAS PELOS S	ESANOCAM
	DISPÕE SOBRE AS NORMAS SANITÁRIAS E ES	LEI N. 9.060, DE	DISPÕE SOBRE AS NORMAS SANITÁRIAS E ESTABELECE TRATAMENTO SIMPL	COMUNICA
	DISPÕE SOBRE AS PENSÕES MILITARES	LEI N. 3.765, 4.5.1960	DISPÕE SOBRE AS PENSÕES MILITARES	
	DISPÕE SOBRE AS PROMOÇÕES DOS OFICIAI	LEI N. 5.821, DE	DISPÕE SOBRE AS PROMOÇÕES DOS OFICIAIS DA ATIVA DAS FORÇAS ARMA	ROVIDÊN
	DISPÕE SOBRE AS SANCÕES APLICÁVEIS EM	LEI N. 8.429, 2.6.1992	DISPÕE SOBRE AS SANCÕES APLICÁVEIS EM VIRTUDE DA PRÁTICA DE ATOS	ADMINISTRA
	DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DAS AULAS	PORTARIA N. DE	DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DAS AULAS PRESENCIAIS POR AULAS EM M	JANTO DU
	DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DA PUBLICIDA	DECRETO N. 33.861, DE	DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DA PUBLICIDADE DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES	VO ESTAD
	DISPÕE SOBRE A TRANSPARÊNCIA E O ACESS	LEI N. 8.087, 11.1.2019	DISPÕE SOBRE A TRANSPARÊNCIA E O ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA NO	AS.
	DISPÕE SOBRE A UNIFICAÇÃO E PADRONIZA	PORTARIA N. DE	DISPÕE SOBRE A UNIFICAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DAS CLASSIFICAÇÕES E O	ADONDESE
	DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE INTEGRANT	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE INTEGRANTES DAS FORÇAS POLICIAIS EST	BAIXEAS
	DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO POR ESTUDAN	LEI N. 15.100, 13.1.2025	DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO POR ESTUDANTES DE APARELHOS ELETRÔN	ESOMNO
	DISPÕE SOBRE A VALIDADE DA DECLARAÇÃO	LEI N. 9.511, 1.4.2025	DISPÕE SOBRE A VALIDADE DA DECLARAÇÃO DE ESTÁGIO EMITIDO PELOS Ó	DASÇÃO P
	DISPÕE SOBRE A VALIDADE DO LAUDO MÉDIC	LEI N. 10.012, DE	DISPÕE SOBRE A VALIDADE DO LAUDO MÉDICO QUE ATESTA A SÍNDROME DI	OUTRAS
	DISPÕE SOBRE A VEDACÃO AO USO DE IMAG	LEI N. 9.028, DE	DISPÕE SOBRE A VEDACÃO AO USO DE IMAGENS DE INVESTIGAÇÃO E OPER	SOCIAIS E
	DISPÕE SOBRE A VEDACÃO DE INAUGURACÃO	LEI N. 8.522, DE	DISPÕE SOBRE A VEDACÃO DE INAUGURAÇÃO PARCIAL OU INCOMPLETA DE	
	DISPÕE SOBRE A VEICULAÇÃO GRATUITA DE	LEI N. 15.117, 2.4.2025	DISPÕE SOBRE A VEICULAÇÃO GRATUITA DE INFORMAÇÃO EDUCATIVA ACEF	DE DOEN
	DISPÕE SOBRE A VENDA DE UNIFORMES DAS	LEI N. 12.664, 5.6.2012	DISPÕE SOBRE A VENDA DE UNIFORMES DAS FORÇAS ARMADAS DOS ÓRGÃ	SEGUIMAN
	DISPÕE SOBRE DIRETRIZES PARA DISTRIBUI	LEI N. 8.503, 27.9.2021	DISPÕE SOBRE DIRETRIZES PARA DISTRIBUIÇÃO DE VACINAS CONTRA O NO	COMUNICA

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE ESTÍMULOS AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO À PESQUISA	LEI N. 13.243, 11.1.2016	DISPÕE SOBRE ESTÍMULOS AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO À PESQUISA	ENOTRAC
	DISPÕE SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E DÁ PROVIDÊNCIAS	LEI N. 5.237, 17.7.1991	DISPÕE SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E DÁ PROVIDÊNCIAS	ENOTRAC
	DISPÕE SOBRE NORMAS DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA PROFISSIONAIS DE REGISTRAÇÃO	LEI N. 8.539, DE	DISPÕE SOBRE NORMAS DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA PROFISSIONAIS DE REGISTRAÇÃO	ENOTRAC
	DISPÕE SOBRE O ACESSO A INFORMAÇÕES PÚBLICAS DE QUE TRATA A LEI Nº 18.11.20	DECRETO N. 26.320, DE	DISPÕE SOBRE O ACESSO A INFORMAÇÕES PÚBLICAS DE QUE TRATA A LEI Nº 18.11.20	ENOTRAC
	DISPÕE SOBRE O ACESSO UNIVERSAL DE SAÚDE COM PRODUTOS DE CANNABIS	LEI N. 8.754, 8.11.2022	DISPÕE SOBRE O ACESSO UNIVERSAL DE SAÚDE COM PRODUTOS DE CANNABIS	ENOTRAC
	DISPÕE SOBRE O ACOMPANHAMENTO INTEGRAL PARA EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA	LEI N. 14.254, DE	DISPÕE SOBRE O ACOMPANHAMENTO INTEGRAL PARA EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA	ENOTRAC
	DISPÕE SOBRE O AFASTAMENTO DA EMPREGADA GESTANTE DAS ATIVIDADES DE SERVIÇO	LEI Nº 14.151, DE	DISPÕE SOBRE O AFASTAMENTO DA EMPREGADA GESTANTE DAS ATIVIDADES DE SERVIÇO	ENOTRAC
	DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DA ENERGIA SOLAR E INSTALAÇÃO DE PLACAS FOTOVOLTAICAS	LEI N. 8.315, 22.9.2020	DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DA ENERGIA SOLAR E INSTALAÇÃO DE PLACAS FOTOVOLTAICAS	ENOTRAC
	DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DE ARMAS DE FOGO APREENDIDAS EM CASOS DE VIOLÊNCIA	LEI N. 8.291, 5.8.2020	DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DE ARMAS DE FOGO APREENDIDAS EM CASOS DE VIOLÊNCIA	ENOTRAC
	DISPÕE SOBRE O ATENDIMENTO PREFERENCIAL AOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE	LEI N. 8.738, 2.8.2022	DISPÕE SOBRE O ATENDIMENTO PREFERENCIAL AOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE	ENOTRAC
	DISPÕE SOBRE O CADASTRO ESTADUAL DE PEDÓNELOS NO ESTADO DE ALAGOAS	LEI Nº 9.433, DE	DISPÕE SOBRE O CADASTRO ESTADUAL DE PEDÓNELOS NO ESTADO DE ALAGOAS	ENOTRAC
	DISPÕE SOBRE O COMBATE À FROTIZAÇÃO INFANTIL E PROÍBE A EXPOSIÇÃO DE CRIANÇAS	LEI N. 9.874, DE	DISPÕE SOBRE O COMBATE À FROTIZAÇÃO INFANTIL E PROÍBE A EXPOSIÇÃO DE CRIANÇAS	ENOTRAC
	DISPÕE SOBRE O COMPARECIMENTO DE MILITARES ESTADUAIS À JUSTIÇA FEDERAL	LEI N. 9.521, 10.4.2025	DISPÕE SOBRE O COMPARECIMENTO DE MILITARES ESTADUAIS À JUSTIÇA FEDERAL	ENOTRAC
	DISPÕE SOBRE O CONCURSO PÚBLICO NACIONAL UNIFICADO E INSTITUI SEUS REQUISITOS	DECRETO N. 11.722, DE	DISPÕE SOBRE O CONCURSO PÚBLICO NACIONAL UNIFICADO E INSTITUI SEUS REQUISITOS	ENOTRAC
	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DA JUVENTUDE	DECRETO N. 11.833, DE	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DA JUVENTUDE	ENOTRAC
	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE COMANDANTES-GERAIS DE POLÍCIA MILITAR	DECRETO Nº 11.482, DE	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE COMANDANTES-GERAIS DE POLÍCIA MILITAR	ENOTRAC
	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	DECRETO N. 11.480, DE	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	ENOTRAC
	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS	DECRETO N. 11.483, DE	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS	ENOTRAC
	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	DECRETO N. 11.483, DE	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	ENOTRAC
	DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL E DO VOTO	RESOLUÇÃO Nº 024, DE	DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL E DO VOTO	ENOTRAC
	DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL E DO VOTO	RESOLUÇÃO Nº 026, DE	DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL E DO VOTO	ENOTRAC
	DISPÕE SOBRE O DIREITO DE TODA MULHER À REALIZAÇÃO DO EXAME GINECOLÓGICO	LEI N. 8.352, DE	DISPÕE SOBRE O DIREITO DE TODA MULHER À REALIZAÇÃO DO EXAME GINECOLÓGICO	ENOTRAC
	DISPÕE SOBRE O ENCERRAMENTO E MANUTENÇÃO DE CONTAS BANCÁRIAS	PORTARIA Nº 1, DE	DISPÕE SOBRE O ENCERRAMENTO E MANUTENÇÃO DE CONTAS BANCÁRIAS	ENOTRAC
	DISPÕE SOBRE O ENSINO NO EXÉRCITO BRASILEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	LEI N. 9.786, 8.2.1999	DISPÕE SOBRE O ENSINO NO EXÉRCITO BRASILEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	ENOTRAC
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA ADVOCACIA	LEI N. 8.906, 4.7.1994	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA ADVOCACIA E A ORDEM DOS ADVOGADOS	ENOTRAC
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CIDADE	LEI N. 10.257, 10.7.2001	REGULAMENTA OS ARTS. 182 E 183 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ESTABELECE	ENOTRAC

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA TERRA	LEI N. 4.504, DE	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA TERRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DE DEFESA DO	LEI N. 10.671, DE 15.5.2003	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DE DEFESA DO TORCEDOR E DÁ OUTRAS PROV	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO ÍNDIO	LEI N. 6.001, DE	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO ÍNDIO	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS FUNCIONÁRI	LEI N. 1.806, DE 18.9.1954	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO ESTAD	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES	LEI N. 6.880, DE 9.12.1980	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS POLICIAIS	LEI N. 5.346, DE 26.5.1992	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE ALAG	PROVIDÊN
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS POLICIAIS DO ESTADO DE ALAGOAS - 1976	LEI N. 3.696, DE	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE ALAG	PROVIDÊN
	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO	LEI N. 13.103, DE 2.03.2015	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE MOTORISTA- ALTERA A CON	S DO TRAB
	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO	LEI N. 13.475, DE 28.8.2017	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE TRIBULANTE DE AERONAVE	ONAUTA; E
	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO E ACÚMULO EX	LEI N. 9.592, DE 14.7.2025	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO E ACÚMULO EXTRAORDINÁRIO DE FUNCÕES P	RATIVAS P
	DISPÕE SOBRE O FLUXO DO ACESSO A HIERA	LEI N. 8.668, DE 19.5.2022	DISPÕE SOBRE O FLUXO DO ACESSO A HIERARQUIA NO CORPO DE BOMBEI	ADO DE AL
	DISPÕE SOBRE O FUNDO NACIONAL DE SEGU	LEI N. 13.756, DE	DISPÕE SOBRE O FUNDO NACIONAL DE SEGURANCA PÚBLICA (FNSP) E SOB	O PRODUT
	DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAME	DECRETO N. 37.615, DE	DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES	VOICETAL
	DISPÕE SOBRE O IMPOSTO SOBRE OPERAÇ	LEI N. 5.900, DE	DISPÕE SOBRE O IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO I	ESTABELEC
	DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE APARELHO	LEI N. 8.685, DE 21.6.2022	DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE APARELHOS DE MONITORAMENTO ELETR	OS, APENA
	DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE FIANÇA VIA	LEI N. 9.428, DE	DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE FIANÇA VIA PIX NO ÂMBITO DO ESTADO D	UTRAS PR
	DISPÕE SOBRE O PARTO CESÁREA E O ACES	LEI N. 8.518, DE 7.10.2021	DISPÕE SOBRE O PARTO CESÁREA E O ACESSO AO USO DE ANALGESIA NO E	Á OUTRAS
	DISPÕE SOBRE O PLANO DE MÍDIA DO HORÁR	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE O PLANO DE MÍDIA DO HORÁRIO ELEITORAL GRATUITO RELA	GO DE PR
	DISPÕE SOBRE O PLANTIO DE ORGANISMOS	LEI N. 11.460, DE 21.3.2007	DISPÕE SOBRE O PLANTIO DE ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS	ONSERVA
	DISPÕE SOBRE O PORTE E PAGAMENTO DE T	LEI N. 8.311, DE 9.9.2020	DISPÕE SOBRE O PORTE E PAGAMENTO DE TRIBUTOS, TAXA E MULTAS DE V	DRES, PRO
	DISPÕE SOBRE O PRAZO DE VALIDADE DO LA	LEI N. 8.488, DE	DISPÕE SOBRE O PRAZO DE VALIDADE DO LAUDO MÉDICO PERICIAL QUE AT	O DO ESP
	DISPÕE SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIV	DECRETO N. 58.689, DE	DISPÕE SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DO PODER EXEC	E ALAGOA
	DISPÕE SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIV	LEI N. 6.771, DE	DISPÕE SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - PAT - E DÁ OUT	
	DISPÕE SOBRE O PROCESSO E JULGAMENTO	LEI N. 9.868, DE	DISPÕE SOBRE O PROCESSO E JULGAMENTO DA AÇÃO DIRETA DE INCONST	TAÇÃO D
	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE INCENTIVO	LEI N. 8.984, DE 26.9.2023	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE INCENTIVO À UTILIZAÇÃO DA MUSICOTERA	PIÊNCIA
	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE REUTILIZAÇ	DECRETO N. 109.405, DE	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE REUTILIZAÇÃO DE BENS MÓVEIS - REMOBI	ÓRGÃOS E

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA ESTADUAL DE	LEI N. 9.615, 18.7.2025	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA ESTADUAL DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO PERDIDA	ADICIONAÇÃO
	DISPÕE SOBRE O PROTOCOLO INDIVIDUALIZADO	LEI N. 9.613, 18.7.2025	DISPÕE SOBRE O PROTOCOLO INDIVIDUALIZADO DE AVALIAÇÃO – PIA PARA	SESTORAN
	DISPÕE SOBRE O QUADRO ESPECÍFICO DE PRO	LEI N. 8.646, 31.3.2022	DISPÕE SOBRE O QUADRO ESPECÍFICO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO	RATIFICADA
	DISPÕE SOBRE O RATEIO DAS SOBRAS DE RE	LEI N. 8.567, DE	DISPÕE SOBRE O RATEIO DAS SOBRAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUT	PROFISSO
	DISPÕE SOBRE O RATEIO DAS SOBRAS DE RE	LEI N. 8.368, 6.1.2021	DISPÕE SOBRE O RATEIO DAS SOBRAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUT	PROFISSO
	DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS	LEI N. 8.151, 17.9.2019	DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS DOS MILITARES INTEGRANTES	DEPMIAGE
	DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS	LEI N. 8.643, 30.3.2022	DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS DOS PROFISSIONAIS DO MAGIS	ADUAL, E
	DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS	LEI N. 8.627, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS DOS PROFISSIONAIS DO MAGIS	ADUAL, E
	DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS SER	LEI N. 8.112, DE	DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES CIVIS DA UNIÃO DAS	FUNDAÇÃO
	DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO EMERGE	LEI Nº 8.406	DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO EMERGENCIAL E TRANSITÓRIO DE PAGA	IOS, E DÁ
	DISPÕE SOBRE O REGISTRO POSSE E COME	LEI N. 10.826, DE	DISPÕE SOBRE O REGISTRO POSSE E COMERCIALIZAÇÃO DE ARMAS DE FO	RE O SIN
	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DA RESERVA	DECRETO N. 10.986 DE	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DA RESERVA DA AERONÁUTICA	
	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DE UNIFORM	DECRETO N. 74.020 DE	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DE UNIFORMES DA POLÍCIA MILITAR DO ES	RUPMAL, E
	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCES	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCESSO ELEITORAL PARA AS ELEIC	Nº 23.669,
	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCES	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCESSO ELEITORAL PARA AS ELEIC	
	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCES	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCESSO ELEITORAL PARA AS ELEIC	2024.
	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÃO	LEI N. 5.626, 15.6.1994	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS OEIC	ISSO DA R
	DISPÕE SOBRE O SERVIÇO DE LOTERIAS	DECRETO N. 16.259 DE	DISPÕE SOBRE O SERVIÇO DE LOTERIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	DISPÕE SOBRE O SERVIÇO MILITAR INICIAL E	DECRETO N. 12.154 DE	DISPÕE SOBRE O SERVIÇO MILITAR INICIAL FEMININO	
	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E E	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	ONTOS FA
	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E E	DECRETO N. 76.819 DE	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	ONDIOSX
	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E E	DECRETO N. 86.020 DE	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	ONDIOSX
	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E E	DECRETO N. 95.021 DE	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	ONDIOSX
	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E E	DECRETO N. 100.540 DE	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	ONDIOSX
	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E E	DECRETO N. 106.093 DE	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	ONDIOSX
	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS, ES	DECRETO N. 9.359 DE	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS PARA O	PROFISSO

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES DO ESTADO	LEI N. 8.671, DE 7.6.2022	DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES DO ESTADO	
	DISPÕE SOBRE OS LIMITES DE GASTOS PARA OS CARGOS ELETIVOS EM DIS	RESOLUÇÃO LEI N. 9.096, DE 19.9.1995	DISPÕE SOBRE OS LIMITES DE GASTOS PARA OS CARGOS ELETIVOS EM DIS	
	DISPÕE SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS	LEI N. 9.096, DE 19.9.1995	DISPÕE SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS	
	DISPÕE SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS - ANOTADO	DECRETO N. 11.821 DE	DISPÕE SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS - ANOTADO	
	DISPÕE SOBRE OS PRINCÍPIOS OS OBJETIVOS OS EIXOS ESTRATÉGICOS E	INSTRUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS PRINCÍPIOS OS OBJETIVOS OS EIXOS ESTRATÉGICOS E	
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA APLICAÇÃO E	INSTRUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA APLICAÇÃO E	
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOPTADOS NO PROCESSO D	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOPTADOS NO PROCESSO D	
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E AUDITORIA DO SIS	DECRETO N. 40 DE	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E AUDITORIA DO SIS	
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS	DECRETO N. 69.225 DE	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS	
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS REFERENTES À ADMINISTRAÇÃO A ME	LEI N. 14.327, DE 13.4.2022	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS REFERENTES À ADMINISTRAÇÃO A ME	
	DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS MÍNIMOS DE SEGURANÇA PARA A FABRICAÇÃO	LEI N. 12.705, DE 8.8.2012	DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS MÍNIMOS DE SEGURANÇA PARA A FABRICAÇÃO	
	DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS PARA INGRESSO NOS CURSOS DE FORMAÇÃO	LEI Nº 8.467, DE 6.555, DE	DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS PARA INGRESSO NOS CURSOS DE FORMAÇÃO	
	DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO FAVORECIDO À PESSOA JURÍDICA	LEI N. 13.989, DE 15.4.2020	DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO FAVORECIDO À PESSOA JURÍDICA	
	DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO RELATIVO AO IMPOSTO SOBRE	LEI N. 14.063, DE	DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO RELATIVO AO IMPOSTO SOBRE	
	DISPÕE SOBRE O USO DA TELEMEDICINA DURANTE A CRISE CAUSADA PELO	LEI N. 14.358, DE 1.6.2022	DISPÕE SOBRE O USO DA TELEMEDICINA DURANTE A CRISE CAUSADA PELO	
	DISPÕE SOBRE O USO DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS EM INTERAÇÕES COM	LEI N. 13.460, DE 26.6.2017	DISPÕE SOBRE O USO DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS EM INTERAÇÕES COM	
	DISPÕE SOBRE O VALOR DO SALÁRIO-MÍNIMO A VIGORAR A PARTIR DE 01.01	LEI N. 14.129, DE 29.3.2021	DISPÕE SOBRE O VALOR DO SALÁRIO-MÍNIMO A VIGORAR A PARTIR DE 01.01	
	DISPÕE SOBRE PARTICIPAÇÃO PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DO USU	LEI N. 9.271, DE 11.6.2024	DISPÕE SOBRE PARTICIPAÇÃO PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DO USU	
	DISPÕE SOBRE PRINCÍPIOS REGRAS E INSTRUMENTOS PARA O GOVERNO D	RESOLUÇÃO LEI N. 8.630, DE 28.3.2022	DISPÕE SOBRE PRINCÍPIOS REGRAS E INSTRUMENTOS PARA O GOVERNO D	
	DISPÕE SOBRE PROGRAMA DE PROTEÇÃO À POLÍCIA CIVIL POLÍCIA MILITAR	LEI N. 6.442, DE	DISPÕE SOBRE PROGRAMA DE PROTEÇÃO À POLÍCIA CIVIL POLÍCIA MILITAR	
	DISPÕE SOBRE RECOMENDAÇÕES QUANTO À DISPONIBILIZAÇÃO DE EFETIVO	LEI N. 14.039, DE 17.8.2020	DISPÕE SOBRE RECOMENDAÇÕES QUANTO À DISPONIBILIZAÇÃO DE EFETIVO	
	DISPÕE SOBRE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO IN	LEI N. 14.141, DE 19.4.2021	DISPÕE SOBRE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO IN	
	DISPÕE SOBRE TAXAS PELO EXERCÍCIO DE PODER DE POLÍCIA E POR SERVI		DISPÕE SOBRE TAXAS PELO EXERCÍCIO DE PODER DE POLÍCIA E POR SERVI	
	DISPÕE SOBRE A NATUREZA TÉCNICA E SING		ALTERA A LEI Nº 8.906 DE 04.07.1994 (Estatuto da OAB) E O DECRETO LEI	
	DISPÕE SOBRE A REMESSA DE PATRIMÔNIO		ALTERA O ART. 16 DA LEI Nº 8.080, DE 19.09.1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE), E	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DOAÇÃO DE ÓRGÃOS	LEI N. 10.211, 23.3.2001	ALTERA OS DISPOSITIVOS DA LEI N. 9.434 DE 12.1997 QUE DISPÕE SOBRE A	OS, TECID
	DOAÇÃO (PATRIMÔNIO)	LEI N. 5.659, DE	AUTORIZA A DOAÇÃO DE TERRENO QUE MENCIONA E DÁ PROVIDÊNCIAS CO	
	EDUCAÇÃO AMBIENTAL - POLÍTICA ESTADUAL	LEI N. 7.804, 17.6.2016	DISPÕE SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL - INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE	TAL, E DÁ
	EDUCAÇÃO (OBRIGATORIEDADE DE DIVULGA	LEI N. 7.790, 22.1.2016	TORNA OBRIGATÓRIO ÀS ESCOLAS DAS REDES ESTADUAL E MUNICIPAL DE	AS ESCO
	EDUCAÇÃO (OBRIGATORIEDADE DO REGISTRO	LEI N. 7.788, 22.1.2016	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DO REGISTRO DE HISTÓRICO MÉDICO	OLAS DAS
	EDUCAÇÃO (PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	LEI N. 7.795, 22.1.2016	APROVA O PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - PEE E DÁ OUTRAS PROVIDEN	
	EDUCAÇÃO (PROGRAMA ESCOLA LIVRE)	LEI N. 7.800, 5.5.2016	INSTITUI NO ÂMBITO DO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO O PROGRAMA "ESC	zada pelo C
	EFEETIVO ENSINO QUADRO DE PESSOAL E PE	LEI N. 3.791, 5.12.1977	DISPÕE SOBRE OS QUADROS DE OFICIAIS DE ADMINISTRAÇÃO E ESPECIALIS	TAR DE A
	EMBRIAGUEZ AO VOLANTE	LEI N. 11.275, 7.2.2006	ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTS. 165, 277 E 302 DA LEI Nº 9.503, 23.09.1997, QUE	DE TRÂNS
	ENSINO - ESTATUTO - PROMOÇÃO - SUBSÍDIOS	LEI N. 7.358, 6.6.2012	FIXA NOVA TABELA DE SUBSÍDIOS PARA OS SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR	IBEIROS M
	ENSINO - PROMOÇÃO	LEI N. 4.984, 11.5.1988	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 30 DA LEI Nº 4.345, DE 07 DE MAIO DE 1982, ACRE	AO INCIS
	ESTABELECE A CRIAÇÃO DE UM CADASTRO E	LEI N. 8.538, DE	ESTABELECE A CRIAÇÃO DE UM CADASTRO ESTADUAL - JUNTO AO PROCON/A	DE FISCAL
	ESTABELECE ADMINISTRATIVAS ÀS PENALID	LEI N. 8.885, 18.7.2025	ESTABELECE ADMINISTRATIVAS ÀS PENALIDADES PESSOAS NATURAIS OU P	EAÇÃO E
	ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DA PRES	LEI N. 15.133, 6.5.2025	ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DA PRESTAÇÃO DE CIRURGIA RECONSTR	DE (BIO)D
	ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DE MENS	LEI N. 12.006, 29.7.2009	ACRESCENTA ARTIGOS À LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, QUE INSTITUI O CÓDIGO	SILEIRO, P
	ESTABELECE A POLÍTICA DE GESTÃO PARA U	DECRETO N. 95.022, DE	ESTABELECE A POLÍTICA DE GESTÃO PARA UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS DA ER	INSUMO M
	ESTABELECE AS DIRETRIZES PARA IMPLANTA	DECRETO N. 88.653, DE	ESTABELECE AS DIRETRIZES PARA IMPLANTACÃO DE PROCEDIMENTOS PELO	RESUNTA
	ESTABELECE AS NORMAS E AS DIRETRIZES E	DECRETO N. 9.191, DE	ESTABELECE AS NORMAS E AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO - REDAÇÃO	DE FISCAL
	ESTABELECE AS NORMAS RELATIVAS À CON	DECRETO N. 23.532, DE	ESTABELECE AS NORMAS RELATIVAS À CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE EI	DE FISCAL
	ESTABELECE CRITÉRIOS PARA VACINAÇÃO D	LEI N. 8.536, DE	ESTABELECE CRITÉRIOS PARA VACINAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS	DE FISCAL
	ESTABELECE DE ACORDO COM O ART. 14, § 4	LEI COMPLEMEN	ESTABELECE DE ACORDO COM O ART. 14, § 9º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	DE FISCAL
	ESTABELECE DE ACORDO COM O ART. 14, § 4	LEI COMPLEMEN	ESTABELECE DE ACORDO COM O ART. 14, § 9º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	DE FISCAL
	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A ELABORAC	RESOLUÇÃO	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO D	DE FISCAL
	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A ELABORAC	RESOLUÇÃO	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO D	DE FISCAL
	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A REALIZAÇ	RESOLUÇÃO	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A REALIZAÇÃO DO RECONHECIMENTO DE PE	DE FISCAL
	ESTABELECE DIRETRIZES SOBRE O USO DE	PORTARIA N	ESTABELECE DIRETRIZES SOBRE O USO DE CÂMERAS CORPORAIS PELOS Ó	DE FISCAL

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ESTABELECE ESTRATÉGIAS DESTINADAS À PROTEÇÃO DA SAÚDE DOS CONSUMIDORES	PORTARIA Nº 14.260, DE 8.12.2021	ESTABELECE ESTRATÉGIAS DESTINADAS À PROTEÇÃO DA SAÚDE DOS CONSUMIDORES	08.03.2021
	ESTABELECE INCENTIVOS À INDÚSTRIA DA RECI	LEI N. 8.986, DE 26.9.2023	ESTABELECE INCENTIVOS À INDÚSTRIA DA RECI	30.03.2021
	ESTABELECE MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS A QUEM PRATICAR INVI	DECRETO Nº 37.119, DE 30.9.1997	ESTABELECE MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS A QUEM PRATICAR INVI	08.03.2021
	ESTABELECE NORMAS E DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO, A REDACÇÃO, A A	DECRETO Nº 37.119, DE 30.9.1997	ESTABELECE NORMAS E DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO, A REDACÇÃO, A A	08.03.2021
	ESTABELECE NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA O TRATO DE EXPLOSIVOS	DECRETO Nº 37.119, DE 30.9.1997	ESTABELECE NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA O TRATO DE EXPLOSIVOS	08.03.2021
	ESTABELECE NORMAS GERAIS PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E	DECRETO Nº 37.119, DE 30.9.1997	ESTABELECE NORMAS GERAIS PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E	08.03.2021
	ESTABELECE NORMAS PARA AS ELEIÇÕES - ANOTADO	DECRETO Nº 37.119, DE 30.9.1997	ESTABELECE NORMAS PARA AS ELEIÇÕES - ANOTADO	08.03.2021
	ESTABELECE NORMAS RELATIVAS À CONCESSÃO DE ADIANTAMENTO DE NUL	DECRETO Nº 37.119, DE 30.9.1997	ESTABELECE NORMAS RELATIVAS À CONCESSÃO DE ADIANTAMENTO DE NUL	08.03.2021
	ESTABELECE O CALENDÁRIO DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS C	DECRETO Nº 37.119, DE 30.9.1997	ESTABELECE O CALENDÁRIO DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS C	08.03.2021
	ESTABELECE O CALENDÁRIO DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS C	DECRETO Nº 37.119, DE 30.9.1997	ESTABELECE O CALENDÁRIO DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS C	08.03.2021
	ESTABELECE O DIREITO DAS MÃES AMAMENTAREM SEUS FILHOS DURANTE	LEI N. 8.829, DE 21.3.2023	ESTABELECE O DIREITO DAS MÃES AMAMENTAREM SEUS FILHOS DURANTE	08.03.2021
	ESTABELECE O DIREITO DO IDOSO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DA MUL	LEI N. 9.740, DE 21.3.2023	ESTABELECE O DIREITO DO IDOSO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DA MUL	08.03.2021
	ESTABELECE O ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA NOS DÉBITOS E PARCE	DECRETO Nº 54.976, DE 27.9.2016	ESTABELECE O ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA NOS DÉBITOS E PARCE	08.03.2021
	ESTABELECE OS CRITÉRIOS DE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR CLASSE DA C	LEI N. 7.820, DE 27.9.2016	ESTABELECE OS CRITÉRIOS DE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR CLASSE DA C	08.03.2021
	ESTABELECE O SEXO BIOLÓGICO COMO O ÚNICO CRITÉRIO PARA DEFINIÇÃO	LEI N. 9.518, DE 10.4.2025	ESTABELECE O SEXO BIOLÓGICO COMO O ÚNICO CRITÉRIO PARA DEFINIÇÃO	08.03.2021
	ESTABELECE OS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES PARA O USO DA INTELIGÊNCIA A	LEI Nº 9.095, DE 20.1.2025	ESTABELECE OS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES PARA O USO DA INTELIGÊNCIA A	08.03.2021
	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS E AS NORMAS A SEREM ADOPTADAS PELO	DECRETO Nº 1.846, DE 9.6.2020	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS E AS NORMAS A SEREM ADOPTADAS PELO	08.03.2021
	ESTABELECE O VALOR DAS HORAS/AULAS PARA O EXERCÍCIO DE REGÊNCIA	LEI N. 8.266, DE 9.6.2020	ESTABELECE O VALOR DAS HORAS/AULAS PARA O EXERCÍCIO DE REGÊNCIA	08.03.2021
	ESTABELECE PENALIDADES PARA QUEM DIVULGAR POR MEIO ELETRÔNICO	LEI N. 8.103, DE 16.4.2019	ESTABELECE PENALIDADES PARA QUEM DIVULGAR POR MEIO ELETRÔNICO	08.03.2021
	ESTABELECE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO AOS POLICIAIS MILITARES INT	LEI N. 7.906, DE 26.7.2017	ESTABELECE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO AOS POLICIAIS MILITARES INT	08.03.2021
	ESTABELECE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO AOS POLICIAIS MILITARES INT	LEI N. 12.965, DE 23.4.2014	ESTABELECE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO AOS POLICIAIS MILITARES INT	08.03.2021
	ESTABELECE PRINCÍPIOS, GARANTIAS, DIREITOS E DEVERES PARA O USO D	LEI N. 9.441, DE 23.4.2014	ESTABELECE PRINCÍPIOS, GARANTIAS, DIREITOS E DEVERES PARA O USO D	08.03.2021
	ESTABELECE PRIORIDADE DE ATENDIMENTO PSICOTERÁPICO E CIRURGIA P	LEI N. 8.329, DE 25.4.2022	ESTABELECE PRIORIDADE DE ATENDIMENTO PSICOTERÁPICO E CIRURGIA P	08.03.2021
	ESTABELECE PROCEDIMENTO VIRTUAL DE INFORMAÇÕES E ACOLHIMENTO I	LEI N. 8.657, DE 25.4.2022	ESTABELECE PROCEDIMENTO VIRTUAL DE INFORMAÇÕES E ACOLHIMENTO I	08.03.2021
	ESTABELECE QUE AS IGREJAS E OS TEMPLOS DE QUALQUER CULTO, COMO	LEI N. 9.473, DE 20.1.2025	ESTABELECE QUE AS IGREJAS E OS TEMPLOS DE QUALQUER CULTO, COMO	08.03.2021
	ESTABELECE QUE OS HOSPITAIS E AS MATERNIDADES PÚBLICAS E PRIVADA	LEI N. 9.473, DE 20.1.2025	ESTABELECE QUE OS HOSPITAIS E AS MATERNIDADES PÚBLICAS E PRIVADA	08.03.2021

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DE USO	LEI N. 11.910, 18.3.2008	ALTERA O ART. 105 DA LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, QUE INSTITUI O CÓDIGO DE	
	ESTABELECE REGRAS PARA TRÂNSITO DE DE	LEI N. 9.622, 21.7.2025	ESTABELECE REGRAS PARA TRÂNSITO DE DETERMINADAS RACAS DE ANIMA	
	ESTABELECIMENTO PRISIONAL DA POLÍCIA M	DECRETO N. 41.375, DE	DENOMINA "MAIOR JOÃO KYLLDERIS CARDOSO MOREIRA" O ESTABELECIME	
	ESTADO DE URGÊNCIA EM TODOS OS ÓRGÃO	DECRETO N. 24.129, DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO DECRETO EST	
	ESTADO DE URGÊNCIA EM TODOS OS ÓRGÃO	DECRETO N. 20.785, DE	DECRETA ESTADO DE URGÊNCIA EM TODOS OS ÓRGÃOS QUE COMPÕEM O S	
	ESTATUI NORMAS GERAIS DE DIREITO FINAN	LEI N. 4.320, 17.3.1964	ESTATUI NORMAS GERAIS DE DIREITO FINANCEIRO PARA ELABORAÇÃO E CO	
	ESTATUTO	LEI N. 7.657, 10.9.2014	ALTERA OS INCISOS II E III DO § 1º DO ART. 7º E ACRESCENTA O INCISO VIII	
	ESTATUTO	LEI N. 6.803, 14.2.2007	DÁ NOVA REDACÇÃO AOS ARTIGOS 7º E 8º DA LEI Nº 5.346, DE 26 DE MAIO DE 1	
	ESTATUTO	LEI N. 5.358, 1.7.1992	ALTERA A LEI Nº 5.346 DE MAIO DE 1992 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	ESTATUTO	LEI N. 5.729, 18.9.1995	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 5.346, DE 26 DE MAIO DE 1992 E ADOTA OUT	
	ESTATUTO	LEI N. 6.150, 11.5.2000	MODIFICA AS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NOS ARTIGOS 80, 86 E 88 DA LEI Nº 5	
	ESTATUTO	LEI N. 5.751, DE	ALTERA O § 1º DO ART. 18 E O INCISO VI DO ART. 81 DA LEI Nº 5.346, DE 26 DE	
	ESTATUTO	LEI N. 7.126, DE	ALTERA A REDACÇÃO DO § 3º DO ART. 51 DA LEI Nº 5.346, DE 26 DE MAIO DE 19	
	ESTATUTO	LEI N. 6.290, 3.4.2002	REVOGA OS PARÁGRAFOS 2º E 3º DO ART. 90 DA LEI ESTADUAL Nº 5.346, D	
	ESTATUTO	LEI N. 5.941, 31.7.1997	ALTERA A REDACÇÃO DO INCISO VI DO ART. 81 DA LEI 5.346, DE 26 DE MAIO DE	
	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	LEI N. 8.069, 13.7.1990	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS	
	ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	LEI N. 13.146, 6.7.2015	INSTITUI A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - EST	
	ESTATUTO DO IDOSO	LEI N. 10.741, 1.10.2003	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	ESTATUTO PESSOAL REMUNERAÇÃO	LEI N. 5.046, DE	DÁ NOVA REDACÇÃO AOS DISPOSITIVOS QUE MENCIONA DA LEI Nº 3.696, DE 2	
	ESTENDE A BENEFICIÁRIOS QUE MENCIONA	LEI N. 4.423, DE	ESTENDE A BENEFICIÁRIOS QUE MENCIONA A PERCEPCÃO DA COMPLEMENT	
	ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO EST	LEI N. 9.454, 3.1.2025	ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE ALAGOAS PARA O EXE	
	EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES	LEI N. 9.051, 18.5.1995	DISPÕE SOBRE A EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES PARA A DEFESA DE DIREITOS E	
	EXTINGUE E CRIA CARGOS DE PROVIMENTO	LEI N. 8.661, 26.4.2022	EXTINGUE E CRIA CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO E DE PROVIMENTO EM	
	EXTINGUIR A PENA DE PRISÃO DISCIPLINAR	LEI Nº 13.967	ALTERA O ART. 18 DO DECRETO-LEI Nº 667, DE 2 DE JULHO DE 1969, PARA EX	
	FIXAÇÃO DE EFETIVO	LEI N. 5.030, 2.12.1988	FIXA O EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNC	
	FIXAÇÃO DE EFETIVO	LEI N. 5.285, DE	FIXA O EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	EIXACÃO DE FEETIVO	LEI N. 6.400, 15.8.2003	DISPÕE SOBRE A EIXACÃO DO FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE	
	EIXACÃO DE FEETIVO	LEI N. 5.339, 18.5.1992	ALTERA A LEI Nº 5.285 DE 13 DE DEZEMBRO DE 1991 QUE EIXA O FEETIVO D	
	EIXACÃO DE FEETIVO	LEI N. 7.372, 3.7.2012	DISPÕE SOBRE A EIXACÃO DO FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE	
	EIXACÃO DE FEETIVO	LEI N. 5.476, DE	EIXA O FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS	
	EIXACÃO DE FEETIVO	LEI N. 5.178, DE	EIXA O FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS	
	EIXACÃO DE FEETIVO	LEI N. 6.231, 19.4.2001	EIXA O FEETIVO E OS OLADROS DE ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO E	
	EIXA O FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTAD	LEI N. 4.420, DE	EIXA O FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS	
	EIXA OS SUBSÍDIOS DOS DEPLITADOS ESTADI	LEI N. 9.056, 8.11.2023	EIXA OS SUBSÍDIOS DOS DEPLITADOS ESTADIAIS NOS TERMOS DOS §§ 1º E	
	EIXA OS SUBSÍDIOS DOS INTEGRANTES DA C	LEI N. 8.317, 23.9.2020	EIXA OS SUBSÍDIOS DOS INTEGRANTES DA CARREIRA DA PERÍCIA OEICIAL D	
	EIXA VENCIMENTOS DO CARGO DE "MOT	LEI N. 4.179, DE	EIXA VENCIMENTOS DO CARGO DE "MOTORISTA MECÂNICO" DO OI	
	FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROEISSIO	DECRETO N. 24.647 DE	DESIGNA OS MEMBROS DO FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROEISSIONAL	
	FUNIONAMENTO DAS UNIDADES DE POLÍCIA	ACÓRDÃO N.	FUNIONAMENTO DAS UNIDADES DE POLÍCIA - IMPLANTACÃO E ADEOLIACÃO	
	FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO (FUNERPOL)	LEI N. 3.694, DE	CRIA O FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO POLICIAL - FUNERPOL - E DÁ	
	FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO (FUNERPOL)	LEI N. 4.178, DE	ALTERA A REDACÃO DOS ARTIGOS 1º 2º E 6º E § 2º DO ARTIGO 8º DA LEI Nº 3	
	FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO (FUNERPOL)	LEI N. 4.193, DE	DÁ NOVA REDACÃO AOS ARTIGOS 1º E 6º DA LEI Nº 3.694 DE 16 DE DEZEMBR	
	FUNDO ESPECIAL DE SEGURANCA PÚBLICA (F	LEI N. 7.012, DE	INSTITUI O FUNDO ESPECIAL DE SEGURANCA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAG	
	FUNDO ESPECIAL DE SEGURANCA PÚBLICA (F	DECRETO N. 11.225 DE	DÁ NOVA REDACÃO AO CAPUT E § 1º DO ART. 7º DA LEI ESTADUAL Nº 7.012 D	
	GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DE SEGUI	DECRETO N. 20.786 DE	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DE S	
	GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DE SEGUI	DECRETO N. 3.566 DE	DISPÕE SOBRE A REORGANIZAÇÃO DO GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA D	
	GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR (INTERNO)	DECRETO N. 1.806 DE	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR. (pelo Decreto n. 4.126 de 8.4.2009.)	
	GABINETE MILITAR (REGIMENTO INTERNO)	DECRETO N. 31.762 DE	DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DO GABINETE MILITAR	
	GABANTE PRIORIDADE DE VACINACÃO DA CO	LEI Nº 8.537	GABANTE PRIORIDADE DE VACINACÃO DA COVID-19 AOS GENITORES, TUTOE	
	GRATIEIACÃO DE REPRESENTACÃO (AMT 1 E	LEI N. 6.635, DE	REALISTA VENCIMENTO-BASE DOS SERVIDORES DO OLADRO DE PESSOAL	
	GRATIEIACÃO (ENSINO E INSTRUÇÃO)	LEI N. 5.036, DE	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS AS GRATIEIACÕES D	
	INSTITUI O DIA 19 DE MAIO COMO O DIA NACI	LEI N. 14.769, DE	INSTITUI O DIA 19 DE MAIO COMO O DIA NACIONAL DO FÍSICO	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA DOCEIRA	LEI N. 14.749, 5.12.2023	INSTITUI O DIA NACIONAL DA DOCEIRA	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INCLUI A "SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO E COMBATE AO RELACIONAMENTO	LEI N. 9.152, 19.1.2024	INCLUI A "SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO E COMBATE AO RELACIONAMENTO	NDÁRIO O
	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DI	LEI N. 8.546, DE	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DI	
	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O D	LEI N. 8.569, 4.1.2022	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O D	TURA ALA
	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DI	LEI N. 8.584, 19.1.2022	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DI	ADRILHEIR
	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DI	LEI N. 8.570, 4.1.2022	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DI	SGAE.
	INCLUI OS PROFISSIONAIS FISIOTERAPEUTA E TERAPEUTA OCUPACIONAL N	LEI N. 14.231, DE	INCLUI OS PROFISSIONAIS FISIOTERAPEUTA E TERAPEUTA OCUPACIONAL N	ÚDE DA F
	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, QUE "INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO	LEI N. 11.705, 19.6.2008	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, QUE "INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO	Nº 9.294,
	INSTITUI 2021 A POLÍTICA ESTADUAL ANTIDROGAS NO ÂMBITO DO ESTAI	LEI N. 8.461, 23.6.2021	INSTITUI 2021 A POLÍTICA ESTADUAL ANTIDROGAS NO ÂMBITO DO ESTAI	DÁ OUTRA
	INSTITUI A AÇÃO DE PROMOÇÃO DA CULTURA OCEÂNICA NAS INSTITUIÇÕES	LEI N. 8.974, 20.9.2023	INSTITUI A AÇÃO DE PROMOÇÃO DA CULTURA OCEÂNICA NAS INSTITUIÇÕES	AS DE EN
	INSTITUI A "CAMPAINHA ALUNO CONSCIENTE" DA REDE ESTADUAL DE ENSINO	LEI N. 8.370, 12.1.2021	INSTITUI A "CAMPAINHA ALUNO CONSCIENTE" DA REDE ESTADUAL DE ENSINO	
	INSTITUI A CAMPANHA NACIONAL DE PREVENÇÃO DA EXPOSIÇÃO INDEVIDA	LEI N. 14.539, 31.3.2023	INSTITUI A CAMPANHA NACIONAL DE PREVENÇÃO DA EXPOSIÇÃO INDEVIDA	
	INSTITUI A CAMPANHA "PET SANGUE BOM" NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGO	LEI N. 8.972, 20.9.2023	INSTITUI A CAMPANHA "PET SANGUE BOM" NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGO	ROVIDÊNC
	INSTITUI A COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE	DECRETO N. 11.440, DE	INSTITUI A COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE	
	INSTITUI A CULTURA DE AMBIENTE SAUDÁVEL E QUALIDADE DE VIDA NAS ES	LEI N. 8.403, 14.4.2021	INSTITUI A CULTURA DE AMBIENTE SAUDÁVEL E QUALIDADE DE VIDA NAS ES	ADUAL DI
	INSTITUI A ESTRATÉGIA FEDERAL DE INCENTIVO AO USO DE BIOGÁS E BIOM	DECRETO N. 11.003, DE	INSTITUI A ESTRATÉGIA FEDERAL DE INCENTIVO AO USO DE BIOGÁS E BIOM	
	INSTITUI A ESTRATÉGIA NACIONAL DE EMPREENDEDORISMO FEMININO - BR	DECRETO N. 10.988, DE	INSTITUI A ESTRATÉGIA NACIONAL DE EMPREENDEDORISMO FEMININO - BR	COMITÊ D
	INSTITUI A ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICION	DECRETO N. 11.822, DE	INSTITUI A ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICION	
	INSTITUI A FORÇA PENAL NACIONAL - EPN NO ÂMBITO DA SECRETARIA NACIO	PORTARIA M	INSTITUI A FORÇA PENAL NACIONAL - EPN NO ÂMBITO DA SECRETARIA NACIO	PENAI.
	INSTITUI A LEI DE MIGRAÇÃO - ESTATUTO DO ESTRANGEIRO	LEI N. 13.445, 24.5.2017	INSTITUI A LEI DE MIGRAÇÃO - ESTATUTO DO ESTRANGEIRO	
	INSTITUI A LEI GERAL DO ESPORTE	LEI N. 14.597, 14.6.2023	INSTITUI A LEI GERAL DO ESPORTE	
	INSTITUI A LEI ORGÂNICA DA ADVOCACIA GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS E	LEI N. 7, DE	INSTITUI A LEI ORGÂNICA DA ADVOCACIA GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS E	CORRELAT
	INSTITUI A LEI ORGÂNICA NACIONAL DAS POLÍCIAS CIVIS, DISPÕE SOBRE SU	LEI N. 14.735, DE	INSTITUI A LEI ORGÂNICA NACIONAL DAS POLÍCIAS CIVIS, DISPÕE SOBRE SU	DE FUNC
	INSTITUI A LEI ORGÂNICA NACIONAL DAS POLÍCIAS MILITARES E DOS CORPO	LEI N. 14.751, DE	INSTITUI A LEI ORGÂNICA NACIONAL DAS POLÍCIAS MILITARES E DOS CORPO	BITÓRIOS
	INSTITUI A MEDALHA DO MÉRITO DA REPÚBLICA MARECHAL DEODORO DA E	LEI N. 6.417, 7.11.2003	INSTITUI A MEDALHA DO MÉRITO DA REPÚBLICA MARECHAL DEODORO DA E	S PROVID
	INSTITUI A MEDALHA DO MÉRITO DA REPÚBLICA MARECHAL DEODORO DA E	LEI Nº 6.417	INSTITUI A MEDALHA DO MÉRITO DA REPÚBLICA MARECHAL DEODORO DA E	S PROVID
	INSTITUI A MEIA-ENTRADA PARA PROFESSORES DA REDE PÚBLICA E PRIVAD	LEI N. 8.145, 19.8.2019	INSTITUI A MEIA-ENTRADA PARA PROFESSORES DA REDE PÚBLICA E PRIVAD	PROVISÃO

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI A PLATAFORMA ÚNICA DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 9.720, 7.11.2025	INSTITUI A PLATAFORMA ÚNICA DO ESTADO DE ALAGOAS, DENOMINADA ALA	
	INSTITUI A POLÍTICA DE AÇÕES DE SAÚDE MENTAL PARA OS INTEGRANTES D	LEI N. 9.215, 15.4.2024	INSTITUI A POLÍTICA DE AÇÕES DE SAÚDE MENTAL PARA OS INTEGRANTES D	
	INSTITUI A POLÍTICA DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER NO ESTAD	LEI N. 8.531, DE	INSTITUI A POLÍTICA DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER NO ESTAD	
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE APOIO AO PRIMEIRO ESTÁGIO - PAPE NO	LEI N. 10.041, DE	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE APOIO AO PRIMEIRO ESTÁGIO - PAPE NO	
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE ATENÇÃO ESPECÍFICA PARA A POPULACÃO	LEI N. 8.702, 6.7.2022	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE ATENÇÃO ESPECÍFICA PARA A POPULACÃO	
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DA SÍNDRO	LEI N. 8.336, 5.11.2020	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DA SÍNDRO	
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS E EX	LEI N. 8.603, 22.2.2022	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS E EX	
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 9.312, 15.7.2024	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE ALAGOAS	
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇÃO AO CÂNCER BUCAL NO ESTA	LEI N. 8.373, 12.1.2021	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇÃO AO CÂNCER BUCAL NO ESTA	
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇÃO, DETECÇÃO PRECOCE E INÍCI	LEI N. 8.698, 27.6.2022	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇÃO, DETECÇÃO PRECOCE E INÍCI	
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA CO	LEI N. 9.746, DE	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA CO	
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E ATENÇÃO INTEGRAL ÀS CRI	LEI N. 10.055, DE	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E ATENÇÃO INTEGRAL ÀS CRI	
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE SAÚDE MENTAL NA REDE PÚBLICA E PRIV	LEI N. 8.971, 20.9.2023	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE SAÚDE MENTAL NA REDE PÚBLICA E PRIV	
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL PARA A POPULAÇÃO IMIGRANTE, DISPÕE SO	LEI N. 9.058, DE	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL PARA A POPULAÇÃO IMIGRANTE, DISPÕE SO	
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL "VINILIR" DE COMBATE A INTUIRIA RACIAL E A	LEI N. 9.767, DE	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL "VINILIR" DE COMBATE A INTUIRIA RACIAL E A	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR E DISPÕE S	DECRETO N. 11.820, DE	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR E DISPÕE S	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES)	LEI N. 14.914, 3.7.2024	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES)	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NAS COMUNIDA	LEI N. 14.819, 16.1.2024	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NAS COMUNIDA	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE BUSCA DE PESSOAS DESAPARECIDAS, CE	LEI N. 13.812, 16.3.2019	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE BUSCA DE PESSOAS DESAPARECIDAS, CE	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO E INCETIVO À DOACÁ	LEI N. 14.722, 8.11.2023	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO E INCETIVO À DOACÁ	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE DADOS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS	LEI N. 14.232, DE	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE DADOS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DIGITAL E ALTERA AS LEIS Nº	LEI N. 14.533, 11.1.2023	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DIGITAL E ALTERA AS LEIS Nº	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE PRODUT	DECRETO N. 9.607, DE	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE PRODUT	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO DO LUTO MATERNO E PAR	LEI N. 15.139, 23.5.2025	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO DO LUTO MATERNO E PAR	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE PREVENÇÃO E CONTROLE DO CÂNCER NO	LEI N. 14.758, DE	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE PREVENÇÃO E CONTROLE DO CÂNCER NO	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM	LEI N. 12.764, DE	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA	LEI N. 14.572, 8.5.2023	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE TRABALHO	LEI N. 14.821, 16.1.2024	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE TRABALHO DIGNO E CIDADANIA PARA A POPULAÇÃO DE FORTALEÇA.	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL PARA RECUPERAÇÃO	DECRETO N. 11.079, DE 11.07.2021	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL PARA RECUPERAÇÃO DAS APRENDIZAGENS EM ESCOLA.	
	INSTITUI A POLÍTICA PÚBLICA DE FORTALECIMENTO	LEI N. 8.375, 18.1.2021	INSTITUI A POLÍTICA PÚBLICA DE FORTALECIMENTO DAS OLIVARIAS PÚBLICAS DO ESTADO DE ALAGOAS	
	INSTITUI AS DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DE MOBILIDADE URBANA	LEI N. 12.587, DE 11.07.2021	INSTITUI AS DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DE MOBILIDADE URBANA PARA O ESTADO DE ALAGOAS	
	INSTITUI A SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO DO TRANSTORNO DO DESENVOLVIMENTO (TDL)	LEI N. 9.711, DE 11.07.2021	INSTITUI A SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO DO TRANSTORNO DO DESENVOLVIMENTO (TDL)	
	INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DA ACESSIBILIDADE	LEI N. 9.714, 7.11.2025	INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DA ACESSIBILIDADE	
	INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DE COMBATE AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL	LEI N. 8.808, 13.1.2023	INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DE COMBATE AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL	
	INSTITUI A "SEMANA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO CONSCIENTIZAÇÃO E ORIENTAÇÃO LÁBI	LEI N. 8.696, 27.6.2022	INSTITUI A "SEMANA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO CONSCIENTIZAÇÃO E ORIENTAÇÃO LÁBI	
	INSTITUI A SEMANA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A DEPRESSÃO	LEI N. 14.543, 3.4.2023	INSTITUI A SEMANA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A DEPRESSÃO	
	INSTITUI A SEMANA NACIONAL DO USO CONSCIENTE DA ÁGUA	LEI N. 14.549, 13.4.2023	INSTITUI A SEMANA NACIONAL DO USO CONSCIENTE DA ÁGUA	
	INSTITUI AS UNIDADES REGIONAIS DE SANEAMENTO BÁSICO NO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 8.358, 3.12.2020	INSTITUI AS UNIDADES REGIONAIS DE SANEAMENTO BÁSICO NO ESTADO DE ALAGOAS	
	INSTITUI A TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS	RESOLUÇÃO N. 10.005, DE 11.07.2021	INSTITUI A TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS	
	INSTITUI E DEFIENE AS DIRETRIZES PARA A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇÃO DE EVASÃO	LEI N. 7.451, 13.3.2013	INSTITUI E DEFIENE AS DIRETRIZES PARA A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇÃO DE EVASÃO	
	INSTITUI GRATIFICAÇÃO AOS INTEGRANTES DA ASSESSORIA MILITAR DO TRIBUNAL DO ESTADO	DECRETO N. 11.514, DE 11.07.2021	INSTITUI GRATIFICAÇÃO AOS INTEGRANTES DA ASSESSORIA MILITAR DO TRIBUNAL DO ESTADO	
	INSTITUI GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL PARA A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	LEI N. 14.811, 12.1.2024	INSTITUI GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL PARA A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	
	INSTITUI MEDIDAS DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE CONTRA A OBESIDADE INFANTIL EM ESCOLAS PÚBLICAS	LEI N. 9.696, DE 11.07.2021	INSTITUI MEDIDAS DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE CONTRA A OBESIDADE INFANTIL EM ESCOLAS PÚBLICAS	
	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE IMPORTÂNCIA	DECRETO N. 69.529, DE 11.07.2021	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE IMPORTÂNCIA	
	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE IMPORTÂNCIA	DECRETO N. 69.527, DE 11.07.2021	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE IMPORTÂNCIA	
	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE IMPORTÂNCIA	DECRETO N. 69.502, DE 11.07.2021	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE IMPORTÂNCIA	
	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR E NO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 6.568, 6.1.2005	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR E NO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	
	INSTITUI NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS - ME	LEI N. 8.338, 5.11.2020	INSTITUI NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS - ME	
	INSTITUI NO ÂMBITO ESTADUAL A CAMPANHA "MAIO LILÁS" COM O OBJETIVO DE COMBATER O CÂNCER DE MAMA	LEI N. 8.592, 22.2.2022	INSTITUI NO ÂMBITO ESTADUAL A CAMPANHA "MAIO LILÁS" COM O OBJETIVO DE COMBATER O CÂNCER DE MAMA	
	INSTITUI NO ESTADO DE ALAGOAS A POLÍTICA ESTADUAL DE INCENTIVO AO COMÉRCIO DE PRODUTOS DE ALAGOAS	LEI N. 8.653, 13.4.2022	INSTITUI NO ESTADO DE ALAGOAS A POLÍTICA ESTADUAL DE INCENTIVO AO COMÉRCIO DE PRODUTOS DE ALAGOAS	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI NORMAS GERAIS SOBRE DESPORTO	LEI N. 9.615, 24.3.1998	INSTITUI NORMAS GERAIS SOBRE DESPORTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	INSTITUI NORMAS PARA LICITAÇÕES E CONTRATOS	LEI N. 8.666, 21.6.1993	INSTITUI NORMAS PARA LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	PROVIDÊNCIAS
	INSTITUI NORMAS PROTETIVAS E DIREITO À INFORMAÇÃO	LEI N. 8.581, 19.1.2022	INSTITUI NORMAS PROTETIVAS E DIREITO À INFORMAÇÃO AOS CONSUMIDORES	SOCIAÇÃO
	INSTITUI O AUXÍLIO GÁS DOS BRASILEIROS: E ALTERA A LEI Nº 10.336, DE 19.7.2001	LEI N. 14.237, DE 18.5.2022	INSTITUI O AUXÍLIO GÁS DOS BRASILEIROS: E ALTERA A LEI Nº 10.336, DE 19.7.2001	
	INSTITUI O BENEFÍCIO EXTRAORDINÁRIO ÀS FAMILÍAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA DE APOIO ÀS FAMILÍAS DE BAIXA RENDA	LEI N. 14.342, 18.5.2022	INSTITUI O BENEFÍCIO EXTRAORDINÁRIO ÀS FAMILÍAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA DE APOIO ÀS FAMILÍAS DE BAIXA RENDA	PROVIDÊNCIAS
	INSTITUI OBRIGATORIEDADE DA INCLUSÃO DE FUNCIONÁRIOS OU SERVIDORES PÚBLICOS	LEI N. 8.303, 25.8.2020	INSTITUI OBRIGATORIEDADE DA INCLUSÃO DE FUNCIONÁRIOS OU SERVIDORES PÚBLICOS	PARA O ATIVISMO
	INSTITUI O CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL	LEI N. 8.254, DE 19.1.2022	INSTITUI O CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL	S, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
	INSTITUI O CÓDIGO ALAGOANO DE PROTEÇÃO À PESSOA COM TRANSTORNO MENTAL	LEI N. 9.716, DE 6.9.2018	INSTITUI O CÓDIGO ALAGOANO DE PROTEÇÃO À PESSOA COM TRANSTORNO MENTAL	ISTA – TEMA 10
	INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 8.039, 12.6.1989	INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS	DOU, 19.6.1989
	INSTITUI O CONSELHO DELIBERATIVO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS	DECRETO N. 95.602, DE 12.6.1989	INSTITUI O CONSELHO DELIBERATIVO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS	DECRETO Nº 95.602
	INSTITUI O CONSELHO NACIONAL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	DECRETO N. 8.750, DE 12.4.2022	INSTITUI O CONSELHO NACIONAL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	DECRETO Nº 8.750
	INSTITUI O DIA 13 DE MARÇO COMO O DIA NACIONAL DE LUTA CONTRA A ENFERMIDADE DE ALZHEIMER	LEI N. 14.324, 12.4.2022	INSTITUI O DIA 13 DE MARÇO COMO O DIA NACIONAL DE LUTA CONTRA A ENFERMIDADE DE ALZHEIMER	DIÁRIO OFICIAL Nº 14.324
	INSTITUI O DIA 7 DE MARÇO O DIA DA TECNOLOGIA ALAGOANA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	LEI N. 8.684, 14.6.2022	INSTITUI O DIA 7 DE MARÇO O DIA DA TECNOLOGIA ALAGOANA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	DIÁRIO OFICIAL Nº 8.684
	INSTITUI O DIA DA VALORIZAÇÃO DA MULHER ADVOGADA NO CALENDÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 8.322, DE 14.6.2022	INSTITUI O DIA DA VALORIZAÇÃO DA MULHER ADVOGADA NO CALENDÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS	DIÁRIO OFICIAL Nº 8.322
	INSTITUI O DIA DO POLICIAL LEGISLATIVO	LEI N. 14.262, DE 11.7.2024	INSTITUI O DIA DO POLICIAL LEGISLATIVO	
	INSTITUI O DIA DO REI PELÉ	LEI N. 14.909, 11.7.2024	INSTITUI O DIA DO REI PELÉ	
	INSTITUI O DIA DOS POVOS INDÍGENAS E REVOGA O DECRETO-LEI Nº 5.540, DE 19.1.2006	LEI N. 14.402, 8.7.2022	INSTITUI O DIA DOS POVOS INDÍGENAS E REVOGA O DECRETO-LEI Nº 5.540, DE 19.1.2006	
	INSTITUI O DIA DO TRANSPORTADOR INTERMUNICIPAL NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 8.706, 6.7.2022	INSTITUI O DIA DO TRANSPORTADOR INTERMUNICIPAL NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	
	INSTITUI O “DIA DO VETERANO POLICIAL MILITAR” NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 8.276, 13.7.2020	INSTITUI O “DIA DO VETERANO POLICIAL MILITAR” NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
	INSTITUI O DIA ESTADUAL DO ATIRADOR DESPORTIVO	LEI N. 8.752, 8.11.2022	INSTITUI O DIA ESTADUAL DO ATIRADOR DESPORTIVO	
	INSTITUI O “DIA ESTADUAL DO LUTO PELAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	LEI N. 8.939, 14.8.2023	INSTITUI O “DIA ESTADUAL DO LUTO PELAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A DERMATITE ATÓPICA	LEI N. 14.916, 5.7.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DA CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A DERMATITE ATÓPICA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO LEGISLATIVA	LEI N. 14.798, 5.1.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO LEGISLATIVA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	LEI N. 14.139, 16.4.2021	INSTITUI O DIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA MULHER EMPRESÁRIA	LEI N. 14.545, 4.4.2023	INSTITUI O DIA NACIONAL DA MULHER EMPRESÁRIA	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA PESSOA COM VISÃO MONOCULAR	LEI N. 14.622, 17.7.2023	INSTITUI O DIA NACIONAL DA PESSOA COM VISÃO MONOCULAR	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA SAÚDE ÚNICA	LEI N. 14.792, 5.1.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DA SAÚDE ÚNICA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DE COMBATE À TORTURA	LEI N. 14.797, 5.1.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DE COMBATE À TORTURA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A FISSURA LABIOPALATINA	LEI N. 14.404, 11.7.2022	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A FISSURA LABIOPALATINA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A PATERNIDADE RECONHECIDA	LEI N. 14.623, 17.7.2023	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A PATERNIDADE RECONHECIDA	COMEMOR
	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE AS DOENÇAS CRÔNICAS	LEI N. 14.915, 5.7.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE AS DOENÇAS CRÔNICAS	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	LEI N. 15.382, 9.04.2026	INSTITUI O DIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	INAS INDÍ
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO ESPIRITISMO	LEI N. 14.354, 30.5.2022	INSTITUI O DIA NACIONAL DO ESPIRITISMO	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO FLUNK	LEI N. 14.940, 30.7.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DO FLUNK	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO HEMATOLOGISTA E DO HEMOTERAPEUTA	LEI N. 14.919, 5.7.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DO HEMATOLOGISTA E DO HEMOTERAPEUTA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO POLICIAL PENAL	LEI N. 14.908, 1.7.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DO POLICIAL PENAL	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO PROFISSIONAL DE LOGÍSTICA	LEI N. 14.329, 4.5.2022	INSTITUI O DIA NACIONAL DO PROFISSIONAL DE LOGÍSTICA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DOS AGENTES DE TRÂNSITO	LEI N. 14.594, 2.6.2023	INSTITUI O DIA NACIONAL DOS AGENTES DE TRÂNSITO	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO SANEONEIRO	LEI N. 14.140, 19.4.2021	INSTITUI O DIA NACIONAL DO SANEONEIRO	
	INSTITUI O DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEEF	PORTARIA Nº 14.149, 13.04.1995	INSTITUI O DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEEF	
	INSTITUI O ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL	LEI N. 12.288, 20.7.2010	INSTITUI O ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL - ALTERA AS LEIS Nºs 7.716 DE	13.04.1995
	INSTITUI O ESTATUTO DA JUVENTUDE E DISPÕE SOBRE OS DIREITOS DOS JOVENS	LEI N. 12.852, 5.8.2013	INSTITUI O ESTATUTO DA JUVENTUDE E DISPÕE SOBRE OS DIREITOS DOS JOVENS	SE SISTEM
	INSTITUI O ESTATUTO DA PESSOA COM CÂNCER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	LEI N. 14.238, 14.1.2009	INSTITUI O ESTATUTO DA PESSOA COM CÂNCER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	INSTITUI O ESTATUTO DE MUSEUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	LEI N. 11.904, 14.1.2009	INSTITUI O ESTATUTO DE MUSEUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	INSTITUI O ESTATUTO DOS DIREITOS DO PACIENTE	LEI N. 15.378, 6.04.2026	INSTITUI O ESTATUTO DOS DIREITOS DO PACIENTE	
	INSTITUI O ESTATUTO NACIONAL DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENA PORTE	LEI N. 11.904, 14.1.2009	INSTITUI O ESTATUTO NACIONAL DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENA PORTE	RA DISPOS
	INSTITUI O FORMULÁRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE RISCO A SER APLICADO EM CASOS DE VIOLÊNCIA	DECRETO N. 10.689, DE 11.485, DE 11.487, DE	INSTITUI O FORMULÁRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE RISCO A SER APLICADO EM CASOS DE VIOLÊNCIA	DE VIOLÊ
	INSTITUI O GRUPO DE APOIO A DESASTRES NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	DECRETO N. 10.689, DE 11.485, DE 11.487, DE	INSTITUI O GRUPO DE APOIO A DESASTRES NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	REGIONAL
	INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL COM A FINALIDADE DE ELABORAR O PLANO NACIONAL DE AVALIAÇÃO BIOPSSICOSSOCIAL	DECRETO N. 10.689, DE 11.485, DE 11.487, DE	INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL COM A FINALIDADE DE ELABORAR O PLANO NACIONAL DE AVALIAÇÃO BIOPSSICOSSOCIAL	IA DO FIO
	INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO SOBRE A AVALIAÇÃO BIOPSSICOSSOCIAL LIGADA AO ÂMBITO DA SAÚDE	DECRETO N. 10.689, DE 11.485, DE 11.487, DE	INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO SOBRE A AVALIAÇÃO BIOPSSICOSSOCIAL LIGADA AO ÂMBITO DA SAÚDE	CIA NO ÂM
	INSTITUI O MARCO LEGAL DAS STARTUPS E DO EMPREENDEDORISMO INOVADOR	LEI N. 182, DE	INSTITUI O MARCO LEGAL DAS STARTUPS E DO EMPREENDEDORISMO INOVADOR	ENTRADA

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI O MARCO LEGAL DO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO NO BRASIL (LEI RAUL)	LEI N. 15.358, DE 20.4.2022	INSTITUI O MARCO LEGAL DO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO NO BRASIL	
	INSTITUI O MÊS DE JULHO COMO MÊS NACIONAL DO COMBATE AO CÂNCER DE MAMA	LEI N. 14.328, DE 20.4.2022	INSTITUI O MÊS DE JULHO COMO MÊS NACIONAL DO COMBATE AO CÂNCER DE MAMA	
	INSTITUI O MÊS MARCO ROXO	LEI N. 9.7033, DE 7.11.2025	INSTITUI O MÊS MARCO ROXO DEDICADO À REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A DOENÇA	
	INSTITUI O MODELO DE GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL DO ALAGOAS	LEI N. 14.802, DE 20.4.2022	INSTITUI O MODELO DE GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL DO ALAGOAS	
	INSTITUI O PLANO NACIONAL DE ENERENTAMENTO AO FEMINICÍDIO	DECRETO N. 10.906, DE 20.4.2022	INSTITUI O PLANO NACIONAL DE ENERENTAMENTO AO FEMINICÍDIO	
	INSTITUI O PLANO NACIONAL DE FERTILIZANTES 2022-2050 E O CONSELHO NACIONAL DE FERTILIZANTES	DECRETO N. 10.991, DE 20.4.2022	INSTITUI O PLANO NACIONAL DE FERTILIZANTES 2022-2050 E O CONSELHO NACIONAL DE FERTILIZANTES	
	INSTITUI O PLANO PLURIANUAL DA UNIÃO PARA O PERÍODO DE 2024 A 2027	LEI N. 14.802, DE 20.4.2022	INSTITUI O PLANO PLURIANUAL DA UNIÃO PARA O PERÍODO DE 2024 A 2027	
	INSTITUI O PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO ESTADO DE ALAGOAS E DISPONIBILIZA O ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA	LEI N. 6.971, DE 5.8.2008	INSTITUI O PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO ESTADO DE ALAGOAS E DISPONIBILIZA O ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA	
	INSTITUI O PROGRAMA ALAGOANO DE ENERGIA RURAL RENOVÁVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	LEI N. 9.472, DE 20.1.2025	INSTITUI O PROGRAMA ALAGOANO DE ENERGIA RURAL RENOVÁVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	INSTITUI O PROGRAMA ALIMENTA BRASIL	LEI N. 14.284, DE 20.4.2022	INSTITUI O PROGRAMA ALIMENTA BRASIL	
	INSTITUI O PROGRAMA BOLSA ESCOLA 10 NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 8.551, DE 20.4.2022	INSTITUI O PROGRAMA BOLSA ESCOLA 10 NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	
	INSTITUI O PROGRAMA CARTÃO GÁS COMO MEDIDA DE ENERENTAMENTO DA POPULAÇÃO DE ALAGOAS	LEI N. 8.591, DE 22.2.2022	INSTITUI O PROGRAMA CARTÃO GÁS COMO MEDIDA DE ENERENTAMENTO DA POPULAÇÃO DE ALAGOAS	
	INSTITUI O PROGRAMA CRIANÇA ALAGOANA - CRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	LEI N. 10.045, DE 20.4.2022	INSTITUI O PROGRAMA CRIANÇA ALAGOANA - CRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	INSTITUI O PROGRAMA CRIANÇA ALAGOANA - CRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	LEI N. 7.965, DE 9.1.2018	INSTITUI O PROGRAMA CRIANÇA ALAGOANA - CRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	INSTITUI O PROGRAMA DE CONCESSÕES E PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS DE ALAGOAS - PPA	LEI N. 8.232, DE 10.1.2020	INSTITUI O PROGRAMA DE CONCESSÕES E PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS DE ALAGOAS - PPA	
	INSTITUI O PROGRAMA DE COOPERAÇÃO E O CÔDIGO DE COMÉRCIO DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 8.397, DE 19.3.2021	INSTITUI O PROGRAMA DE COOPERAÇÃO E O CÔDIGO DE COMÉRCIO DO ESTADO DE ALAGOAS	
	INSTITUI O PROGRAMA DE PREVENÇÃO E ENERENTAMENTO AO ASSÉDIO SEXUAL	LEI N. 14.540, DE 3.4.2023	INSTITUI O PROGRAMA DE PREVENÇÃO E ENERENTAMENTO AO ASSÉDIO SEXUAL	
	INSTITUI O PROGRAMA DE PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE MENSTRUAL	LEI N. 14.214, DE 6.10.2021	INSTITUI O PROGRAMA DE PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE MENSTRUAL	
	INSTITUI O PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO DENTÁRIA PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLENÇA	LEI N. 15.116, DE 2.4.2025	INSTITUI O PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO DENTÁRIA PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLENÇA	
	INSTITUI O PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL E ALTERA A LEI Nº 11.720, DE 2009	LEI N. 14.640, DE 31.7.2023	INSTITUI O PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL E ALTERA A LEI Nº 11.720, DE 2009	
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL BANCO DE RAÇÃO E UTENSÍLIOS PARA AMAMENTAÇÃO	LEI N. 8.973, DE 20.9.2023	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL BANCO DE RAÇÃO E UTENSÍLIOS PARA AMAMENTAÇÃO	
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE ACOMPANHAMENTO PRÉ-NATAL E PÓS-NATAL	LEI N. 8.988, DE 26.9.2023	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE ACOMPANHAMENTO PRÉ-NATAL E PÓS-NATAL	
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE EQUITERAPIA COMO MÉTODO TERAPÊUTICO	LEI N. 8.968, DE 20.9.2023	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE EQUITERAPIA COMO MÉTODO TERAPÊUTICO	
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE ESTÍMULO AO EMPREENDEDORISMO DE MULHERES	LEI N. 10.042, DE 20.4.2022	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE ESTÍMULO AO EMPREENDEDORISMO DE MULHERES	
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL INTITULADO "MULHERES NA CULTURA ALAGOANA"	LEI N. 9.057, DE 20.4.2022	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL INTITULADO "MULHERES NA CULTURA ALAGOANA"	
	INSTITUI O PROGRAMA INTERNET BRASIL; E ALTERA AS LEIS Nºs 4.117, DE 27.11.2009	LEI N. 14.351, DE 25.5.2022	INSTITUI O PROGRAMA INTERNET BRASIL; E ALTERA AS LEIS Nºs 4.117, DE 27.11.2009	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI O PROGRAMA MÃES DO BRASIL	DECRETO N. 10.987 DE	INSTITUI O PROGRAMA MÃES DO BRASIL	
	INSTITUI O PROGRAMA MAIS PROFESSORES	DECRETO N. 12.358 DE	INSTITUI O PROGRAMA MAIS PROFESSORES PARA O BRASIL – MAIS PROEFS	
	INSTITUI O PROGRAMA MARIA DA PENHA VAI	LEI N. 8.372, 12.1.2021	INSTITUI O PROGRAMA MARIA DA PENHA VAI À ESCOLA VISANDO SENSIBILIZ	PRE DIMO
	INSTITUI O PROGRAMA MULHER VIVER SEM V	DECRETO N. 11.431 DE	INSTITUI O PROGRAMA MULHER VIVER SEM VIOLÊNCIA	
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE VERDE	DECRETO N. 10.846 DE	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE CRESCIMENTO VERDE	
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE ENEREN	DECRETO N. 10.701 DE	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE ENERENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONT	PLESCENT
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROCE	DECRETO N. 11.946 DE	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROCESSO ELETRÔNICO	
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROMO	DECRETO N. 11.106 DE	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEEFSA DO	SOOSIPR
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROTE	DECRETO N. 12.439 DE	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E MANEIO POPULACIONAL	ATOS E O
		LEI N. 11.530, DE		
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE VACINA	LEI N. 14.886, 11.6.2024	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE VACINAÇÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS	AS PROVI
	INSTITUI O PROGRAMA PESCADOR LEGAL	LEI N. 8.316, 22.9.2020	INSTITUI O PROGRAMA PESCADOR LEGAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	INSTITUI O PROGRAMA RONDA DO BAIRRO	DECRETO N. 57.008 DE	INSTITUI O PROGRAMA RONDA NO BAIRRO PARA AS AÇÕES REALIZADAS PEI	STADO DE
	INSTITUI O PROGRAMA SALTO AZUL NO CALE	LEI N. 9.712, 7.11.2025	INSTITUI O PROGRAMA SALTO AZUL NO CALENDÁRIO ANUAL DE EVENTOS DO	AS.
	INSTITUI O PROGRAMA SEU VOTO IMPORTA	RESOLUÇÃO	INSTITUI O PROGRAMA SEU VOTO IMPORTA E ESTABELECE DIBETRIZES E PE	SARANTIR
	INSTITUI O PROGRAMA SUPLEMENTAR DE AL	LEI N. 8.687, 21.6.2022	INSTITUI O PROGRAMA SUPLEMENTAR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NAS UNIF	DA REDE P
	INSTITUI O PROJETO “CELULAR SEGURO	PORTARIA M	INSTITUI O PROJETO “CELULAR SEGURO” NO ÂMBITO DO MINISTE	EGURANÇ
	INSTITUI O REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SER	LEI N. 5.247, 26.7.1991	INSTITUI O REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DO E	N\$AS AUT
	INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DOS CENTR	PORTARIA N	INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DOS CENTROS INTEGRADOS DE SEGURANÇ	DE DASE
	INSTITUI O REGULAMENTO DE INSTRUÇÃO P	DECRETO N. 4.125 DE	INSTITUI O REGULAMENTO DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL DA PROCURADOR	O, E DÁ O
	INSTITUI O “SELO FLOR DE LÓTUS” NO ÂMBIT	LEI N. 9.174, 19.3.2024	INSTITUI O “SELO FLOR DE LÓTUS” NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS E D	NCIAS - CO
	INSTITUI O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMU	LEI N. 9.612, 19.2.1998	INSTITUI O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA E DÁ OUTRAS PROVID	
	INSTITUI O SISTEMA DE ARQUIVOS DO DE ALAGOAS	LEI N. 6.236, 6.6.2001	INSTITUI O SISTEMA DE AROUVOS DO ESTADO DE ALAGOAS	
	INSTITUI O SISTEMA ELETRÔNICO DE INEORM	DECRETO N. 58.688 DE	INSTITUI O SISTEMA ELETRÔNICO DE INEORMAÇÕES - SEI COMO SISTEMA OF	MIH 10000
	INSTITUI O SISTEMA ESTADUAL DE GESTÃO D	DECRETO N. 4.136 DE	INSTITUI O SISTEMA ESTADUAL DE GESTÃO DE PASSAGENS - SGP NO ÂMBIT	EVOTIES7%
	INSTITUI O SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS	LEI N. 11.343, 23.8.2006	INSTITUI O SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS - SI	MEDIDAS F

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CIVIL VOLUNTÁRIO	LEI N. 14.370, DE 15.6.2022	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CIVIL VOLUNTÁRIO	
	INTERCEPTAÇÃO DE COMUNICAÇÕES TELEFÔNICAS	LEI N. 9.296, DE 24.7.1996	REGULAMENTA O INCISO XII PARTE FINAL DO ART. 5º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	
	ISENÇÃO PAGAMENTO TAXAS EMISSÃO SEGUROS	LEI N. 8.390, DE 10.3.2021	DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DE EMISSÃO DA SEGUROS	
	JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS	LEI N. 9.099, DE 26.9.1995	DISPÕE SOBRE OS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS DA FLE	LEI N. 10.259, DE 12.7.2001	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS	
	LANÇAMENTO DA NOVA VERSÃO DA PLATAFORMA 190 ALAGOAS	LEI Nº 423884	LANÇAMENTO DA NOVA VERSÃO DA PLATAFORMA 190 ALAGOAS	
	LEI DA ACESSIBILIDADE	LEI N. 10.098, DE 12.9.2000	ESTABELECE NORMAS GERAIS E CRITÉRIOS BÁSICOS PARA A PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE	
	LEI DAS CONTRAVENÇÕES PENAI	DECRETO Nº 3.688	LEI DAS CONTRAVENÇÕES PENAI	
	LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO	LEI Nº 12.527	LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO - REGULAM O ACESSO A INFORMAÇÕES PREVISTAS NO ART. 5º	
	LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	LEI N. 14.133, DE 1.4.2021	LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	
	LEI DE PROMOÇÃO - CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS SERVIDORES	LEI N. 6.514, DE 23.9.2004	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS SERVIDORES	
	LEI DE PROMOÇÃO - CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS SERVIDORES	LEI N. 6.544, DE 23.9.2004	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS SERVIDORES	
	LEI DO SERVIÇO MILITAR	LEI N. 4.375, DE 17.8.1964	LEI DO SERVIÇO MILITAR	
	LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD	LEI N. 13.709, DE 14.8.2018	LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD	
	LEI MARIA DA PENHA - CRIA MECANISMOS PARA COIBIR A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	LEI N. 11.340, DE 7.8.2006	LEI MARIA DA PENHA - CRIA MECANISMOS PARA COIBIR A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	
	LICENÇA PARA O DESEMPENHO DE MANDATO DE CAÇÃO	LEI N. 7.203, DE 2.7.2006	ASSEGURA LICENÇA AOS POLICIAIS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES QUE EXERCITAM	
	LICITAÇÃO (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS)	DECRETO Nº 29.342, DE 25.7.2006	REGULAMENTA O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PREVISTO NO ART. 15º DA LEI Nº 8.666, DE 2.7.1993	
	LIMITES DE VELOCIDADE PARA FINS DE ENQUADRAMENTOS INSERACIONAIS E DE	LEI N. 11.334, DE 25.7.2006	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 218 DA LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, QUE INSTITUI	
	LUTO OFICIAL	DECRETO Nº 43.948, DE 25.7.2006	DECRETA LUTO OFICIAL EM VIRTUDE DO FALECIMENTO DOS MILITARES DO EXÉRCITO	
	MANUAL DE APLICABILIDADE DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS	MANUAL LGPD PGF/AL	MANUAL DE APLICABILIDADE DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NO ÂMBITO DO	
	MANUAL DE CAMPANHA 2021 - TREINAMENTO FÍSICO MILITAR - EXÉRCITO BRASILEIRO	MANUAL DE CAMPANHA	MANUAL DE CAMPANHA 2021 - TREINAMENTO FÍSICO MILITAR - EXÉRCITO BRASILEIRO	
	MANUAL DE INSPECÇÕES, REVISTAS E DESEMPENHO DE MANDATO DE CAÇÃO	PORTARIA Nº 22-6	APROVA O MANUAL DE CAMPANHA C-22-6 - INSPECÇÕES, REVISTAS E DESEMPENHO DE MANDATO DE CAÇÃO	
	MANUAL DE ORDEM UNIDA	PORTARIA Nº 10-308	APROVA O MANUAL DE CAMPANHA FB70-MC-10-308 - ORDEM UNIDA - 4ª EDIÇÃO	
	MANUAL DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO	MANUAL LGPD	MANUAL DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO - 2021	
	MATRIZ CURRICULAR NACIONAL 2014	MATRIZ CURRICULAR	MATRIZ CURRICULAR NACIONAL 2014 - PARA AÇÕES FORMATIVAS DOS PROFISSIONAIS	
	MEDALHA (ALTERA DENOMINAÇÃO)	LEI N. 6.416, DE 7.11.2003	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 1º DA LEI Nº 3.982, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1978, QUE	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	MEDALHA (INSTITUI)	LEI N. 5.145, 5.7.1990	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS A “MEDALHA DO MÉRITO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR ZUMBI LUIZ DE ALMEIDA”	OLICIAL M
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 41.430 DE	OUTORGA A MEDALHA DO MÉRITO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR ZUMBI LUIZ DE ALMEIDA	S AUTORID
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 6.579 DE	OUTORGA A “MEDALHA DO MÉRITO POLICIAL ”	
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 15.360 DE	OUTORGA A MEDALHA DO MÉRITO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR ZUMBI LUIZ DE ALMEIDA	ES”.
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 9.054 DE	OUTORGA A CIVIS E MILITARES A MEDALHA DO MÉRITO BOMBEIRO MILITAR	
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 24.605 DE	OUTORGA A MEDALHA DO MÉRITO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR ZUMBI LUIZ DE ALMEIDA	S AUTORID
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 49.938 DE	OUTORGA A MEDALHA DO MÉRITO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR ZUMBI LUIZ DE ALMEIDA	S AUTORID
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 47.005 DE	RETIFICA DECRETO QUE MENCIONA	
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 43.936 DE	OUTORGA A CIVIS E MILITARES A MEDALHA DO MÉRITO DA DEFESA CIVIL ESTADUAL	
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 45.245 DE	OUTORGA A CIVIS E MILITARES A MEDALHA DO MÉRITO BOMBEIRO MILITAR	
	MEDALHAS E CONSELHO PERMANENTE DE (INSTITUI)	LEI N. 6.804, 14.2.2007	INSTITUI NO ÂMBITO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS - PMAL - M	ELHO PER
	MEDIDAS DE CONTINGENCIAMENTO E RACIONALIZAÇÃO DE GASTOS	DECRETO N. 69.705 DE	ESTABELECE MEDIDAS DE CONTINGENCIAMENTO E RACIONALIZAÇÃO DE GASTOS	O ESTADO
	MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA	LEI N. 13.979, 6.2.2020	DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA	PORTÂNC
	MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA	DECRETO N. 69.501 DE	DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA	PORTÂNC
	MEIA-ENTRADA EM EVENTOS (DOADORES DE SANGUE)	LEI N. 7.810, 30.8.2016	INSTITUI PARA DOADORES DE SANGUE DO ESTADO DE ALAGOAS - MEIA-ENTRADA EM EVENTOS	CULTURAI
	MODELO DE GESTÃO (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA)	LEI DELEGADA	DEEINE AS ÁREAS, OS MEIOS E AS FORMAS DE ATUAÇÃO DO PODER EXECUTIVO	ALAGOAS
	MODELO DE GESTÃO (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA)	LEI DELEGADA	INSTITUI O MODELO DE GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL DO ESTADO DE ALAGOAS	E DÁ OUT
	MODELO DE GESTÃO (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA)	LEI DELEGADA	DEEINE AS ÁREAS, OS MEIOS E AS FORMAS DE ATUAÇÃO DO PODER EXECUTIVO	ALAGOAS
	MOVIMENTAÇÃO (OFICIAIS E PRACAS)	DECRETO N. 37.372 DE	ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 7º, 8º, 9º e 25 DO REGULAMENTO PARA MOVIMENTAÇÃO	FICIAIS E P
	NORMAS APLICÁVEIS AOS SERVIDORES PÚBLICOS	LEI N. 9.527, DE	ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS Nºs 8.112 DE 11.12.1990, 8.460 DE 17.09.1992	54, E DÁ C
	NORMAS ESPECIAIS PARA AS COMPRAS, AS CONTRATAÇÕES E O SERVIÇO DE PREVENÇÃO	LEI N. 12.598, 21.3.2012	ESTABELECE NORMAS ESPECIAIS PARA AS COMPRAS, AS CONTRATAÇÕES E O SERVIÇO DE PREVENÇÃO	TO DE PR
	NORMAS PARA AS ELEIÇÕES	LEI N. 9.504, 30.9.1997	ESTABELECE NORMAS PARA AS ELEIÇÕES	
	NOVO VALOR DE MULTAS	LEI N. 13.281, 4.5.2016	ALTERA A LEI Nº 9.503 DE 23.09.1997 - CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO - E A	07.2015 - I
	INSTITUI A COMISSÃO GESTORA DO SISTEMA INTEGRADO DE COMÉRCIO EXTERNO	DECRETO N. 11.831 DE	INSTITUI A COMISSÃO GESTORA DO SISTEMA INTEGRADO DE COMÉRCIO EXTERNO	
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL “ADOpte UM ANIMAL” NO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 8.969, 20.9.2023	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL “ADOpte UM ANIMAL” NO ESTADO DE ALAGOAS	PROVIDÊN
	NÚCLEO ESPECIAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO	DECRETO N. 28.537 DE	DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO ESPECIAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO	CONTRA

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	MÚLTIPO ESPECIAL DE PREVENÇÃO E COMBATE	DECRETO N.º 28.407, DE 20.8.2020	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO MÚLTIPO ESPECIAL DE PREVENÇÃO E COMBATE	CONTRA A
	OBRIGA AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS	LEI N.º 8.299, DE 20.8.2020	OBRIGA AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS DE ENSINO, NO ÂMBITO DO	DE EXE
	OBRIGA OS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS	LEI N.º 8.573, DE 4.1.2022	OBRIGA OS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS DO ESTADO DE ALAGOAS	SIRIACAS
	ORÇAMENTO (AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA)	LEI N.º 7.054, DE 17.6.2009	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR AO ORÇAMENTO VIGENTE CRÉDITO	R DA POL
	ORÇAMENTO (DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO)	LEI N.º 7.805, DE 21.6.2016	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DA LEI	JUAL DE 20
	ORÇAMENTO (ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA)	LEI N.º 7.799, DE 6.4.2016	ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE ALAGOAS PARA O EXE	DE 2016.
	ORÇAMENTO (PLANO PLURIANUAL)	LEI N.º 7.798, DE 6.4.2016	DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL PARA O PERÍODO DE 2016-2019. NOS	6, § 1º, DA
	ORGANIZAÇÃO BÁSICA - ALTERA O ITEM 4.2.1	LEI N.º 7.816, DE 19.9.2016	ORGANIZAÇÃO BÁSICA - ALTERA O ITEM 4.2.1.2 DA ALÍNEA A DO INCISO V DO	GRUPPO
	ORIENTAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE PÚBLICA E PRIVADA	LEI N.º 8.342, DE 19.9.2016	DISPÕE SOBRE A ORIENTAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE PÚBLICA E PRIVADA	ALAGOAS, A
	ORIENTAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL	RECOMENDACÃO Nº 014/2020 - 62ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL	RECOMENDACÃO Nº 014/2020 - 62ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL	QUANTO A
	PARA REESTRUTURAR A CARREIRA MILITAR	LEI N.º 13.954, DE 29.5.2012	ALTERA A LEI Nº 6.880, DE 09.12.1980 (ESTATUTO DOS MILITARES) A LEI Nº 3.780, DE 19.9.2016	LEI Nº 4.312
	PATRIMÔNIO IMATERIAL (HISTÓRICO ARTÍSTICO)	LEI N.º 7.355, DE 29.5.2012	CONSIDERA A BANDA DE MÚSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	STÓRICO,
	PERMITIR A AUSÊNCIA AO SERVIÇO PARA REESTRUTURAR A CARREIRA MILITAR	LEI Nº 13.767, DE 16.4.2021	ALTERA O ART. 473 DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO - CLT, APROVADA PELA LEI Nº 5.209, DE 1.9.2013	O-LEI Nº 5.209
	PERMITIR EM AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATRIMÔNIO IMATERIAL (HISTÓRICO ARTÍSTICO)	LEI N.º 14.138, DE 16.4.2021	ACRESCENTA § 2º AO ART. 2º-A DA LEI Nº 8.560, DE 29.12.1992 PARA PERMITIR A AUSÊNCIA AO SERVIÇO	DE INVE
	PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA INOVADORA	LEI N.º 7.117, DE 16.4.2021	DISPÕE SOBRE INCENTIVOS À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA À INOVAÇÃO DA PRODUÇÃO	ÃO DA PRO
	PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO	DECRETO Nº 28.407, DE 20.8.2020	INSTITUI O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO	DAS, E DÁ
	POLÍTICA FLORESTAL	LEI N.º 5.854, DE 8.1.1991	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA FLORESTAL NO ESTADO DE ALAGOAS	
	POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS PÚBLICOS E PRIVADOS	LEI N.º 8.159, DE 8.1.1991	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS PÚBLICOS E PRIVADOS	DÊNCIAS.
	PORTARIA CONJUNTA SEE/AG/ALAGOAS	PORTARIA Nº 20, DE 03.08.2022	PORTARIA CONJUNTA SEE/AG/ALAGOAS PREVIDÊNCIA - COMISSÃO IN	PORTARIA
	PORTARIA CONJUNTA SENASP/SEOP/SEGEN	PORTARIA Nº 20, DE 03.08.2022	PORTARIA CONJUNTA SENASP/SEOP/SEGEN Nº 20, DE 03.08.2022 - APROVA O	ATENDIME
	PORTARIA MEC Nº 70, DE 24 DE JANEIRO DE 2020	PORTARIA Nº 554, DE 11 DE MARÇO DE 2019	ALTERA A PORTARIA MEC Nº 554, DE 11 DE MARÇO DE 2019, QUE DISPÕE SO	REGISTRO
	PORTARIA Nº 330, MEC - DISPÕE SOBRE A EMISSÃO DE DIPLOMAS EM FORMATO DIGITAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	PORTARIA Nº 480, DE 27 DE AGOSTO DE 2020	DISPÕE SOBRE A EMISSÃO DE DIPLOMAS EM FORMATO DIGITAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	UPERIOR
	PORTARIA Nº 480, DE 27 DE AGOSTO DE 2020	PORTARIA Nº 480, DE 27 DE AGOSTO DE 2020	PORTARIA Nº 480, DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - ESTABELECE A PADRONIZAÇÃO	DE ENSINO
	PORTARIA Nº 481, DE 27 DE AGOSTO DE 2020	PORTARIA Nº 481, DE 27 DE AGOSTO DE 2020	PORTARIA Nº 481, DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - ESTABELECE A PADRONIZAÇÃO	DE ENSINO
	PORTARIA Nº 482, DE 27 DE AGOSTO DE 2020	PORTARIA Nº 482, DE 27 DE AGOSTO DE 2020	PORTARIA Nº 482, DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - ESTABELECE A PADRONIZAÇÃO	DE ENSINO
	PORTARIA Nº 554 - MEC - DISPÕE SOBRE A EMISSÃO E O REGISTRO DE DIPLOMA DE GRADUAÇÃO POR	PORTARIA Nº 554, DE 11 DE MARÇO DE 2019	DISPÕE SOBRE A EMISSÃO E O REGISTRO DE DIPLOMA DE GRADUAÇÃO POR	S INSTITU

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	PORTARIA/SEMUDH Nº 02/2024 - RESOLUÇÃO	RESOLUÇÃO	PORTARIA/SEMUDH Nº 02/2024 - RESOLUÇÃO Nº 001/2024 - SEMUDH - DESIGNAÇÃO DE	SADISON
	POSSIBILITAR A CONCILIAÇÃO NÃO PRESENCIAL	LEI Nº 13.994, DE 13.495, DE 9.3.2015	ALTERA A LEI Nº 9.099, DE 26.09.1995, PARA POSSIBILITAR A CONCILIAÇÃO NÃO PRESENCIAL	ITO DOS J
	POSSIBILITAR AO PROPRIETÁRIO CADASTRAR VEÍCULO	LEI Nº 13.104, DE 9.3.2015	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO VEICULAR)	RESSAM)
	PREVER O FEMINICÍDIO COMO CIRCUNSTÂNCIA AGRAVANTE	LEI Nº 4.868, DE 13.10.2006	ALTERA O ART. 121 DO DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 07.12.1940 (CÓDIGO PENAL)	EMINICÍDIO
	PREVIDÊNCIA	LEI Nº 5.009, DE 7.7.1988	DÁ NOVA REDAÇÃO À DISPOSITIVOS QUE MENCIONA DA LEI Nº 4.517, DE 30.5.1984	plicada em
	PREVIDÊNCIA	LEI Nº 4.994, DE 7.6.1988	INTRODUZ O § 4º NO ART. 45 DA LEI Nº 4.517, DE 30 DE MAIO DE 1984 (Publicação em 8.6.1984)	ogada pela
	PREVIDÊNCIA	LEI Nº 5.819, DE 1.3.1996	ALTERA O ART. 46 DA LEI Nº 4.517, DE 30 DE MAIO DE 1984 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	da em 8.6.1984
	PREVIDÊNCIA (ALTERA O PERCENTUAL DA CONTRIBUIÇÃO MENSAL DESTINADA AO CUSTEIO DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE)	LEI Nº 6.674, DE 4.1.2006	ALTERA O PERCENTUAL DA CONTRIBUIÇÃO MENSAL DESTINADA AO CUSTEIO DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE	E ASSISTÊNCIA
	PREVIDÊNCIA (AUTORIZA PARCELAMENTO DE PAGAMENTOS)	LEI Nº 4.517, DE 30.5.1984	AUTORIZA OS PODERES DO ESTADO, O TRIBUNAL DE CONTAS E O MINISTÉRIO DA FAZENDA	ARQUIAS E
	PREVIDÊNCIA (COMITÊ GESTOR DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS)	LEI Nº 6.584, DE 29.3.2005	CRIA O COMITÊ GESTOR DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS	OIDÊNCIA
	PREVIDÊNCIA (CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO QUE DISCIPLINA O REGIME DE PREVIDÊNCIA E AS CONTRIBUIÇÕES)	LEI Nº 6.585, DE 29.3.2005	CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO QUE DISCIPLINA O REGIME DE PREVIDÊNCIA E AS CONTRIBUIÇÕES	RVIDORES
	PREVIDÊNCIA (CRIA O IPASEAL SAÚDE E EXTENDE O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA)	LEI Nº 4.789, DE 19.6.1986	CRIA O INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DE ALAGOAS	EAL SAÚDE
	PREVIDÊNCIA (DEFINI O GESTOR DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS)	LEI Nº 6.288, DE 28.3.2002	DEFINE O GESTOR DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS	DO DE AL
	PREVIDÊNCIA (EXCLUSÃO DAS CONTRIBUIÇÕES OBRIGATÓRIAS AO IPASEAL SAÚDE)	LEI Nº 7.114, DE 5.11.2009	DISPÕE SOBRE A EXCLUSÃO DAS CONTRIBUIÇÕES OBRIGATÓRIAS AO IPASEAL SAÚDE	INATIVOS
	PREVIDÊNCIA (INSTITUI O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS)	LEI Nº 7.751, DE 9.10.2015	INSTITUI O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS	GOAS E DA
	PREVIDÊNCIA (REESTRUTURAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS)	DECRETO Nº 68.852, DE 19.10.2015	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS	ADO DE A
	PREVIDÊNCIA (REESTRUTURA UNIDADE GESTORA ÚNICA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS)	DECRETO Nº 68.852, DE 19.10.2015	REESTRUTURA A UNIDADE GESTORA ÚNICA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS	SERVIDOR
	PREVIDÊNCIA SOCIAL - TRANSIÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL	DECRETO Nº 68.852, DE 19.10.2015	DISPÕE SOBRE A REGRAS DE TRANSIÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL	ESTADO D
	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09/2022	RECOMENDADO	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09/2022 00000794-2 - RECOMENDADO	DIETEMMI
	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09/2026	RECOMENDADO	RESOLVE RECOMENDAR AO COMANDO DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS, NO QUE SE REFERE	ROQUE FOR
	PROÍBE A FABRICAÇÃO, A POSSE, A COMERCIALIZAÇÃO E O USO DE LINHAS DE TRANSMISSÃO	LEI Nº 8.577, DE 19.1.2022	PROÍBE A FABRICAÇÃO, A POSSE, A COMERCIALIZAÇÃO E O USO DE LINHAS DE TRANSMISSÃO	INFRAESTRUTURA
	PROÍBE A UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS PARA DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL	LEI Nº 10.011, DE 25.9.2019	PROÍBE A UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS PARA DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL	EXATOSSE
	PROÍBE O INGRESSO OU PERMANÊNCIA DE PESSOAS UTILIZANDO CAPACETE	LEI Nº 8.233, DE 10.1.2020	PROÍBE O INGRESSO OU PERMANÊNCIA DE PESSOAS UTILIZANDO CAPACETE	ENDOSCO
	PROÍBE QUE AS EMPRESAS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA	DECRETO Nº 10.513, DE 7.7.2010	PROÍBE QUE AS EMPRESAS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA	ONASIDA
	PROIBIÇÃO DE ANIMAIS EM EXIBIÇÕES CIRCENSES	LEI Nº 7.173, DE 7.7.2010	REGULAMENTA A LEI Nº 7.173, DE 7 DE JULHO DE 2010, QUE DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE ANIMAIS EM EXIBIÇÕES CIRCENSES	O O ESTA
	PROIBIÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS EM EXIBIÇÕES CIRCENSES	LEI Nº 7.173, DE 7.7.2010	REGULAMENTA A LEI Nº 7.173, DE 7 DE JULHO DE 2010, QUE DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE ANIMAIS EM EXIBIÇÕES CIRCENSES	TRES, DO

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	PROIBIR A COMERCIALIZAÇÃO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS	PORTARIA Nº 1.208 DE 2023	PROIBIR A COMERCIALIZAÇÃO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS EM TODO O ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
	PROIBIR AOS PROPRIETÁRIOS DE HOTÉIS, BARES, RESTAURANTES E SIMILARES	PORTARIA Nº 1.209 DE 2023	PROIBIR AOS PROPRIETÁRIOS DE HOTÉIS, BARES, RESTAURANTES E SIMILARES A APLICAR A SANÇÃO DE MULTA	
	PROMOCÃO (CAROS E SOLDADOS)	LEI N. 6.211, DE 19.4.2001	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS CAROS E SOLDADOS O DIREITO À PROMOÇÃO	
	PROMOCÃO - CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS CAROS E SOLDADOS	LEI N. 8.184, DE 19.4.2001	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.544 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS CAROS E SOLDADOS O DIREITO À PROMOÇÃO	
	PROMOCÃO (OFICIAIS)	LEI N. 4.345, DE 7.5.1982	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS OFICIAIS O DIREITO À PROMOÇÃO	
	PROMOCÃO (OFICIAIS)	LEI N. 6.232, DE 19.4.2001	ATRIBUIVA NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 20 DA LEI Nº 4.345 DE 07 DE MAIO DE 1982	
	PROMOCÃO (OFICIAIS E PRACAS)	LEI N. 7.656, DE 10.9.2014	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS OFICIAIS E PRACAS O DIREITO À PROMOÇÃO	
	PROMOCÃO (PRIMEIRO LUGAR DO CBO)	LEI N. 5.881, DE 10.9.2014	ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 1º DA LEI 4.837 DE 12 DE DEZEMBRO DE 1986	
	PROMOCÃO (PRIMEIRO LUGAR DO CBO)	LEI N. 4.837, DE 12.12.1986	DISPÕE SOBRE O ACESSO AO PRIMEIRO POSTO NA HIERARQUIA POLICIAL MILITAR	
	PROMOCÃO (QUADRO ESPECIAL PECULIAR)	LEI N. 6.120, DE 10.9.2014	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR O QUADRO ESPECIAL PECULIAR PARA A PROMOÇÃO	
	PROMULGA A CONVENÇÃO SOBRE O CRIME CIBERNÉTICO	DECRETO N. 11.491, DE 10.9.2014	PROMULGA A CONVENÇÃO SOBRE O CRIME CIBERNÉTICO, FIRMADA PELA REPÚBLICA DO BRASIL	
	PROMULGA AS EMENDAS AOS ANEXOS DA CONVENÇÃO INTERNACIONAL PARA A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	DECRETO N. 10.984, DE 10.9.2014	PROMULGA AS EMENDAS AOS ANEXOS DA CONVENÇÃO INTERNACIONAL PARA A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	
	PROPAGANDA ELEITORAL	RESOLUÇÃO Nº 14.920, DE 14.9.2023	DISPÕE SOBRE PROPAGANDA ELEITORAL, UTILIZAÇÃO E GERAÇÃO DO HORÁRIO DE PROPAGANDA	
	PROPÕE ALTERAÇÃO NA LEI ESTADUAL Nº 7.858	DECRETO N. 10.919, DE 10.9.2014	PROPÕE ALTERAÇÃO NA LEI ESTADUAL Nº 7.858 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2004	
	PRORROGA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO EXTRAORDINÁRIO DESTINADO ÀS	DECRETO N. 70.066, DE 70.066 DE	PRORROGA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO EXTRAORDINÁRIO DESTINADO ÀS	
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	DECRETO N. 69.700, DE 69.700 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	DECRETO N. 69.577, DE 69.577 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	DECRETO N. 69.722, DE 69.722 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	DECRETO N. 69.935, DE 69.935 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	DECRETO N. 69.624, DE 69.624 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	DECRETO N. 69.844, DE 69.844 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA O ENERENTAMENTO DA	
	PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ATENDIMENTO ÀS	PORTARIA Nº 1.210 DE 2023	PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ATENDIMENTO ÀS	
	QUADRO DE PESSOAL (OEA, OEF)	LEI N. 6.333, DE 22.7.2002	ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 1º, 6º E 7º E REVOGA O ART. 8º DA LEI ESTADUAL Nº 6.333 DE 22 DE JULHO DE 2002	
	QUADRO ORGANIZACIONAL	DECRETO N. 4.222, DE 10.9.2014	MODIFICA OS QUADROS DE ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	QUADRO ORGANIZACIONAL	DECRETO N. 1.406, DE 13.10.2018	APROVA OS QUADROS DE ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	
	RACIONALIZA ATOS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS	LEI N. 13.726, DE 8.10.2018	RACIONALIZA ATOS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DOS PODERES DO ESTADO DE ALAGOAS	
	REALISTA VENCIMENTOS, SALÁRIOS E PROVENTOS	LEI N. 4.125, DE 26.3.1980	REALISTA VENCIMENTOS, SALÁRIOS E PROVENTOS DOS SERVIDORES DO ESTADO DE ALAGOAS	
	REALISTA VENCIMENTOS, SALÁRIOS E PROVENTOS	LEI N. 4.214, DE 5.12.1980	REALISTA VENCIMENTOS, SALÁRIOS E PROVENTOS DOS SERVIDORES DO TERCERATO DE ALAGOAS	
	REALISTE DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS	LEI N. 7.474, DE 22.5.2013	DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DO TERCERATO DE ALAGOAS	
	RECOMENDAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS	RECOMENDAÇÃO N. 8.976, DE 20.9.2023	RECOMENDAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS	
	RECONHECE A BÍBLIA SAGRADA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL	LEI N. 14.720, DE 7.11.2023	RECONHECE A BÍBLIA SAGRADA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DO ESTADO DE ALAGOAS	
	RECONHECE O FORRÓ COMO MANIFESTAÇÃO CULTURAL	LEI N. 7.751, DE 7.11.2023	RECONHECE O FORRÓ COMO MANIFESTAÇÃO DA CULTURA NACIONAL DO ESTADO DE ALAGOAS	
	REESTRUTURA A UNIDADE GESTORA ÚNICA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	LEI N. 3.398, DE 13.9.1974	REESTRUTURA A UNIDADE GESTORA ÚNICA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE ALAGOAS	
	REESTRUTURA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES	LEI N. 6.469, DE 19.4.2004	REESTRUTURA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE ALAGOAS	
	REGÊNCIA DE CLASSE	LEI N. 6.654, DE 19.4.2004	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DE REGÊNCIA DE CLASSE NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO ESTADO DE ALAGOAS	
	REGÊNCIA DE CLASSE	LEI N. 6.654, DE 19.4.2004	ACRESCE PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 5º DA LEI Nº 6.469, DE 19 DE ABRIL DE 2004	
	REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	LEI N. 8.545, DE 3.1.2006	INSTITUI O REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	
	REGULAMENTA A COLOCAÇÃO DE PLACAS INFORMATIVAS	LEI N. 11.265, DE 3.1.2006	REGULAMENTA A COLOCAÇÃO DE PLACAS INFORMATIVAS EM TODAS AS OBRAS DE INTERESSE PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS	
	REGULAMENTA A COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS	DECRETO Nº 4.550, DE 27.12.2002	REGULAMENTA A COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS PARA LACTENTES E CRIANÇAS DO ESTADO DE ALAGOAS	
	REGULAMENTA A COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	DECRETO Nº 4.550, DE 27.12.2002	ALTERA O DECRETO Nº 4.550, DE 27.12.2002, QUE REGULAMENTA A COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DE ALAGOAS	
	REGULAMENTA A COMPOSIÇÃO BÁSICA E FUNCIONAMENTO DAS CÂMARAS DE REGULAÇÃO	PORTARIA Nº 4.077, DE 4.07.2008	REGULAMENTA A COMPOSIÇÃO BÁSICA E FUNCIONAMENTO DAS CÂMARAS DE REGULAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS	
	REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AO SERVIDOR MILITAR DO ESTADO	DECRETO N. 4.076, DE 4.07.2008	REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AO SERVIDOR MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	
	REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS	DECRETO N. 7.174, DE 4.07.2008	REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO DE ALAGOAS	
	REGULAMENTA A CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E DE TELECOMUNICAÇÃO	DECRETO N. 4.049, DE 4.07.2008	REGULAMENTA A CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E DE TELECOMUNICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS	
	REGULAMENTA A LEI Nº 971, DE 5 DE AGOSTO DE 2008	DECRETO N. 25.212, DE 3.04.2012	REGULAMENTA A LEI Nº 971, DE 5 DE AGOSTO DE 2008, QUE INSTITUI O PORTAL DE TRANSPARÊNCIA DO ESTADO DE ALAGOAS	
	REGULAMENTA A LEI Nº 735, DE 3 DE ABRIL DE 2012	DECRETO N. 76.651, DE 10.06.2021	REGULAMENTA A LEI Nº 735, DE 3 DE ABRIL DE 2012, QUE ESTABELECE O REGIME DE CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DO ESTADO DE ALAGOAS	
	REGULAMENTA A LEI Nº 8551, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021	DECRETO N. 95.600, DE 16.06.2023	REGULAMENTA A LEI Nº 8551, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DO ESTADO DE ALAGOAS	
	REGULAMENTA A LEI Nº 875, DE 16 DE JUNHO DE 2023	DECRETO N. 9.847, DE 11.06.2023	REGULAMENTA A LEI Nº 875, DE 16 DE JUNHO DE 2023, QUE DISPÕE SOBRE A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DO ESTADO DE ALAGOAS	
	REGULAMENTA A LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003	DECRETO N. 11.615, DE 22.12.2003	REGULAMENTA A LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003, PARA ESTABELECER O REGISTRO DE BENS E SERVIÇOS DO ESTADO DE ALAGOAS	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	REGULAMENTA A LEI Nº 11.530, DE 24.10.2007	DECRETO N. 11.436, DE	REGULAMENTA A LEI Nº 11.530, DE 24.10.2007, PARA ESTABELECE	
	REGULAMENTA A LEI Nº 12.846, DE 01.08.2013	DECRETO N. 11.129, DE	REGULAMENTA A LEI Nº 12.846, DE 01.08.2013, QUE DISPÕE SOBRE A RESPON	
	REGULAMENTA A LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABR	DECRETO N. 8.771, DE	REGULAMENTA A LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014, PARA TRATAR DAS F	
	REGULAMENTA A LEI Nº 13.060, DE 22 DE DEZ	DECRETO N. 12.341, DE	REGULAMENTA A LEI Nº 13.060, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014, PARA DISCIPLI	
	REGULAMENTA A LEI Nº 13.954, DE 16.12.2019	DECRETO N. 11.002, DE	REGULAMENTA A LEI Nº 13.954, DE 16.12.2019, E A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 22	
	REGULAMENTA A LEI Nº 14.214, DE 06.10.2021	DECRETO N. 10.989, DE	REGULAMENTA A LEI Nº 14.214, DE 06.10.2021, QUE INSTITUI O PROGRAMA DE	
	REGULAMENTA A LEI Nº 4.345, DE 07.05.1982	DECRETO N. 5.169, DE	REGULAMENTA A LEI Nº 4.345, DE 07.05.1982, QUE DISPÕE SOBRE AS PROMO	
	REGULAMENTA A LEI Nº 6.417, DE 07 DE NOV	DECRETO Nº	REGULAMENTA A LEI Nº 6.417, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2003, QUE INSTITUI	
	REGULAMENTA A LEI Nº 9.786, DE 08.02.1999	DECRETO N. 3.182, DE	REGULAMENTA A LEI Nº 9.786, DE 08.02.1999, QUE DISPÕE SOBRE O ENSINO I	
	REGULAMENTA A LEI Nº 9.998, DE 17.08.2000	DECRETO N. 11.004, DE	REGULAMENTA A LEI Nº 9.998, DE 17.08.2000, QUE INSTITUI O FUNDO DE UNIV	
	REGULAMENTA A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.1	DECRETO N. 11.439, DE	REGULAMENTA A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.162, DE 14.02.2023, QUE DISPÕE S	
	REGULAMENTA A MODALIDADE DE LICITAÇÃO	DECRETO N. 1.424, DE	REGULAMENTA A MODALIDADE DE LICITAÇÃO DENOMINADA PREGÃO E SUA	
	REGULAMENTA A PROFISSÃO DE TAXISTA: AL	LEI N. 12.468, DE	REGULAMENTA A PROFISSÃO DE TAXISTA: ALTERA A LEI Nº 6.094, DE 30 DE A	
	REGULAMENTA A REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS E	DECRETO N. 101.743, DE	REGULAMENTA A REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS EM SAÚDE A QUE DEVEM SE SI	
	REGULAMENTA AS LEIS NOS 10.048, DE 8 DE N	DECRETO N. 5.296, DE	REGULAMENTA AS LEIS NOS 10.048, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2000, QUE DÁ PR	
	REGULAMENTA CARACTERÍSTICAS PARA A C	DECRETO N. 5.163, DE	REGULAMENTA CARACTERÍSTICAS PARA A CONCESSÃO, DATAS DE CONCES	
	REGULAMENTA, NO ÂMBITO DA UNIÃO, A LEI	DECRETO N. 9.489, DE	REGULAMENTA, NO ÂMBITO DA UNIÃO, A LEI Nº 13.675, DE 11.06.2018, PARA E	
	REGULAMENTA, NO ÂMBITO DO PODER EXEC	DECRETO N. 48.326, DE	REGULAMENTA, NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL, A LEI FEDER	
	REGULAMENTA O § 1º DO ART. 7º DA LEI Nº 9	DECRETO N. 11.008, DE	REGULAMENTA O § 1º DO ART. 7º DA LEI Nº 9.613, DE 03.03.1998, PARA ESTAB	
	REGULAMENTA O § 5º DO ART. 198 DA CONST	LEI N. 11.350, DE 5.10.2006	REGULAMENTA O § 5º DO ART. 198 DA CONSTITUIÇÃO, DISPÕE SOBRE O APR	
	REGULAMENTA O DECRETO Nº 12.341, DE 23	PORTARIA Nº	REGULAMENTA O DECRETO Nº 12.341, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024, E ESTAB	
	REGULAMENTA O DISPOSTO NA LEI Nº 12.815	DECRETO Nº	REGULAMENTA O DISPOSTO NA LEI Nº 12.815, DE 05.06.2013, E AS DEMAIS DIS	
	REGULAMENTA O EXERCÍCIO DO PODER DE F	DECRETO N. 12.373, DE	REGULAMENTA O EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA DA ELINDAÇÃO NACION	
	REGULAMENTA O FUNDO ESPECIAL DE SEGU	DECRETO N. 4.127, DE	REGULAMENTA O FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE	
	REGULAMENTA O PLANO DE BENEFÍCIOS DO	DECRETO Nº	REGULAMENTA O PLANO DE BENEFÍCIOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E	
	REGULAMENTA O PLANO DE CUSTEIO DO AL	DECRETO N. 16.444, DE	REGULAMENTA O PLANO DE CUSTEIO DO AL, PREVIDÊNCIA, E DÁ OUTRAS PR	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	REGULAMENTA O PLANO DE CUSTEIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS	DECRETO N. 57.140 DE 10.09.2008	REGULAMENTA O PLANO DE CUSTEIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS	
	REGULAMENTA O PROCEDIMENTO DE RESSARCIMENTO À UNIÃO DE RECURSOS	DECRETO N. 10.990 DE 10.09.2008	REGULAMENTA O PROCEDIMENTO DE RESSARCIMENTO À UNIÃO DE RECURSOS	
	REGULAMENTA O PROGRAMA ALIMENTA BRASIL INSTITUÍDO PELO ATO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.088	DECRETO N. 10.880 DE 10.09.2008	REGULAMENTA O PROGRAMA ALIMENTA BRASIL INSTITUÍDO PELO ATO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.088	
	REGULAMENTA O PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL INSTITUÍDO PELO ATO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.088	DECRETO Nº 10.880 DE 10.09.2008	REGULAMENTA O PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL INSTITUÍDO PELO ATO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.088	
	REGULAMENTA O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA INSTITUÍDO PELO ATO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.088	DECRETO N. 12.064 DE 10.09.2008	REGULAMENTA O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA INSTITUÍDO PELO ATO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.088	
	REGULAMENTA O PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À AQUISIÇÃO DE HABITACÃO	DECRETO Nº 11.054 DE 10.09.2008	REGULAMENTA O PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À AQUISIÇÃO DE HABITACÃO	
	REGULAMENTA O REALISTE DE PREÇOS NOS CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO	DECRETO N. 35.718 DE 10.09.2008	REGULAMENTA O REALISTE DE PREÇOS NOS CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO	
	REGULAMENTA O SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO POLICIAL MILITAR E DA OUTRA	PORTARIA Nº 2.356 DE 10.09.2008	REGULAMENTA O SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO POLICIAL MILITAR E DA OUTRA	
	REGULAMENTA OS PERCENTUAIS DE RESERVA DE VAGAS PARA O PROCESSO	DECRETO N. 2.356 DE 10.09.2008	REGULAMENTA OS PERCENTUAIS DE RESERVA DE VAGAS PARA O PROCESSO	
	REGULAMENTO DE UNIFORMES DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	DECRETO N. 57.262 DE 10.09.2008	REGULAMENTO DE UNIFORMES DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	
	REGULAMENTO DISCIPLINAR DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	DECRETO Nº 26.620 DE 10.09.2008	REGULAMENTO DISCIPLINAR DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	
	REGULA O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	LEI N. 6.161, DE 26.6.2000	REGULA O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
	RELATIVIZA O REQUISITO DO TEMPO MÍNIMO DE SERVIÇO MILITAR PARA ENTRA	LEI N. 8.609, DE 22.2.2022	RELATIVIZA O REQUISITO DO TEMPO MÍNIMO DE SERVIÇO MILITAR PARA ENTRA	
	REORGANIZA AS POLÍCIAS MILITARES E OS CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES	DECRETO Nº 11.611 DE 05.09.2019	REORGANIZA AS POLÍCIAS MILITARES E OS CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES	
	REORGANIZA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES	DECRETO Nº 11.611 DE 05.09.2019	REORGANIZA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES	
	RESPONSABILIDADE FISCAL	DECRETO Nº 11.611 DE 05.09.2019	RESPONSABILIDADE FISCAL	
	RESTRICÇÃO DE HORÁRIO	LEI N. 6.926, DE 12.5.2008	RESTRICÇÃO DE HORÁRIO	
	RESTRICÇÃO DE HORÁRIO	LEI N. 6.821, DE 13.7.2007	RESTRICÇÃO DE HORÁRIO	
	REVOGA A LEI ESTADUAL Nº 8.955 DE 4 DE SETEMBRO DE 2023 QUE DISPÕE	LEI N. 9.047, DE 8.11.2023	REVOGA A LEI ESTADUAL Nº 8.955 DE 4 DE SETEMBRO DE 2023 QUE DISPÕE	
	REVOGAÇÃO DE LEIS	LEI N. 8.325, DE 5.11.2020	REVOGAÇÃO DE LEIS	
	REVOGA O DECRETO Nº 10.004 DE 05.09.2019 QUE INSTITUI O PROGRAMA N	DECRETO N. 11.611 DE 05.09.2019	REVOGA O DECRETO Nº 10.004 DE 05.09.2019 QUE INSTITUI O PROGRAMA N	
	RODOVIÁRIO (ORDENAMENTO DAS FAIXAS DE DOMÍNIO NAS FAIXAS DE DOMÍNIO	DECRETO N. 5.483 DE 10.09.2008	RODOVIÁRIO (ORDENAMENTO DAS FAIXAS DE DOMÍNIO NAS FAIXAS DE DOMÍNIO	
	SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL	DECRETO N. 37.611 DE 10.09.2008	SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL	
	SEGURANÇA DAS AUTORIDADES REPRESENTATIVAS	DECRETO N. 37.611 DE 10.09.2008	SEGURANÇA DAS AUTORIDADES REPRESENTATIVAS	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	SEGURANCA INDIVIDUALIZADA DE AUTORIDADE	DECRETO N. 23.617, DE 19.11.2004	ALTERA O ART. 1º DO DECRETO ESTADUAL Nº 8.700, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1992, QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE SEGURANÇA INDIVIDUALIZADA ÀS AUTORIDADES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	SEGURANCA INDIVIDUALIZADA DE AUTORIDADE	DECRETO N. 8.700, DE 4.11.1992	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE SEGURANÇA INDIVIDUALIZADA ÀS AUTORIDADES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	SEGURANCA PESSOAL (EX-GOVERNADORES DO ESTADO)	LEI N. 6.063, DE 18.11.1993	DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DE SEGURANÇA A EX-GOVERNADORES DO ESTADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	SERVICO AUXILIAR VOLUNTÁRIO (SOLDADO E SARGENTO)	LEI N. 6.451, DE 7.11.2004	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS A PRESTAÇÃO VOLUNTÁRIA DE SERVIÇO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	SERVICO DE EMERGÊNCIA (RESSARCIMENTO)	DECRETO N. 25.649, DE 26.7.2012	INSTITUI GRUPO ESPECIAL DE TRABALHO INTERDISCIPLINAR PARA O FIM DE PREVENIR E LIDAR COM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	SERVICO DE EMERGÊNCIA (RESSARCIMENTO)	LEI N. 7.389, DE 26.7.2012	DISPÕE SOBRE O RESSARCIMENTO AO ESTADO VIA COBRANÇA NA FATURA DE SERVIÇOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	SERVICO DE IDENTIFICAÇÃO POLICIAL MILITAR	LEI N. 5.445, DE 18.11.1993	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS O SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	SISTEMA DE ENSINO POLICIAL MILITAR	LEI N. 5.712, DE 17.11.1995	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 5.332, DE 10 DE ABRIL DE 1992, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	SISTEMA DE ENSINO POLICIAL MILITAR	LEI N. 5.332, DE 10.4.1992	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS O SISTEMA DE ENSINO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	SISTEMA DE ENSINO POLICIAL MILITAR	LEI N. 5.884, DE 2.12.1996	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 5.332, DE 10 DE ABRIL DE 1992, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	SISTEMA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL	LEI N. 6.171, DE 31.7.2000	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA PERCENTUAL)	LEI N. 5.151, DE 18.9.1990	FIXA NOVO PERCENTUAL DA GRATIFICAÇÃO DE HABILITAÇÃO POLICIAL MILITAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SOLDADO E VENCIMENTO)	LEI N. 5.130, DE 19.4.1990	ALTERA, ADITA E REVOGA DISPOSIÇÕES DAS LEIS NºS 3.421, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1960, E 5.130, DE 19 DE ABRIL DE 1990, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SOLDADO E VENCIMENTO)	LEI N. 5.207, DE 7.3.1991	ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 5.130, DE 19 DE ABRIL DE 1990, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SUBSÍDIO)	LEI N. 7.580, DE 7.2.2014	FIXA OS SUBSÍDIOS DOS MILITARES INTEGRANTES DA POLÍCIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS MILITARES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SUBSÍDIO)	LEI N. 8.238, DE 10.1.2020	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DOS MILITARES INTEGRANTES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITARES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SUBSÍDIO)	LEI N. 6.698, DE 27.3.2006	FIXA O SUBSÍDIO DA CARREIRA DOS MILITARES ESTADUAIS INTEGRANTES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITARES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SUBSÍDIO)	LEI N. 6.715, DE 4.4.2006	FIXA OS SUBSÍDIOS DA CARREIRA DOS MILITARES ESTADUAIS INTEGRANTES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITARES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SUBSÍDIO)	LEI N. 6.824, DE 13.7.2007	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES DA CARREIRA DE BOMBEIROS MILITARES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA VENCIMENTO)	LEI N. 5.680, DE 8.2.1995	FIXA OS VENCIMENTOS DOS CARGOS DE PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA VENCIMENTO)	LEI N. 4.956, DE 16.12.1990	FIXA OS VENCIMENTOS DOS CARGOS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REAJUSTE GRATIFICACÃO)	LEI N. 5.152, DE 18.9.1990	REAJUSTA O VALOR DOS VENCIMENTOS, GRATIFICAÇÕES E SOLDOS DOS SERVIDORES MILITARES E CIVIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REAJUSTE GRATIFICACÃO)	LEI N. 5.138, DE 29.5.1990	REAJUSTA O VALOR DOS VENCIMENTOS, GRATIFICAÇÕES E SOLDOS DOS SERVIDORES MILITARES E CIVIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REAJUSTE PROVENTO)	LEI N. 5.624, DE 26.5.1994	REAJUSTA OS VENCIMENTOS, SOLDOS E PROVENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REAJUSTE SUBSÍDIO)	LEI N. 6.591, DE 8.4.2005	REAJUSTA O SUBSÍDIO DA CARREIRA DOS MILITARES ESTADUAIS INTEGRANTES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITARES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REAJUSTE DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS)	LEI N. 7.253, DE 22.6.2011	DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES MILITARES E CIVIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REALISTE SOLD	LEI N. 5.162, DE	REALISTA O VALOR DOS VENCIMENTOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES CIVIS	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REVISÃO GERAL	LEI N. 7.727, 8.9.2015	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS D	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (SOLDO SUBSÍDIO	LEI N. 6.385, 23.7.2003	FIXA O SOLDO DE CORONEL PM, ESTABELECE O SISTEMA REMUNERATÓRIO	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (SUBSÍDIO DEFIN	LEI N. 6.456, 20.1.2004	FIXA O SUBSÍDIO DOS MEMBROS DA POLÍCIA MILITAR E DO CORPO DE BOMB	
	SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO ESTADO DE A	DECRETO N. 69.541 DE	DECLARA A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO ESTADO DE ALAGOAS E INTENSIFI	
	SOBRE OS CRIMES DE ABUSO DE	LEI N. 13.869, 5.9.2019	DISPÕE SOBRE OS CRIMES DE ABUSO DE AUTORIDADE; ALTERA A LEI Nº 7.96	
	SUBSTITUIÇÃO DAS AULAS PRESENCIAIS POR	PORTARIA N.	DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DAS AULAS PRESENCIAIS POR AULAS EM M	
	TAXA (FISCALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE SERV	LEI N. 6.009, 23.4.1998	INSTITUI À TAXA DE FISCALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E	
	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (INSTALAÇÃO	LEI N. 7.131, 2.12.2009	DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE TECNOLOGIA DE FILTRAGEM DE CONTEÍD	
	TORNA OBRIGATÓRIA A IDENTIFICAÇÃO DE C	LEI N. 7.522, DE	TORNA OBRIGATÓRIA A IDENTIFICAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO	
	TORNA OBRIGATÓRIA A PRESERVAÇÃO DO S	LEI N. 14.289, 3.1.2022	TORNA OBRIGATÓRIA A PRESERVAÇÃO DO SIGILO SOBRE A CONDIÇÃO DE P	
	TORNA OBRIGATÓRIA A REALIZAÇÃO DE EXAM	LEI N. 15.094, DE	TORNA OBRIGATÓRIA A REALIZAÇÃO DE EXAME CLÍNICO DESTINADO A IDENT	
	TORNA OBRIGATÓRIO O USO NAS RODOVIAS	LEI N. 13.290, 23.5.2016	TORNA OBRIGATÓRIO O USO NAS RODOVIAS DE FAROL BAIXO ACESO DURAN	
	TORNAR GRATUITA A EMISSÃO DE CARTEIRA	LEI N. 12.687, 18.7.2012	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 7.116 DE 29.08.1983 PARA TORNAR GRATUIT	
	TRAMITAÇÃO DE PROCESSO PARA REALIZAÇ	DECRETO N. 15.877 DE	INSTITUI REGULAMENTO PARA TRAMITAÇÃO DE PROCESSO PARA REALIZA	
	TRANSCRIÇÃO DE ATOS DO DIÁRIO OFICIAL N	PORTARIA N.	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE DISPONIBILIZAÇÃO DE MEIO DE PAC	
	TRANSCRIÇÃO DE ATOS DO DIÁRIO OFICIAL N	MENSAGEM	VETO PARCIAL DO PROJETO DE LEI Nº 1995/2026 QUE "ALTERA A LEI Nº	
	TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTO - MINISTÉRIO	MP Nº 133846	TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTO - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBL	
	TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTOS - RECURSO	OFÍCIO Nº 42	TRANSCRIÇÃO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO - ILICITUDE DA	
	TRANSCRIÇÃO DE OFÍCIO - OFÍCIO CONJUNTO	MP Nº 357526	TRANSCRIÇÃO DE OFÍCIO - OFÍCIO CONJUNTO Nº 48 - 2025 - RECOMENDAÇÃO	
	TRANSEORMA A ATUAL COMPANHIA DE POLÍCI	LEI N. 6.050, 2.7.1998	TRANSEORMA A ATUAL COMPANHIA DE POLÍCIA FEMININA INDEPENDENTE E	
	TRANSEORMA CARGOS DE JUÍZ DE DIREITO C	LEI N. 8.550, DE	TRANSEORMA CARGOS DE JUÍZ DE DIREITO COM ATRIBUIÇÕES DE AUXILIAR	
	TRANSEORMA CARGOS NO ÂMBITO DO PODE	LEI N. 15.352, DE	TRANSEORMA CARGOS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL; ALTER	
	TRATA DE DIVULGAÇÃO DO ANO DE FABRICA	LEI N. 8.608, 22.2.2022	TRATA DE DIVULGAÇÃO DO ANO DE FABRICAÇÃO DOS VEÍCULOS QUE FAZEM	
	UNIFORME (CONTROLE DA VENDA)	LEI N. 7.108, 8.10.2009	DISPÕE SOBRE O CONTROLE DA VENDA DE FARDAS E QUALQUER TIPO DE V	
	UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIAÇ	LEI Nº 6.414,	UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIAÇÃO DE EQUOTERAPIA DE ALAGO	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	UTILIDADE PÚBLICA (RECONHECIMENTO)	LEI N. 6.481, 31.5.2004	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DOS OFICIAIS MILITARES	SOMAL E A
	UTILIDADE PÚBLICA (RECONHECIMENTO)	LEI N. 5.750, DE	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A "ASSOCIAÇÃO DOS CABOS E SOLDADO	R E CORP
	UTILIDADE PÚBLICA (RECONHECIMENTO)	LEI N. 5.880, DE	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DOS SUBT	ITOS DA P
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX	PORTARIA Nº	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 01 - GUARDA DE HO	
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX	PORTARIA Nº	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 02 - PASSAGEM DE C	
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX	PORTARIA Nº	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 03 - HONRAS DE REC	A DE AUT
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX	PORTARIA Nº	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 04 - GUARDA BANDE	
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX	PORTARIA Nº	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 06 - ESCOLTA DE HO	ALA
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX	PORTARIA Nº	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 07 - PRÁTICA DE CER	OLO
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX	PORTARIA Nº	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 09 - HONRAS E ÚNIB	
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX	PORTARIA Nº	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 10 - VALORES DEVE	RES.
	VALIDADE NACIONAL AS CARTEIRAS DE	LEI N. 7.116, 29.8.1983	ASSEGURA VALIDADE NACIONAL AS CARTEIRAS DE IDENTIDADE REGULA SU	OUTRAS PR
	VEDA A NOMEACÃO PARA OS CARGOS EM CO	LEI N. 8.135, 7.8.2019	VEDA A NOMEACÃO PARA OS CARGOS EM COMISSÃO DE LIVRE NOMEACÃO	PESSOAS
	VENDA E DO CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLI	LEI Nº 8.113	DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO E A REGULAMENTAÇÃO DA VENDA E DO CO	ALCOÓLIC
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (APREH	DECRETO N. 17.760 DE	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.313 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011 DISP	SSÃO DE
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (APREH	LEI N. 7.550, DE	ALTERA O ANEXO I DA LEI ESTADUAL Nº 7.313 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011	A CONCE
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (APREH	LEI N. 7.398, 3.8.2012	ALTERA O § 5º DO ART. 1º DA LEI Nº 7.313 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011 QUE	ONCESSÃO
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (DIÁRIA)	LEI N. 6.274, 5.10.2001	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 35 DA LEI Nº 3.421 DE 20 DE DEZEMBRO DE 197	EI Nº 5.402
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (PAGAM	LEI N. 7.335, 3.4.2012	ESTABELECE CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO DE HORA TRABALHADA AOS INS	ACITAÇÃO
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (SERVIC	LEI N. 7.581, 7.2.2014	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SERVIÇO VOLUNTÁRIO REMUNERADO NA POL	ORPO DE
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (VERBA	DECRETO N. 30.018 DE	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VERBA DE ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORE	TADO DE A
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (VERBA	DECRETO N. 30.019 DE	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VERBA PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORME AC	TARES DO
	VISA POSSIBILITAR A JUNCÃO DE MATRÍCULA	LEI N. 8.328, DE	VISA POSSIBILITAR A JUNCÃO DE MATRÍCULAS DE PROFESSORES ESTADUAIS	VIDÊNCIA